

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

ANA LADY DA SILVA

**A Escrita do Tempo e da História por meio de Crônicas e
do Conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis**

**Maceió
2013**

ANA LADY DA SILVA

**A Escrita do Tempo e da História por meio de Crônicas e
do Conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras e Linguística
- PPGLL, da Universidade Federal
de Alagoas, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre
em Estudos Literários.

Orientadora: Dr^a Ana Cláudia
Aymoré Martins

Maceió
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

S586e

Silva, Ana Lady da.

A escrita do tempo e da história por meio de crônicas e do conto
“Pai contra mãe” de Machado de Assis / Ana Lady da Silva.– 2013.
153f.

Orientadora: Ana Cláudia Aymoré Martins.

Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Estudos literários) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 129-134.

Anexos: f. 135-153.

1. Machado de Assis – Crônicas. 2. Machado de Assis – Conto. 3. Pai contra mãe – Conto.
4. Crônicas brasileiras. 5. Literatura marginal. I. Título.

CDU: 869.0(81)-34



UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA



PPGLL

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA LADY DA SILVA

Título do trabalho: *PELAS TRILHAS DO BRUXO: A ESCRITA DO TEMPO E DA HISTÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS E DO CONTO "PAI CONTRA MÃE" DE MACHADO DE ASSIS (1888-1906)*

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em ESTUDOS LITERÁRIOS, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Ana Cláudia Aymoré Martins (PPGLL/UFAL)

Examinadores:

Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza (UEPB)

Profa. Dra. Gilda de Albuquerque Vilela Brandão (PPGLL/UFAL)

Maceió, 19 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que fizeram parte deste importante momento de minha vida:

A professora Ana Cláudia Aymoré Martins, por acreditar, desde o início, na realização desta pesquisa. A ela sou grata também pela compreensão e paciência em meus momentos maternos;

Aos professores do PPGLL pela amizade e por tão bem me acolherem; principalmente Gilda Brandão e Susana Souto pelas indicações e orientações; e a professora Januacele pela lição de humanidade;

Aos amigos sinceros e companheiros do mestrado: Fábio José, Carol Malta, Bruno, Marina, Priscila e Wesslen. Obrigada por todos os momentos, vocês me ensinaram muito;

Aos muitos amigos alagoanos que fizeram parte da minha jornada de vida alagoana;

A minha amiga-irmã Vitória Eloise que faz parte deste sonho desde sua concepção;

Ao amigo Gilberto Geraldo, primeiro incentivador desta pesquisa;

A minha mãe pela vida, coragem e apoio;

A minha filha-flor Mellissa que me resgatou o dom de amar.

Sou grata também....

À CAPES - FAPEAL, pela bolsa concedida ao longo dos dois anos de realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como proposta investigar as ressonâncias mútuas entre o conto “Pai contra mãe”, publicado no livro de narrativas *Relíquias de Casa Velha* (1906), e quatro crônicas publicadas no jornal “Gazeta de Notícias”, nas seções *A Semana* (4/11/1897 e 16/10/1892) e *Bons Dias!* (11/05/1888 e 19/05/1888). Acreditamos que a experiência de Machado de Assis na imprensa como cronista tenha servido de pedra basilar para a construção de um estilo único e marcante em suas obras, como romances e contos, desde o recurso da ironia, das faces do ceticismo ao olhar perscrutador às coisas miúdas do comportamento humano, marcando assim tanto a sua evolução como escritor, como definindo sua marca para a posteridade. Além disso, as crônicas e o conto, analisados nesse trabalho, possuem grande riqueza de dados históricos em comum como a transição do sistema escravagista para a Abolição e do Império para a República. As personagens criadas para as narrativas machadianas, em questão, também possuem algumas peculiaridades: Pancrácio, Arminda, o sineiro da Glória e os burros (alegoricamente) representam os negros escravizados. Cândido Neves, por sua vez, é branco, pobre e à margem da sociedade. As denominações – homem branco pobre e marginal, escravo alforriado, alugado, foragido ou sem escravidão – marcam as mesmas condições socioeconômicas para as diferentes personagens – que vivem em situação de miséria, não foram adequadamente inseridas na sociedade, não tinham acesso aos bens sociais, são alienadas à realidade a qual pertencem, servem sempre aos mesmos senhores e são todas excluídas socialmente, logo também são marginais. Para esta pesquisa foram utilizados Bergson (2004), Bersani (1984), Bosi (1992), (1994) e (1999), Brandão (2009), Candido (1992) e (1970), Conrad (1975), Duarte (2007), Duarte (2006), Freire (2004) e (1963), Gledson (1986) e (1990), Gomes (2009), Granja (2000) e (2006), Koselleck (2006), Kowarick (1985), Muecke (1995), Muricy (1988), Pereira (1988), Perlman (1977) e Schwarz (1992) e (1983).

Palavras-chave: Machado de Assis. "Pai contra mãe". Marginal. Conto. Crônica.

ABSTRACT

This research proposal is to investigate the mutual echoes between Machado de Assis' short story "Pai contra mãe", published in the book *Relíquias da casa velha* (1906), and four chronicles by the same author that appeared first in the newspaper *Gazeta de Notícias*, in the sections "A Semana" (4/11/1897 and 10/16/1892) and "Bons dias!" (11/05/1888 and 05/19/1888). We believe that Machado de Assis' experience in the press as a chronicler has served as a foundation stone for building a unique and striking style in his literary works, such as novels and short stories, based in the use of irony - from skepticism to the search for the small things in human behavior -, that marks his evolution as a writer and defines his trace in posterity. Moreover, the chronic and the short-story, analyzed in this work, have a lot of historical data in common, like the transition from slavery to abolition and from Monarchy to Republic in nineteenth-century Brazil. The characters Machado created for his narratives also have some peculiarities: Pancrácio, Arminda, the bell-ringer of the Gloria Church and the donkeys allegorically represent the enslaved black men. Cândido Neves, in turn, is a poor white man, that lives on the margins of society. Denominations - poor white man and marginal freed slave, rented, fugitive or non-slave - mark the same socioeconomic conditions for the different characters, who live in extreme poverty, were not properly inserted in society, have no access to social goods, are sold to the reality they belong, always serve the same masters and are all socially excluded; so, are all of them marginal. Were used for this study the works of Bergson (2004), Bersani (1984), Bosi (1992), (1994) e (1999), Brandão (2009), Candido (1992) e (1970), Conrad (1975), Duarte (2007), Duarte (2006), Freire (2004) e (1963), Gledson (1986) e (1990), Gomes (2009), Granja (2000) e (2006), Koselleck (2006), Kowarick (1985), Muecke (1995), Muricy (1988), Pereira (1988), Perlman (1977) e Schwarz (1992) e (1983).

Keywords: Machado de Assis. "Pai contra mãe". Marginal. Short story. Chronic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 O TEMPO ESCRITO COM A PENA DA GALHOFA E A TINTA DA MELANCOLIA	
1.1 Machado de Assis e o realismo brasileiro	10
1.2 “Tudo rindo seria cansativo”: o humor e a ironia na ficção machadiana	22
1.3 Crônicas machadianas: o tempo feito texto	34
1.3.1 Entre a escravidão e a Abolição, a Opressão	42
1.3.2 O Falso Progresso: sobre bondes, burros e o sineiro da Glória	57
2 ESCRAVIDÃO, MARGINALIDADE E OUTRAS RELÍQUIAS DE CASA VELHA	
2.1 Da crônica ao conto	80
2.2 Breve retrospectiva: o negro na literatura brasileira e na obra machadiana	82
2.3 “Pai contra mãe”: um encontro na rua da Misericórdia	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	
Anexo A. <i>Bons dias!</i> 11 de maio de 1888	135
Anexo B. <i>Bons dias!</i> 19 de maio de 1888	137
Anexo C. <i>A Semana</i> . 4 de novembro de 1897	139
Anexo D. <i>A Semana</i> . 16 de outubro de 1892	142
Anexo E. “ <i>Pai contra Mãe</i> ”	145

INTRODUÇÃO

Machado de Assis considerado um grande escritor, foi um dos poucos homens mestiços, de origem humilde, de nosso país oitocentista, que iniciou carreira sem destaque até ser reconhecido e admirado nacionalmente. Aos dezessete anos trabalhou como tipógrafo e aos trinta e quatro anos, em 1873, foi nomeado primeiro oficial da Secretaria do Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um ano depois de publicar seu primeiro romance, *Ressurreição*. Aos cinquenta anos foi considerado o melhor escritor brasileiro, mérito conquistado por poucos ainda em vida. Foi também eleito o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1897, permanecendo no cargo até a sua morte.

No entanto, para muitos leitores da atualidade sua escrita é vista, erroneamente, como obscura e complicada. Não obstante, sua obra precisa ser relida e compreendida nas entrelinhas, nos subentendidos. Machado foi um crítico desdenhoso dos costumes da sociedade burguesa do século XIX, da política patrocinadora de interesses particulares, um esquadrihador da psique humana ou até decifrador de íris e braços femininos. Além disso, é criador de enredos capazes de atravessar décadas e intrigar a imaginação dos leitores mais atentos e de críticos especializados, sem balbúrdias, por meio de suas crônicas, contos e romances.

Acompanhar a trajetória do escritor é importante para compreendermos o caminho percorrido por Machado de Assis em suas muitas atividades com e nas letras: poeta, crítico, ensaísta, cronista, contista, romancista. Pretendo percorrer parte desse mesmo caminho literário, com as devidas considerações, para tentar mostrar o intercâmbio entre algumas crônicas escritas pelo autor e o conto “Pai contra mãe” (1906), publicado no livro de narrativas *Relíquias de Casa Velha*; em especial, para este trabalho, as crônicas analisadas foram publicadas no jornal “Gazeta de Notícias”, datadas em 04 de novembro de 1897 e 16 de outubro de 1892, ambas pertencentes à seção *A Semana*, e outras duas datadas em 11 e 19 de maio de 1888, pertencentes à seção *Bons Dias!*. Além disso, acreditamos que a experiência de Machado de Assis na imprensa tenha lhe permitido ensaiar e, até mesmo, tenha servido de pedra basilar para a construção de um estilo único e marcante em suas obras. Desde o recurso da ironia, das faces do ceticismo, dos finais inconclusos, das permeações bíblicas, do trânsito entre assuntos, da exaltação do ordinário e do tratamento desprezível ao que normalmente seria tratado com honrarias, do olhar perscrutador às “cousas miúdas” do comportamento humano, das conversas com o leitor até as grandes verdades históricas tratadas em sua obra

como pano de fundo de romances proibidos, amores não correspondidos, crises conjugais, nascimentos, mortes, riquezas, loucuras e misérias.

Na primeira parte deste trabalho, trazemos a relação dialética entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, categorias históricas estudadas por Koselleck (2006), capazes de fundamentar as relações entre as narrativas machadianas e o tempo histórico em que se inscrevem. Ainda neste capítulo, há a interpretação de quatro crônicas machadianas, sob o ponto de vista das categorias anteriormente citadas, das seções *A Semana* (1892 e 1897) e *Bons Dias!* (1888), sendo estas importantes para a percepção da construção do conto a ser estudado.

A crônica, gênero narrativo que se firmou no Brasil desde meados do século XIX, tece o tempo, a história e a ficção, a princípio, em coluna de rodapé e gradativamente ganhando espaço nos jornais até transformar-se no que conhecemos hoje. E pelas mãos de Machado de Assis que retrata com a “pena da galhofa”, a “tinta da melancolia” e a “agulha da imaginação”, os fatos históricos mais importantes e contraditórios da Época Moderna, da corte carioca: a escravidão e a Abolição, o Império e a República, as crenças dos antepassados e o avanço da ciência, as velhas ruas alumiadas com azeite de peixe e a urbanização, os antigos hábitos e os novos costumes adquiridos com a vinda da família real em 1808. E como atesta Gledson, Machado desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia. Por último, abrimos um pequeno espaço para tratar da importância da crônica na *Belle Époque* brasileira.

Neste capítulo foram utilizados, Bergson (2004), Bersani (1984), Bosi (1992), (1994) e (1999), Brandão (2009), Candido (1992) e (1970), Duarte (2006), Gledson (1986), Koselleck (2006), Muecke (1995), Muricy (1988), Nunes (1988), Pereira (1988), Sevcenko (1983) e Todorov (1984).

Na segunda parte, trataremos brevemente sobre a presença tardia do negro na literatura brasileira, primeiramente percebida por Silvio Romero e de como o negro era pouco apresentado, em destaque, por Machado em seus romances e contos, ao contrário de suas crônicas que trazem contundentes críticas sobre os reais motivos da Abolição e a falta de estrutura e planejamento para lidar com o negro liberto, quebrando a ideia de que o romancista é racista ou até mesmo pouco entusiasmado com as causas sociais e políticas do nosso país. Verificamos ainda que na crítica literária há muitas pesquisas realizadas sobre o conto “Pai contra mãe”, vislumbrando as causas escravistas. No entanto, poucos foram os que deram a devida importância ao fato de o autor ter colocado, propositalmente, uma personagem branca, sem ofício, sem estudos e sem nobreza, passando por privações e humilhações no

mesmo nível de pobreza de um escravo, não obstante, este marginal, produto do contexto sociopolítico, por ser branco, sente-se em situação superior aos negros, o que o torna ainda mais contraditório. Sabendo-se que esta personagem foi concebida por um escritor irônico por estilo, pretendemos trabalhar o conto visualizando os pormenores deixados em seus escritos. Foram utilizados principalmente, os estudos de crítica literária Conrad (1975), Duarte (2007), Freyre (2004) e (1963), Gledson (1986) e (1990), Gomes (2009), Granja (2000) e (2006), Ianni (1988), Kowarick (1985), Muricy (1988), Pereira (1988), Perlman (1977) e Schwarz (1992) e (1983).

1 O TEMPO ESCRITO COM A PENA DA GALHOFA E A TINTA DA MELANCOLIA

“[...] um pé no passado, um pé no futuro – eis o nosso solo.”

(*Kátia Muricy, A Razão Cética*)

“[...] o tempo é um rato roedor das coisas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto.”

(*Machado de Assis, Esaú e Jacó*)

1.1 Machado de Assis e o Realismo brasileiro

Desde sua primeira publicação, aos dezesseis anos, do poema intitulado “Ela”, no jornal *Marmota Fluminense*, até seu último romance, *Memorial de Aires*, parece não haver espaço não percorrido por Machado de Assis por entre os vários estilos literários nacionais, desde as tendências do Romantismo ao Modernismo. Ou melhor, parece ser difícil para a crítica literária, ainda hoje, reconhecer seus escritos dentro de apenas um movimento literário brasileiro. Contraditório ou enigmático, não parece justo enxergá-lo apenas sob um viés e deixar de observar os outros, como afirmaria Candido¹.

A crítica, formada a partir de seus primeiros romances e os livros didáticos, encaixam-no dentro do que conhecemos por Realismo e suas obras divididas em fases, sendo a primeira o Romantismo². Após a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), considerado um dos melhores romances do autor, suas obras posteriores foram enquadradas dentro do Realismo³. Seus poemas, pouco comentados, beiram “as portas do Parnasianismo”⁴, no entanto, a poesia não é considerada sua maior expressão dentro da arte literária. Há ainda os livros de narrativas que guardam os melhores contos do autor, sendo os mais conhecidos “Missa do Galo”, “O Alienista”, “Teoria do Medalhão”, “O Espelho”, “Pai contra mãe”, “A Causa Secreta” e “A Cartomante”. As crônicas, publicadas desde a década de oitenta do século XIX, serão discutidas mais adiante.

¹ CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970, p.18.

² **Ressurreição** (1872), **A Mão e a Luva** (1874), **Helena** (1876) e **Iaiá Garcia** (1878).

³ **Quincas Borba** (1891), **Dom Casmurro** (1899), **Esaú e Jacó** (1904) e **Memorial de Aires** (1908).

⁴ ANDRADE, Mario de. Machado de Assis. In: **Aspectos da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002, p.115.

Hélio de Seixas Guimarães afirma que quem primeiro propôs a divisão da obra machadiana em duas fases foi José Veríssimo e depois aceita por Araripe Júnior ⁵, no entanto, o próprio Veríssimo deslocava Machado de Assis de qualquer tabela ou classificação dentro das correntes filosóficas, literárias e científicas em alta do século XIX, “sem que isso representasse rebaixamento, demérito, anacronismo ou excentricidade” ⁶. Ao escrever a resenha sobre o romance *Quincas Borba* intitulada “Um novo livro do Sr. Machado de Assis” (1892), José Veríssimo refuta a opinião dos demais críticos contrários aos escritos do *bruxo* do Cosme Velho e defende: “O Sr. Machado de Assis nem é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista nem entra em qualquer dessas classificações em *ismo* ou *ista*. É aliás, um humorista” ⁷.

Segundo Guimarães, José Veríssimo “dá um passo importante para a desvinculação entre o valor da obra e o empenho do escritor em retratar a cor local e construir uma literatura nacional”, critério de avaliação não só utilizado por Silvio Romero, mas por toda a crítica nacional até 1880 e completa “[...] só ao longo dos anos de 1890 (Veríssimo) se distanciou dos modelos positivistas e naturalistas, deslocando a ênfase para aspectos psicológicos e estéticos” ⁸.

De acordo com Silvio Romero, um dos principais críticos, coevo e avesso, ao escritor, “Machado de Assis não conseguiu até hoje criar um verdadeiro e completo tipo ao gosto e com a maestria dos grandes gênios inventivos das letras” ⁹. Para o crítico, os personagens machadianos “não passaram de esboços”, sendo todos “desequilibrados” ¹⁰. A crítica maior parece recair sobre o próprio romancista acusado de desajustado, pernicioso enganador, deturpador da mocidade, genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada, imitador dos romances estrangeiros e de não se dignar a olhar para o povo brasileiro em sua obra.

Machado de Assis não é um satírico; [...]. Não é um cômico, nem como dizedor de pilhérias, nem como criador de tipos e situações engraçadas e equívocas. Não é plenamente um misantropo, um *detraqué*. [...] que dá também por vezes uns ares de pessimismo, também aprendido de estranhos ¹¹.

⁵ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a Recepção Crítica do Romance Machadiano. *Estudos Avançados*, vol.18, n.51, 2004, p.273. Disponível em: < <http://scielo.br/pdf/ea/v18n51/a19v1851.pdf> >. Acesso em: 27 de Nov. de 2011.

⁶ Ibid., p.278.

⁷ Ibid., p.279.

⁸ Ibid., p.278-279.

⁹ BARRETO, Luiz Antonio (Org.); Machado de Assis e o Nacionalismo. In: **Literatura Brasileira, História e Crítica**: Silvio Romero. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.327.

¹⁰ BARRETO, loc. cit.

¹¹ Ibid., p.336

Os ataques romerianos também recaíram sobre os críticos que defenderam Machado em sua arte; Guimarães afirma que o alvo da crítica de Silvio Romero não era apenas “o homem Machado de Assis e/ou sua obra, mas toda a crítica produzida até então, acusada de fetichista, retórica e idólatra”¹². Romero não abrandou nas críticas preconceituosas sobre sua origem pobre e falta de diploma, “Não tendo por circunstâncias da juventude, uma educação científica indispensável a quem quer ocupar-se hoje com certas questões [...]”¹³. E continua rancoroso “Machado de Assis é um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, entes problemáticos [...]”¹⁴.

Em que pese ao Sr. José Veríssimo, o *nisus* central e ativo de Machado de Assis é de brasileiro, e como tal se revela no caráter essencial de sua obra de mestiço e até em várias roupagens exteriores quando ele assesta sua observação mais diretamente para as coisas pátrias¹⁵.

Segundo Silvio Romero, Machado de Assis não poderia ser considerado um escritor superior aos contemporâneos, como Martins Pena a quem direcionou bons olhos e boas palavras, ou Tobias Barreto, mestre de escola de Recife. Para Romero, Machado não respeitava as “leis do meio, da raça e do momento”, aplicando os princípios de Spencer à obra machadiana “não só para considerá-la anacrônica, mas para refutar a divisão da obra em duas fases”¹⁶. Romero continua,

Não será um *contradictio in adjecto* supô-lo tão potentemente superior e ao mesmo tempo afirmar sua falta de ação sobre os contemporâneos? [...] Será ele um novo Shakespeare que irá influir somente no futuro? [...] Porque ele é tão aplaudido e não influi?¹⁷

Contra ou a favor, a primeira geração de leitores machadianos reconhecia em sua obra, além do pessimismo, uma “filosofia bastante ácida para dar a impressão de ousadia, mas

¹² GUIMARÃES, op.cit., p. 272.

¹³ BARRETO, op.cit., p.258-360.

¹⁴ BARRETO, loc.cit.

¹⁵ BARRETO, op.cit., p.334.

¹⁶ GUIMARÃES, op.cit., p. 273.

¹⁷ BARRETO, op.cit., p.335.

expressa de um modo elegante e comedido, que tranquilizava e fazia da sua leitura uma experiência agradável sem maiores consequências”¹⁸.

Candido afirma que enquanto os naturalistas “atiravam ao público assustado a descrição minuciosa da vida fisiológica”, Machado era imparcial e ambíguo, escrevia com “reserva”, utilizando-se de “eufemismos”, escrevendo nas entrelinhas, não concluindo ou afirmando, mas com estilo refinado “evocando as noções de ponta aguda e penetrante”¹⁹. Ainda para o autor de *Vários Escritos*, Machado de Assis não se preocupava com as modas vigentes de sua época, “[...] ele cultivou livremente o elíptico, o incompleto, o fragmentário, intervindo na narrativa com bisbilhotice saborosa, lembrando ao leitor que atrás dela estava a sua voz convencional”²⁰.

Seu estilo único e marcante dentro da literatura nacional nos deixa uma interrogação: como um escritor que cria uma personagem que se autointitula “defunto-autor”, capítulos que não seguem a ordem cronológica dos fatos, mas o encadeamento das reflexões da personagem, que propositalmente não escreve um capítulo inteiro, deixando-o em branco para melhor traduzir sua frustração e para o narrador explicar sua paixão por outra personagem²¹ imprime traços modernistas com apenas pontos e vírgulas, pode ser identificado como realista?

Por mais que o escritor faça parte de um momento histórico em que as correntes filosóficas e científicas do século XIX estejam em alta, como o darwinismo, o iluminismo, o positivismo, além da expectativa, de tanto leitores e crítica, de protótipos de romances como *A Moreninha*, *Escrava Isaura*, *Memória de um Sargento de Milícias* ou *O Guarani*, sua obra parece distanciada de tudo o que estava sendo produzido no Brasil na época “se se enquadra perfeitamente em sua terra, o romancista destoa da paisagem literária. Dentro do desenvolvimento da ficção é que é difícil situá-lo”²². Não deixando de citar a maestria com que compunha suas “setenta palavras”²³, podendo ser comparado, segundo Mário de Andrade, ao que Padre Antonio Vieira conseguira em termos “de linguagem e expressão máxima da

¹⁸ CANDIDO, op.cit., p.18-19.

¹⁹ Ibid., p.19.

²⁰ Ibid., p.22.

²¹ A paixão era pela personagem Virgília, no capítulo “O velho diálogo de Adão e Eva”; todos os outros casos citados estão na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

²² PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1988, p.60.

²³ ANDRADE, Mario de. Machado de Assis. In: **Aspectos da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002, p.126 .

língua culta portuguesa do tempo antigo”²⁴, Machado de Assis trouxera a modernidade para a língua portuguesa no Brasil, “Era um estético. Era um hedonista. [...] Nosso maior escritor”²⁵.

Segundo Lúcia Miguel Pereira, Machado pode ser, sim, entendido como realista “já que a sua obra, quer pela língua, quer pelo ambiente, quer pela índole das personagens, reflete — sem copiar servilmente — o meio social do Império e dos primeiros anos da República”²⁶. E por qual razão essa dificuldade em situá-lo? A autora defende que o que diferenciava Machado de seus contemporâneos seria seu gosto literário distinto: Chateaubriand, Fenimore, Victor Hugo, Sterne, Zola, Balzac, Flaubert, Shakespeare. E essas leituras fariam o escritor do Cosme Velho não querer traçar o “homem brasileiro” em suas obras, mas o homem universal: “Machado não se sentiu adstrito às peculiaridades locais, porque a sua visão ia mais longe e mais fundo, buscava a natureza do homem, as molas secretas das suas reações”²⁷. Apesar de, em sua primeira fase, ter seguido a receita romântica, na chamada fase realista ele se recusaria a “escrever histórias bem comportadas, artificiais intrigas de salão”²⁸. Queria mais,

Queria conhecer a verdade sobre o homem, desvendar-lhe o jogo dos sentimentos e dos interesses, saber que molas o impulsionam, e sobretudo seguir-lhe todos os lances da luta com a vida, ser o expectador que aprecia simultaneamente a plateia e os bastidores.²⁹

Vamos então, em busca de algumas definições sobre o movimento literário em questão e nos posicionarmos sobre ser Machado de Assis pertencente, ou não, à fase literária denominada Realista.

Todorov, por exemplo, defende ser o Realismo em literatura “um ideal”. E a busca deste ideal está na “representação fiel do real, o do discurso verídico [...]”³⁰. O que diferencia o discurso realista dos demais movimentos literários, de acordo com o crítico, está em uma característica específica: “o leitor deve ter a impressão de que se defronta com um discurso sem regras — a não ser uma — a de transcrever escrupulosamente o real, assegurar um contato

²⁴ ANDRADE, loc.cit.

²⁵ ANDRADE, op.cit. p.126-127.

²⁶ PEREIRA, op.cit., p.59-60.

²⁷ Ibid., p.65.

²⁸ Ibid., p.71.

²⁹ Ibid., p.70.

³⁰ TODOROV, Tzvetan. Apresentação. In: **Literatura e Realidade (O que é realismo?)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p.9.

imediatamente com o mundo tal como ele é”³¹. A pretensa falta de regras citada por Todorov seria a sensação do leitor em defrontar-se com o vivido, com a realidade, com a vida sem máscaras, a vida em total transparência.

O tempo dentro da narrativa teria importância fundamental para esta sensação de contato com o vivido, segundo alguns autores. A marcação temporal é considerada uma das características do romance realista, sendo as datas de grande importância para a construção dessa literatura. Leo Bersani, por exemplo, assevera que “o primeiro parágrafo de incontáveis romances do século XIX indica-nos o ano exato do início de suas histórias”³². Ao analisarmos algumas narrativas machadianas, poderíamos também dizer que incontáveis são os contos do escritor iniciados com descrição minuciosa de datas e ruas.

Em “A Cartomante”, após a explicação arremedada de Shakespeare da “bela Rita” ao “moço Camilo” o narrador nos situa no tempo da tragédia machadiana,

Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela [...] ³³.

Ou no início do conto “Um homem célebre”, a personagem Pestana inconformado com sua exímia habilidade em criar polcas e não os grandes clássicos, em mais uma festa onde é requisitado a tocar suas polcas da moda, o narrador nos situa no enredo, no local e no tempo,

Não era baile; apenas um sarau íntimo, pouca gente, vinte pessoas ao todo, que tinham ido jantar com a viúva Camargo, Rua do Areal, naquele dia dos anos dela, cinco de novembro de 1875[...] ³⁴.

No “Conto de Escola” dia, mês, ano e local, além da descrição da escola não passam despercebidos,

³¹ TODOROV, loc.cit.

³² BERSANI, Leo. O Realismo e o Medo do Desejo. In: TODOROV, Tzvetan. **Literatura e Realidade**. (O que é realismo?). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p.55.

³³ ASSIS, Machado de. **Várias Histórias**. Ceará: ABC editora, 2001, p.13.

³⁴ Ibid., p.37.

A escola era na rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira – do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver se iria brincar a manhã³⁵.

Mario de Andrade afirma ser Machado de Assis “um memorialista”, “um meticuloso freirático” a um ponto que “às vezes chega a ser pueril a paciência topográfica com que descreve as caminhadas dos seus personagens”³⁶. E explica o entrelaçamento tão comum em sua obra entre a ficção e a realidade marcadas por tais detalhes temporais e locais,

Esta necessidade absoluta de nomear ruas e bairros, casas de moda ou de pasto, datar com exatidão os acontecimentos da ficção, misturando-os com figuras reais e fatos históricos do tempo, se agarrando à verdade pra poder andar na imaginação, me faz supor nele o memorialista³⁷.

Bersani aponta que a exatidão das datas na literatura realista é um dos artifícios utilizados pelos autores não apenas para dar a impressão da veracidade histórica dos fatos, mas também para que estes fatos supostamente vividos sejam significativos para o leitor.

A precisão da data não serve unicamente a ilusão da autenticidade histórica; proporciona-nos igualmente o luxo de atribuir inícios previstos aos fatos vividos e, assim, torná-los mais acessíveis à nossa ânsia de categorias e de distinções significativas³⁸.

Outra característica da narrativa realista descrita por Bersani e que encontramos marcada na literatura machadiana é dar grande importância ao que não teria o menor sentido, considerado pelo autor um “caráter anárquico” verificado em autores como Dickens, Jane Austen, Balzac e James Joyce. Segundo ele, “[...] o romancista realista parece transformar espontaneamente os pormenores mais insignificantes em estruturas de significação”³⁹. Entre alguns exemplos, cita “As palavras mais quotidianas, os gestos mais banais, os episódios mais insignificantes, submetem-se de boa vontade a uma disciplina que exige que sejam palavras,

³⁵ ASSIS, op. cit., p.102.

³⁶ ANDRADE, op.cit., p.112-3.

³⁷ Ibid., p.113.

³⁸ BERSANI, op.cit., p.53.

³⁹ Ibid., p.55.

gestos e episódios reveladores”⁴⁰. Esses momentos são marcados pela psicologia das personagens e, como afirma,

Incidentes, aparentemente fortuitos, transmitem-nos, com economia, mensagens respeitantes à sua personalidade: de forma que o mundo acaba por estar de acordo, estruturalmente, com o personagem do romance, no fato de propor constantemente à nossa inteligência objetos e acontecimentos que contêm desejos humanos e lhes conferem uma forma inteligível⁴¹.

Como ilustração, vejamos alguns trechos do conto “D. Paula”: a personagem vai ao socorro da sobrinha, Venancinha, que acaba de brigar com o marido. Após ouvir ambos os lados da história, agindo como juíza de paz, percebe um novo envolvimento afetivo da moça e aconselha-a a evitar que este “prólogo de adultério” se transforme em “livro”. Ao relato da sobrinha, as lembranças de um antigo amor perdidas na memória da tia surgem com um turbilhão de sentimentos e este será um problema a resolver. D. Paula remove algumas peças de roupas e esta ação aparentemente banal representa metaforicamente o descortinamento dessas memórias “[...] foi tirando a capa de rendas pretas que a envolvia, e descalçando as luvas”⁴². Neste instante, D. Paula redescobre lembranças de um caso adúltero de seu passado e tenta reter os próprios sentimentos para convencer a sobrinha sobre a necessidade de conciliação com o marido, não por amor, mas por ser o jogo de aparências relevante. “A descoberta avivou o espírito do passado. D. Paula forcejou por sacudir fora essas memórias importunas; elas, porém, voltavam ou de manso, ou de assalto, como raparigas que eram [...]”⁴³. No conto “D. Paula” o enredo é articulado com os pensamentos, os sentimentos, as lembranças da personagem. E de acordo com Bersani é a psicologia destes que marca a escrita realista, “as palavras quotidianas”, “os gestos banais” que caracterizam episódios insignificantes, no entanto reveladores, o “pormenor carregado de sentido”⁴⁴, o escritor realista seria, sobretudo, um psicólogo.

Ainda que consigamos identificar muitos aspectos da obra machadiana dentro do que Bersani defende como realista, surge na análise do mesmo autor uma particularidade da prosa do século XVIII percebida em Diderot e Sterne que mais uma vez transforma o romancista de

⁴⁰ Ibid., p.53.

⁴¹ BERSANI, loc. cit.

⁴² ASSIS, op.cit., p.116.

⁴³ ASSIS, loc.cit.

⁴⁴ BERSANI, op.cit., p.53.

Dom Casmurro em exceção: a credibilidade do narrador. Bersani afirma que estes autores (Diderot e Sterne) “minam constantemente a credibilidade das suas narrativas” utilizando-se da “presença manipuladora do autor” e se “divertem com a subversão da inteligibilidade psicológica”⁴⁵. Além disso,

O autor interrompe a sua história para nos lembrar que se trata mesmo de uma história, e este processo [...] produz um efeito saudavelmente destrutivo: avisa-nos de que não se devem considerar naturais ou necessárias as tendências do romancista para unificar o sujeito numa totalidade ordenada⁴⁶.

Roberto Schwarz em *Um Mestre na Periferia do Capitalismo* chama de volubilidade o que Bersani denominou credibilidade. Schwarz afirma que “A volubilidade [...] é um valor relacional, que se concebe e processa referido ao padrão burguês da objetividade e da constância”⁴⁷. Segundo o autor, a fórmula narrativa utilizada por Machado de Assis em *Memórias Póstumas* “[...] é certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo mesmo funcionamento da sociedade brasileira”⁴⁸. Assim,

A volubilidade é uma feição geral a que nada escapa, sem prejuízo de ser igualmente uma tolice bem marcada, de efeito pitoresco, localista e atrasada. Ora ela funciona como substrato e verdade da conduta humana, contemporânea inclusive, que só não reconhecem os insanos, ora como exemplo de conduta ilusória, um tanto primitiva, julgada sobre fundo de norma burguesa e utilizada como elemento de cor local e sátira⁴⁹.

Ao contrário do que afirma — “Os romances do século XIX raramente correrão riscos destes”⁵⁰ — e do que acredita ser um processo “mecânico e cansativo” — as muitas interrupções do narrador durante a narrativa, Machado de Assis torna-se discípulo assumido dos dois escritores acima citados, pois esta é também umas das marcas de sua escrita, o diálogo

⁴⁵ Ibid., p.61.

⁴⁶ BERSANI, op.cit., p.61.

⁴⁷ SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.44.

⁴⁸ Ibid., p.11.

⁴⁹ Ibid., p.45-46.

⁵⁰ BERSANI, loc.cit

constante entre o narrador e o leitor sobre o próprio ato de narrar, ler e escrever. Lemos em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* as primeiras palavras do defunto-autor:

Trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo. Pode ser obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia [...] ⁵¹.

Apesar de percebemos muitas características reconhecidamente realistas nas obras machadianas, Krauser afirma que “Machado de Assis engana quando é lido como realista, assim como engana quando é lido como conservador ou reacionário” ⁵². O autor ainda afirma que Machado de Assis não pode ser considerado um escritor realista, pois:

Qualquer realismo, como diz o nome, pressupõe a possibilidade de expressar a realidade como ela é. Qualquer realismo pressupõe, portanto, a defesa de uma posição dogmática. Nesse sentido, uma ficção realista implica contradição nos próprios termos, uma vez que a ficção forçosamente desconfia do conhecimento que temos sobre a realidade e então a suspende, para melhor produzir uma nova realidade, nova realidade esta que tende a se mostrar para o leitor como mais intensa e mais próxima do que aquilo que tomamos por realidade. [...] Sub-repticiamente, o realismo denega a imaginação e, em consequência, a própria ficção ⁵³.

É necessário esclarecer que nem o funcionário público, nem o escritor e nem o cidadão Machado de Assis era afeito ao panfletarismo ou arte missionária como muitos de seus colegas contemporâneos. O romancista, portanto, assume uma “postura não-dogmática” ⁵⁴ antes por estilo do que por descompromisso com alguma causa. Os dogmas, a propósito, não trazem questionamentos, apenas certezas. Em seus contos e romances a incerteza da vida, a falta de respostas e as constantes dúvidas sopradas por suas variadas personagens são assuntos costumeiros que pretendem minar “as verdades” das correntes científicas e filosóficas do

⁵¹ ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick Editora, 1999, p.16.

⁵² Ibid., p.98.

⁵³ Ibid., p.97-98.

⁵⁴ KRAUSE, Gustavo Bernardo. A reação do cético à violência: o caso de Machado de Assis. In: FANTINI, Marli (org.). **Crônicas da Antiga Corte: Literatura e Memória em Machado de Assis**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.94.

século XIX. Assume, “portanto uma posição cética perante a vida, a política e a condição humana”⁵⁵.

Logo, não devemos limitar a obra do escritor somente à influência realista. Entendamos Machado de Assis como um cidadão de sua época que manteve estreitas relações com os assuntos e problemas de seu tempo e que se utilizou ora de suas ácidas crônicas, ora de sua ficção e ora de seu cargo como funcionário público, responsável pelos processos relacionados à Lei do Ventre Livre, interpretando-as a favor do escravo.

Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, Historiador*, traz um caso em que a pena do chefe da 2ª seção do Ministério da Agricultura libertou mais um africano, utilizando-se dos artigos da rigorosa Lei de 28 de setembro de 1871: “O caso mais significativo, pois parecia assinalar a disposição do governo em ampliar as possibilidades de recurso ao Judiciário para garantir a liberdade de escravos, contou com a participação decisiva de Machado de Assis”⁵⁶. No município de Resende, província do Rio de Janeiro, havia uma dúvida sobre se devia ou não inscrever no livro de matrículas os escravos pertencentes ao cidadão José Pereira da Silva Porto. O dono dos escravos entrou com ação ordinária alegando não ter sido omissor ou culpado por não ter registrado os escravos em tempo hábil. O juiz local aceitara as suas alegações, no entanto, o coletor não sabia se aceitava sua matrícula. Após ter passado por vários secretários de várias seções do Ministério, para esclarecimento da dúvida, o diretor Gusmão Lobo remeteu o caso de volta à 2ª seção, onde Machado era o chefe. Ele então responde:

[...] O argumento principal, que acho nestes papéis, favoráveis à negativa, é que as causas de que trata o art. 19 do regulamento não são a favor da liberdade, isto é, não propostas pelo escravo, mas pelo senhor, a favor da escravidão, — entenda-se, a favor da propriedade.

[...] Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, equitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as partes e disposições. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos tem folheado; desde o direito e facilidades da alforria até a disposição máxima, sua alma e fundamento, a Lei de 28 de Setembro quis, primeiro de tudo, proclamar, promover e reguardar o interesse da liberdade. Sendo este o espírito da lei, é para mim manifesto que num caso com o do art. 19 do regulamento, em que, como ficou dito, o objetivo superior e essencial é a liberdade do escravo, não podia o legislador consentir que esta perecesse sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no art. 7º da lei.

⁵⁵ Ibid., p.94-95.

⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003, p.216.

Tal é o meu parecer, que sujeito à esclarecida competência da Diretoria. — Em 21 de julho de 1876. — Machado de Assis⁵⁷.

De acordo com a análise de Chalhoub, há três pontos importantes há serem considerados neste parecer: “Primeiro, não havia argumento a favor da escravidão. [...] Segundo, aquela era uma ‘lei de liberdade’[...]”⁵⁸. Ou seja, a escravidão era um direito à propriedade e a lei de 28 de setembro era uma brecha dentro do sistema judiciário vigente que poderia ser aplicada contra esse direito e permitir a liberdade do escravo. “Terceiro, e este ponto complementa os dois anteriores, a seção pautava-se pelo objetivo mais geral de submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”⁵⁹. Os senhores, portanto, estariam cada vez mais obrigados à procurar a lei para manter seus cativos.

Por fim, não consideramos Machado de Assis escritor pertencente ao Realismo ou ao Romantismo, com afirmam ainda os livros didáticos, até mesmo porque o próprio cronista no artigo “A nova geração”⁶⁰ afirma ser “uma bandeira hasteada por alguns, o realismo, a mais frágil de todas, porque é a negação mesma do princípio da arte”⁶¹, e reforça “[...] a realidade é boa, o realismo é que não presta para nada”⁶².

Escritor à moda dos estrangeiros de séculos variados, como queira ainda algum crítico, que buscou traçar em seus romances e contos a psique do homem universal e não somente o homem local, trazendo ainda, com “olhar oblíquo”, os costumes da sociedade oitocentista, tão presentes na atualidade, como o jogo de interesses e aparências, o apadrinhamento, o favor como moeda de troca nas relações sociais e a política bajuladora e manipuladora de interesses particulares, Machado de Assis, inova, assim, a ficção nacional em sua forma e conteúdo com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia”.

Resta-nos ainda, no caminho da obra machadiana, seguirmos pelas trilhas da crônica e do conto, gêneros em que o escritor se mostra bifronte, “olhando para o passado e para o futuro”⁶³.

⁵⁷ Ibid., p.219-220.

⁵⁸ Ibid., p.221.

⁵⁹ CHALHOUB, loc. cit.

⁶⁰ Publicado originalmente na *Revista Brasileira*, vol. II, dezembro de 1879.

⁶¹ ASSIS, Machado de. *A Nova Geração* [1879]. Disponível em< <http://machado.mec.gov.br>> Acesso em: 03 de ago. de 2013.

⁶² Ibid., p.3.

⁶³ CANDIDO, op.cit., p.17.

1.2 Tudo rindo seria cansativo: o humor e a ironia na ficção machadiana

“E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. [...] mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas, soluços e sarabandas, acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida.”

(*Machado de Assis, Quincas Borba*)

Enquanto a personagem “quarentona e solteirona” D. Tonica chora e encoleriza-se, na mesma proporção, ao conhecer a traição antes do amor, o narrador onisciente do romance *Quincas Borba* filosofa sobre o riso e o choro, ambos necessários para manter o equilíbrio da vida: “tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo”⁶⁴. Entenderíamos ser esta passagem do romance um momento de inconformação ou comiseração com a situação da personagem solitária, no entanto, estamos falando do *bruxo do Cosme Velho*, escritor que habilmente entrelaça os fios de sua ficção, atando a ironia e a linguagem oblíqua à sua visão pessimista de mundo para provocar o humor, mostrando-nos seu estilo ácido e sarcástico, por vezes cínico, enredando, assim, dos leitores mais astutos aos mais desavisados.

Antes de analisarmos a ficção machadiana, entretanto, devemos discutir um pouco sobre a ironia, o humor e o riso para entender a função destas na análise dos contos e crônicas do escritor, trabalhadas nesta pesquisa. Esses elementos intratextuais são comuns na prosa machadiana, no entanto, são difíceis de entendê-los por meio de apenas um crítico. Para prosseguirmos, é preciso trazer alguns estudos, mas sem perdermos o foco de nossa pesquisa.

Andrea Perrot Czarnobay, em sua tese *Machado de Assis e a Ironia: estilo e visão de mundo*, baseado no crítico Ivan Teixeira, acredita que a função do humor é “alterar, corrigir, tornar a colocar as coisas em seus devidos lugares; mas essa é, também, a função da prosa irônica”⁶⁵. Apesar de a ironia e do humor estarem interligados, pois “a função crítica da ironia está incluída na função crítica do humor”⁶⁶, apartam-se na forma de atuarem, “enquanto o humor concilia, a ironia opõe”⁶⁷.

De acordo com Lélia Parreira Duarte, em *Ironia e Humor na Literatura*, o conceito de ironia era apresentado “comumente como figura de retórica em que se diz o contrário do que

⁶⁴ ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Ática, 2006, p.55.

⁶⁵ CZARNOBAY, Andrea Perrot. **Machado de Assis e a Ironia: estilo e visão de mundo**. Porto Alegre, 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.40.

⁶⁶ CZARNOBAY, loc. cit.

⁶⁷ CZARNOBAY, loc.cit.

se diz, o que implica o reconhecimento da potencialidade de mentira implícita na linguagem”⁶⁸. Logo, segundo a autora, a ironia pode ter funções bem diversificadas. Num primeiro nível, ela pode ser entendida apenas com a inversão daquilo do que se quis dizer e num segundo, usada para manter a imprecisão e mostrar a dificuldade em se estabelecer um sentido definido ⁶⁹.

[...] há pelo menos dois graus de evidência: um primeiro em que o dito irônico quer ser percebido como tal, e um segundo — caso da ironia *humoresque* ⁷⁰ — em que o objetivo é manter a ambiguidade e demonstrar a impossibilidade de estabelecimento e um sentido claro e definitivo. A ironia é assim um elemento nebuloso e fluído. ⁷¹

Busquemos, resumidamente, as raízes conceituais da ironia e o que disseram alguns críticos da Antiguidade. De acordo com a pesquisa de Czarnobay, o conceito de ironia era entendido apenas como parte da Retórica, sem ligação com a literatura, e permaneceu até o século XVIII; reportava-se aos oradores latinos Cícero e Quintiliano.

Até o século XVIII, a ironia foi compreendida apenas como uma forma oratória que não possuía domínio específico na literatura, sendo considerada uma figura pela qual se fazia entender o contrário do que se dizia. Esse conceito de ironia, ligado estreitamente à Retórica e de caráter essencialmente linguístico, remete a oradores latinos como Cícero (I a. C.) e Quintiliano (I d. C.) ⁷².

Czarnobay afirma que para Cícero a ironia era “uma atitude de dissimulação retórica”, ou seja, uma “dissimulação através da qual as palavras expressam o contrário do que se quer dizer, mas cujo “tom” (variável pertencente à arte retórica) do que é dito indica que existe uma divergência entre a palavra pronunciada e o sentido que se quer dar a ela” ⁷³.

Quintiliano, por sua vez, limitava “a ironia à figura da antífrase e desconsiderando o cunho antropológico de Cícero, que incluía o enunciador como peça fundamental do emprego

⁶⁸ DUARTE, Lélia Parreira. Artes e Manhas da Ironia e do Humor. In: **Ironia e Humor na Literatura**. Belo Horizonte: Pucminas; São Paulo: Alameda, 2006, p.18.

⁶⁹ DUARTE, loc. cit.

⁷⁰ Entendamos a ironia *humoresque* citada pela autora, de *Ironia e Humor na Literatura*, como a ironia romântica, assim chamada por Schlegel, por Almansi de *tongue-in-cheek*, por Jankélévitch de *ironia humoresque*, por Booth de *ironia instável* e por outros autores de ironia de segundo grau ou literária.

⁷¹ DUARTE, loc. cit.

⁷² CZARNOBAY, op. cit., p.44

⁷³ CZARNOBAY, loc. cit.

da ironia”⁷⁴. Segundo Czarnobay, Quintiliano ligava a ironia apenas à linguagem retórica ou forma de expressão “em que se dava a entender o contrário do que era dito. Para ele, a ironia era uma forma singular que criava um contraste geral entre o que era dito e o que era pensado na realidade do discurso”⁷⁵.

Muecke, em *Ironia e Irônico*, afirma que o termo ironia aparece em algumas traduções da *Arte Poética* “como uma versão da *peripeteia* (peripécia) aristotélica (súbita inversão de circunstâncias) que talvez abrangesse parte do significado da ironia dramática”⁷⁶.

Ainda para Muecke, o registro de *eironeia* surge na *República* de Platão, significando “uma forma lisonjeira, abjeta de tapear as pessoas”⁷⁷; em Aristóteles no sentido de “dissimulação autodepreciativa, superior a seu oposto, a *alazoneia*, ou dissimulação jactanciosa”⁷⁸.

Somente no Romantismo, a partir do final do século XVIII, ocorre uma mudança no conceito de ironia, na literatura e na crítica literária, “trazendo à tona uma possível relação desta nova concepção com uma mudança no gosto literário, que resultaria na chegada à modernidade”⁷⁹. Sobre essa nova forma (moderna) de escrever e ler a ficção, visto que a obra *Dom Quixote*, de Cervantes, também, a partir deste período, passa a ser lida de forma irônica⁸⁰, Duarte afirma que:

[...] introduz-se na obra a figura de um eu “representante da representação”, instância que se completa com a presença de um narratário. Desnuda-se assim ironicamente o fingimento e os artifícios da construção textual e, a partir dessa incorporação da ironia aos seus processos, a literatura deixa de pretender ser mimese, reprodução da realidade, e passa a revelar-se produção, linguagem, modo peculiar de se form(ul)ar um universo, considerando-se a própria linguagem um mundo.⁸¹

A diferença entre a literatura moderna ou romântica e a clássica surge a partir do momento em que a posição do autor não está mais associada à de quem quer transmitir alguma verdade ou à de quem possui certa autoridade para transmitir lições. Já não é mais o

⁷⁴ CZARNOBAY, loc.cit.

⁷⁵ CZARNOBAY, loc. cit.

⁷⁶ MUECKE, D.C. **Ironia e Irônico**. Trad. Geraldo Gerson e Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995, p.30.

⁷⁷ Ibid.,p.31.

⁷⁸ Ibid., p.31.

⁷⁹ CZARNOBAY, op.cit., p.45-46.

⁸⁰ Ibid., p.46.

⁸¹ DUARTE, op.cit., p.18.

autor que se coloca explicitamente em sua obra, mas um narrador nada convencional que joga de todas as formas possíveis de dissimulação. A ficção não busca a imitação real da vida e a literatura passa a ser vista como “a representação da representação”. As artimanhas e os artifícios da ficção passam a ser desvendados. A ironia passa a ser o principal elemento de transformação desta nova forma de ficção, pois é por meio dela que a ambiguidade e o humor começam a fazer da literatura um jogo de linguagens e este novo mundo das letras pretende compensar “a realidade infinita e incompreensível”⁸², que o cerca.

Uma das distinções entre literatura clássica e romântica/moderna tem como base o uso a ironia: a posição do autor literário (e do artista de um modo em geral), no classicismo, é a de quem está imbuído de “autoridade” e tem algo a dizer – uma verdade a dizer – uma verdade a transmitir, uma lição a comunicar. Adotando de modo geral a postura do demiurgo esse autor não se coloca explicitamente em sua obra⁸³.

Czarnobay assevera que “a dissimulação da ironia como elemento da configuração literária e o marco teórico deste novo conceito de ironia é a obra de Friedrich Schlegel (1772-1829)”⁸⁴. Segundo a autora de *Machado de Assis e a Ironia: estilo e visão de mundo*, a partir dele e,

[...] principalmente de alguns de seus *Fragmentos*, a ironia apropria-se da literatura, passando a ser uma forma de interpretação não só de obras escritas durante a Era Romântica, mas também de obras anteriores, como foi o caso do romance *Dom Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes (1547 – 1616)⁸⁵.

Muecke assegura, na mesma direção, que os novos significados assumidos pela palavra “ironia” apareceram, principalmente, por conta do “ironólogo”⁸⁶, filósofo alemão Friedrich Schlegel, não provocando a perda dos significados antigos. A definição de ironia teria, então, muitos ângulos ou pontos de vista: um primeiro estágio seria considerar a ironia não mais

⁸² MUECKE, op.cit. p.39.

⁸³ DUARTE, op. cit. p.17.

⁸⁴ CZARNOBAY, op.cit. p.45.

⁸⁵ Ibid., p.46.

⁸⁶ MUECKE, op.cit., p.35.

como alguém sendo irônico, mas alguém sendo vítima da ironia “mudando assim a atenção do ativo para o passivo”⁸⁷.

A vítima poderia ser ou o alvo de uma observação irônica, feita em sua ausência ou não, ou a pessoa que deixou de observar a ironia, seja ela ou não o seu alvo. Uma vez que a noção de ironia estava ligada à vítima ingênua ou incompreensiva da Ironia Verbal ou de alguma outra forma da Ironia Instrumental.⁸⁸

Em *Ironia e Irônico*, Muecke vai mostrando a dificuldade em nomeá-la, pois “o século XIX ofereceu muitos termos para essa generalização das ironias de eventos”⁸⁹: ironia trágica, cômica, de modo, de situação, filosófica, prática, dramática, verbal, retórica, autoironia, socrática, romântica, cósmica, do destino, do acaso, do tempo, da vida e de caráter. E ainda, cada autor teria a sua própria ironia de acordo com suas preocupações em relação ao meio, técnica, função, tom e atitude⁹⁰; cita alguns como Karl Solgern, I.A. Richards, Kiekegaard, Cornop Thirlwal entre outros. Muecke acredita que com Schlegel a “ironia tornou-se aberta, dialética, paradoxal, ou ‘romântica’”⁹¹.

De acordo com Duarte, a partir do momento que o homem se depara com a infinitude de seus desejos e a transitoriedade da vida, o escritor confronta-se com um paradoxo: a amplitude da vontade humana e a impossibilidade de relato completo da vida⁹²; que é “irremediavelmente imperfeita ou contraditória”⁹³.

Este período coincide com a valorização do indivíduo, na civilização ocidental. Segundo Duarte, esta seria uma resposta contra a “massificação do homem feita em nome do progresso e da vitória da burguesia”⁹⁴. Ao mesmo tempo em que o homem reconhece a sua capacidade criadora nas artes e na literatura, provoca o enlevamento do dinheiro, dos jogos de aparência, do poder e do progresso. A ficção funcionaria como sua outra vida, mesmo que ilusória, e é responsável por preencher as lacunas deixadas pelas frustrações inerentes a ela. Duarte assevera que:

⁸⁷ MUECKE, loc.cit.

⁸⁸ MUECKE, loc. cit.

⁸⁹ Ibid., p.38.

⁹⁰ DUARTE, op.cit., p.18.

⁹¹ Ibid., p.39.

⁹² DUARTE, op. cit. p.17.

⁹³ MUECKE, op.cit. p.38.

⁹⁴ DUARTE, op.cit., p.142.

[...] esses textos constroem-se com os mesmos jogos de engano que denunciam, revelando que o grande interesse do homem é apenas consigo mesmo e com seu medo de morte, motivo pelo qual ele se ocupa em ter ou em criar uma ilusão em que acredite ⁹⁵.

Cabe ao artista ou, no nosso caso, ao escritor, criticar a sociedade, mesmo que disfarçadamente, usando os artifícios propiciados pela ironia e pelo humor: afirmando e negando, rindo de si mesmo e, ao mesmo tempo, rindo de todos, debochando do que é considerado sério e utilizando-se dos mesmos “jogos de enganos” da sociedade hipócrita e interesseira de sua época. O escritor utiliza-se do lúdico, inserindo o leitor como cúmplice do enredo, responsabilizando-o pelo desfecho e explicando metalinguisticamente a forma como o romance está sendo criado e organizado. Estas características, como os diálogos com o leitor, são constantes nas obras de Machado de Assis. O romancista percebeu que colocar o leitor no centro das atenções, no mesmo lugar das personagens, seria uma forma de tornar a ficção possível, pois é ele, o leitor, que a completa. Frequentemente, ele é convidado a refletir com o narrador sobre suas desconfianças, seu método de escrita e até mesmo dar-lhes broncas se o mesmo não quiser seguir a narração de acordo com a ordem, pelo narrador, estabelecida. A personagem Brás Cubas, por exemplo, ao narrar sua vida, em suas memórias póstumas, explica o seu estilo: próximo aos “ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem” tornando-se contrário à narração “direta e nutrida”, comum ao estilo dos romances românticos:

Começo a arrepender-me deste livro. [...] Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e, aliás, ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem [...] ⁹⁶.

Em *Esau e Jacó*, Machado de Assis, em mais um capítulo, expõe sua forma de conduzir a narração, não como o hábito da época, já esperado pelas leitoras ávidas por aventuras romanescas:

⁹⁵ Ibid., p.143.

⁹⁶ ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick, p.134.

O que a senhora deseja, amiga minha, é chegar já ao capítulo do amor ou dos amores, que é o seu interesse particular nos livros. [...] Francamente eu não gosto de gente que venha adivinhando e compondo um livro que está sendo escrito com método. A insistência da leitora em falar de uma só mulher chega a ser impertinente. [...] Não, senhora minha, não pus a pena na mão, à espreita do que me viessem sugerindo ⁹⁷.

Segundo Muecke, o homem, por não compreender sua realidade infinita, por ser limitado em sua existência minguada e inconsistente, tenta utilizar-se de seu poder intelectual sobre o todo para reduzi-lo a um nível apreensível. E este nível está ao alcance da imaginação que atrelada à ficção, pode tornar a existência humana enriquecida de novas experiências, aventuras e conhecimentos inacessíveis à vida real.

Não obstante, ele é impelido ou, como se diz agora ‘programado’ para compreender o mundo, para reduzi-lo à ordem e coerência, mas qualquer expressão de seu entendimento será inevitavelmente limitada, não só porque ele próprio é finito, mas também porque pensamento e linguagem são inerentemente sistemáticos e ‘fixativos’, enquanto que a natureza é inerentemente elusiva e proteica ⁹⁸.

Então surge como solução a ironia romântica, revelando o mundo da linguagem como um universo próprio da dissimulação e do fingimento, passando a ser uma das principais características da Literatura Moderna. Para esta situação de incompreensão do homem diante da realidade, Muecke chama de “Ironia Observável da Natureza que tem o homem como vítima” ⁹⁹. Para o crítico, a Natureza brinca com sua própria criação: o homem; ironizando-o, tirando-o de sua confortável posição de conhecedor de todos os segredos do universo e de sua habitual prepotência.

Assim como de uma natureza personificada pode-se dizer que brinca com – ironiza suas formas criadas, parecendo prometer a cada uma delas uma inteireza e uma estabilidade e ser, apenas para relativizá-las e desestabilizá-las no fluxo sem fim da criação e da des-criação [...] ¹⁰⁰.

⁹⁷ ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p.65.

⁹⁸ MUECKE, op.cit., p.39.

⁹⁹ MUECKE, loc. cit.

¹⁰⁰ Ibid., p.40.

Em contrapartida, o artista, apesar de pertencer a esta mesma natureza, procura por meio de sua inventividade, imaginação e criatividade, transcender esta finitude imposta, criando e “des-criando” mundos, formas, vidas e universos. Sua maneira de compreender e apreender o mundo caótico em que vive.

[...] assim também a homem ou mais especificamente o artista, sendo ele próprio uma parte da natureza, tem ao mesmo tempo uma energia criativa e uma des-criativa, uma inventividade entusiasta, irrefletida, e uma inquietação irônica, autoconsciente que não pode satisfazer-se com a finitude da realização, mas deve continuar transcender mesmo aquilo que sua imaginação e inspiração criaram ¹⁰¹.

Machado de Assis cria uma versão da Natureza que brinca com o homem, sua finitude e sua relatividade. No capítulo intitulado “O delírio”, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o protagonista após ser arrebatado por um hipopótamo e cavalgar em direção à origem dos séculos depara-se com um vulto de mulher:

Chama-me Natureza ou Pandora; sou tua mãe e tua inimiga. Ao ouvir esta última palavra, recuei um pouco, tomado de susto. A figura soltou uma gargalhada, que produziu em torno de nós o efeito de um tufão; as plantas torceram-se e um longo gemido quebrou a mudez das coisas externas.

— Não te assustes, disse ela, minha inimizade não mata; é sobretudo pela vida que se afirma. Vives, não quero outro flagelo.

— Vivo? Perguntei eu, enterrando as unhas nas mãos, como para certificar-me da existência.

— Sim, verme, tu vives. Não receies perder esse andrajo que é teu orgulho; provarás ainda por algumas horas, o pão da dor e o vinho da miséria ¹⁰².

A personagem será levada a ver “glórias” e “misérias”, “flagelos” e “delícias”. Os paradoxos inerentes à humanidade não param de ser apresentados: “[...] sombra e luz, apatia e combate, de verdade e de erro [...] de ideias novas e novas ilusões” ¹⁰³. A imaginação, nem tão pouco, a ciência possuem status neste universo gelado. O homem e tudo que fora criado por ele terá o mesmo fim: o cemitério. Toda a ilusão humana em compreender, entender ou explicar o universo morrerá junto com seus desejos. Pandora se diverte com o sofrimento

¹⁰¹ Ibid., loc. cit.

¹⁰² ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick, 1999, p.29.

¹⁰³ Ibid., p.32.

imposto a suas criaturas: viver é um martírio. Contudo, o homem entende, ingenuamente, ser a vida um triunfo, mas enquanto se ilude no que acredita ser a vida, a liberdade e o poder, Pandora lhe reservará “o pão da dor e o vinho da miséria”, símbolos cristãos, o corpo e o sangue de Cristo.

Neste excerto, percebemos o uso de uma sarcástica ironia e pessimismo em relação à vida: a natureza é mãe, representa a origem da humanidade e toda a existência. Seria aquela que cria, cuida e protege, no entanto, paradoxalmente, se autodefine “sou tua mãe e tua inimiga”. A mesma fonte de vida será, concomitantemente, fonte de miséria, dor: “Vives, não quero outro flagelo” e morte: “Eu não sou somente a vida, sou também a morte, e tu estás prestes a devolver-me o que te emprestei”¹⁰⁴. A Natureza torna-se, então, participativa da ironia.

Loildo Teodoro Roseira afirma em sua tese de doutorado que “[...] a própria concepção de narrativa em Memórias Póstumas escarnece as intenções de representação da natureza nas literaturas realista e romântica”¹⁰⁵. Segundo ele, pelo fato de o capítulo “O delírio” apresentar-se como narrativa fantástica se diferencia dos conceitos realistas e românticos de verossimilhança, “já que põe em cena visões oníricas de Brás Cubas convaléscente”¹⁰⁶.

Lélia Parreira Duarte afirma que “O que o novo artista recusa é a visão direta da realidade” e nada melhor que a ironia *humoresque* “aquela que diz sem dizer ou simultaneamente afirma e nega, numa oscilação constante”¹⁰⁷. “Missa do Galo”, conto machadiano pertencente ao livro de narrativas *Páginas Recolhidas* (1899), é outro belo exemplo. No conto, o narrador relembra uma conversa que tivera com a personagem D. Conceição, casada e traída pelo marido, o escrivão Meneses, em plena noite natalina. “Nunca pude entender a conversação que tive com uma senhora, há muitos anos, contava eu dezessete, ela trinta”¹⁰⁸. Conversa que não teria a menor importância se não fosse o jogo de cena, de movimentos, olhares, sussurros, a percepção aguda do rapaz nos “grandes olhos espertos” da senhora, nos joelhos, nas pernas que cruzam, nos lábios que ele umedece, nos ombros que já vira, mas que agora pareciam ter outra significação, no sentido duplo de suas palavras “Já disse que ela era boa, muito boa”¹⁰⁹. Para Duarte, “Imaginário e fantástico

¹⁰⁴ Ibid., p.30.

¹⁰⁵ ROSEIRA, Loildo Teodoro. **Uma leitura sobre a representação da Natureza em Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 2012. 136f (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2012. p.19.

¹⁰⁶ Ibid., p.20.

¹⁰⁷ DUARTE, op.cit., p.156.

¹⁰⁸ ASSIS, Machado de. Missa do Galo. In: **Machado de Assis: Contos**. Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997, p.99.

¹⁰⁹ Ibid., p.100.

rondam a cena”¹¹⁰, pois havia “a imaginação do adolescente não habituado ao corpo feminino”¹¹¹ e que naquela noite lhe parecia atraente, a missa do galo e a aparição da mulher como um vulto.

Segunda a autora, “o conto afirma a sua impossibilidade de afirmar, a sua relação com um tempo de lazer, de intervalo, de espera, de distração, de fantasia e de sonho, com a camuflada liberação de desejos reprimidos e velada crítica a uma sociedade hipócrita e preocupada com aparências”¹¹². É por meio das insinuações de ambas as personagens que se torna possível percebermos o desnudamento do desejo humano não explícito. E comumente na obra machadiana, ao leitor resta resolver o enigma do misterioso diálogo entre as personagens, pois para o próprio narrador é o não resolvido.

E o que o seria então o humor e o riso? Ingo Voese citando Koestler afirma ser o humor:

um texto que apresenta um componente básico que é a agressividade, ou seja, é um tipo de discurso em que a ação do enredo se faz de forma extremamente ágil, direta e dentro de uma trajetória emocional quase sempre rigidamente linear até o momento em que ocorre uma aparente quebra abrupta da sequência¹¹³.

Considerando a afirmação de vários estudiosos que o homem é o único animal que ri, “Não há comicidade fora daquilo que é humano”¹¹⁴, o riso é explicado “pela sensação de superioridade diante do risível, mas também pelo fato de o homem saber que não é imortal”¹¹⁵. Assim, o riso, um sinal de alegria, está relacionado tanto com a condição trágica da vida, como o “prazer de pensar, o gosto do engano e a possibilidade de subverter, provisoriamente, através do jogo, a condenação à morte e tudo aquilo que a representa. [...] o riso pode revelar o sofrimento em toda a sua crueza”¹¹⁶.

Segundo Duarte, o riso possui dois objetos — o outro e o eu — por ser provocado pela ironia “é uma afirmação de poder sobre o outro, considerado então de alguma forma,

¹¹⁰ DUARTE, op.cit., p.157.

¹¹¹ DUARTE, loc. cit.

¹¹² DUARTE, op.cit., p.156.

¹¹³ VOESE, Ingo. Discurso humorístico: um estudo introdutório. **Revista Leitura: Estudos Linguísticos e Literários**, n.5/6, 1989/90, p.7. ISSN0103-6858.

¹¹⁴ BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.2.

¹¹⁵ DUARTE, op.cit, p.51.

¹¹⁶ DUARTE, loc. cit.

inferiorizado”¹¹⁷. No sentido oposto, o riso provocado pelo humor “volta-se para o próprio eu, que brinca com seus costumes, crenças, pretensões ou manias”¹¹⁸. Bergson assevera que “O nosso riso é sempre um riso de grupo”¹¹⁹, seria ainda, o riso, um caso de cumplicidade entre os outros ridentes, reais ou imaginários¹²⁰, assim, o riso só passa a ser compreensível dentro da esfera social que é o seu meio natural “é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é a função social. [...] o riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum”¹²¹. Por exemplo, uma piada contada entre pessoas da mesma cidade ou comunidade, ou até mesmo de um mesmo país e um estrangeiro ou morador de outra cidade a ouvisse certamente não riria, pois o mote do riso não possui significação social para o ouvinte de outras terras. Duarte afirma que o conceito do riso mistura-se a vários outros conceitos, “como o humor, ironia, comédia, piada, brincadeira, sátira, grotesco, farsa ou jogo de palavras”¹²², oferece, portanto, resistência a qualquer definição. De acordo com Duarte, o riso rompe com “o círculo de automatismos cristalizados em torno do ser” e conclui que a sua fonte “é assim, a percepção do caráter fluido e evanescente da linguagem e a consciência de que qualquer atrelamento do significado ao significante é artificial, fingido ou ideológico [...]”¹²³. Logo, a partir das reflexões citadas até o momento, entendemos ter o riso significado e alcance sociais, que não há riso ou comicidade fora daquilo que é inerente ao homem e ainda que o riso é provocado pela percepção de certa inadaptação do homem à sociedade, castigando os costumes, pois “O que a vida e a sociedade exigem de cada um de nós é uma atenção constantemente vigilante, a discernir os contornos da situação presente [...]”¹²⁴.

Retornando à personagem D. Tonica, de *Quincas Borba*, citada no princípio deste estudo sobre o humor: nós não somos complacentes com os sentimentos da personagem, porque a emoção impede o riso que não tem relação com a moralidade, assim como a literatura. E não deixando de perceber a atuação da criatividade do escritor em permitir ou não a nossa simpatia em relação às suas personagens. De acordo com Bergson,

[...] na emoção que nos deixa indiferentes e que se tornará cômica, há uma rigidez que a impede de entrar em relação com o restante na alma na qual ela assenta. Essa

¹¹⁷ Ibid., p.53.

¹¹⁸ Ibid., p.53-4.

¹¹⁹ BERGSON, op.cit, p.5.

¹²⁰ Ibid., loc.cit.

¹²¹ Ibid., p.6.

¹²² Ibid., p.57.

¹²³ Ibid., p.58.

¹²⁴ Ibid., p.12

rigidez poderá mostrar-se, em dado momento, por meio de movimentos de fantoche e então provocar o riso, mas já antes ela contrariava nossa simpatia ¹²⁵.

A sátira não é objeto de nosso estudo, mas vale a pena trazer alguns conceitos para não confundirmos os termos, visto que ela aparece em algumas interpretações das obras machadianas. A ironia, como dita anteriormente, tem caráter agressivo e preza pela reflexão, além de sua percepção ser mais sutil e não necessariamente provocar o riso. A sátira tem fundo moralizante, porque critica um valor ou conduta de forma explícita e traz sempre um final hilário, provocando o riso, logo um tipo de humor, conforme Voese, “Se observar a sátira, uma forma de humor, percebe-se que ela é um tipo de texto que, tendo por característica principal o final hilariante conterá uma maneira mais ou menos direta, uma crítica a um valor, explícito ou presente na conduta de um personagem” ¹²⁶.

A sátira, aparentemente incongruente, não é um discurso convencional e Kolek quando a estuda, observa que ela contém: “elementos com qualidades discrepantes, incompatíveis e até contraditórios entre si [...] ou do senso comum” ¹²⁷. E esta aparente falta de harmonia ou adequação dos discursos comuns que circulam na sociedade,

vai depender de três fatores interrelacionados: a) signos potencialmente ambíguos; b) grau de aparente incompatibilidade dos elementos; c) pistas suficientes para indicar a solução para a contradição. Solicita-se que o destinatário preste atenção à armadilha semântica que provocará o riso: ele precisa perceber o jogo ¹²⁸.

Do mesmo modo que na ironia, a sátira, com seu aparente jogo de incongruência, só fará sentido com o esforço do destinatário em reorganizar o discurso como um todo. E esta reordenação será possível por meio dos “elementos de ordem social que, no caso da sátira, deverão servir à recomposição da congruência”,¹²⁹ trazidos pelo indivíduo. O crítico completa: “O que sabe é, pois, que o humor é elíptico, ou seja, a informação mais importante está implícita” ¹³⁰.

¹²⁵ Ibid., p.106.

¹²⁶ Ibid., p.11.

¹²⁷ Ibid., p.8.

¹²⁸ Ibid., p.9.

¹²⁹ Ibid., p.9.

¹³⁰ Ibid., p.10.

Entendendo a sátira como “um texto em que a ação é sempre deliberada, intencional”¹³¹, o cômico pode ser entendido como algo feito ou dito de forma proposital ou desavisada. Sendo assim, o texto satírico vai “quase diretamente à condenação. [...] será quase diretamente avaliativa”¹³². E logo não dependerá de um contexto discursivo, pois “a sátira se ocupa de uma crítica dirigida a determinados fatos ou valores, situados geográfica ou temporalmente [...] a sátira tem dificuldade de sobreviver fora dos limites espaciais ou temporais”¹³³. E precisa tanto da realidade social quanto da presença do destinatário que dará o sentido completo ao discurso e daí surge o efeito cômico. Entende-se a sátira, portanto, moralizante.

A sátira é, de fato, uma caricatura verbal: induz a que se destaque o que se desaprova. O efeito cômico da sátira advém da presença simultânea, na mente do destinatário, da realidade social que lhe é familiar e sua reprodução distorcida — a partir da ótica do satírico: faz com que, repentinamente, descubra o absurdo do familiar e a familiaridade do absurdo. [...] O autor se vale do recurso da ironia, por sua sutileza, para fazer valer o efeito cômico. E a ironia precisa ser percebida e dar-se a perceber. Se o destinatário não perceber a sutileza da construção da crítica, não haverá o cômico, o riso, restando o literal grotesco, e, às vezes, o ininteligível¹³⁴.

1.3 Crônicas machadianas: o tempo feito texto

*“[...] Olhas para a guerra, o murro, a facada
como para uma simples quebra da monotonia universal
e tens no rosto antigo
uma expressão a que não acho nome certo
(das sensações do mundo a mais sutil):
volúpia do aborrecimento?
ou, grande lascivo, do nada? [...]”*

(Carlos Drummond de Andrade, “A um bruxo com amor”)

A experiência de viver de um homem no mundo remete-nos, inevitavelmente, à ideia de tempo: ao tempo que passou e ao tempo que virá, às experiências que ficam e às expectativas em relação ao desconhecido. Assim, o homem é um ser temporal, finito na sua existência, encerrado na morte.

¹³¹ Ibid., p.12.

¹³² VOESE, loc., cit.

¹³³ Ibid., p.13.

¹³⁴ Ibid., p.13-14.

São coexistentes o tempo cósmico ou natural e o tempo histórico e a conexão entre os dois relaciona-se à experiência dos homens no mundo, tanto em sua atuação política, como sua vida em sociedade. O tempo histórico é uma realidade plural, diversificada, da mesma forma, a diversidade da experiência humana. Dessa forma, não esgota uma única resposta, sendo fruto das experiências e expectativas de homens e mulheres, não coincidindo com o tempo natural.

Trilhando esse caminho de definições históricas, Reinhart Koselleck retoma as duas categorias de Jauss para compreendermos o tempo histórico: *espaço de experiência e horizonte de expectativa*. Segundo o autor, “Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história.” E continua, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”¹³⁵.

Para Koselleck, a história depende da experiência e da expectativa, pois ela é tecida pela “recordação” e pela “esperança”, logo, não existe uma sem a existência da outra. “Elas entrelaçam passado e futuro”¹³⁶.

A experiência reporta ao passado-presente, cujos acontecimentos foram incorporados pela tradição e podem ser recordados; já a expectativa “se realiza no hoje” e aponta ao não-experimentado, ao futuro que pode ser transformado, trazendo consigo “esperança e temor, desejo e vontade, inquietude e curiosidade”¹³⁷.

Utilizando-se deste entrelaçamento temporal entre passado – presente – futuro, nos direcionamos para um escritor capaz de tecer os fios da história com a galhofa, a melancolia e a “agulha da imaginação”. Machado de Assis, com seus escritos sobre o presente liberal e escravista brasileiro, intercepta o futuro promissor das Luzes, da Ordem e do Progresso, esmigalhando grandes certezas, utopias e otimismo, transformando-os aos poucos no pó das expectativas inúteis. Sua arma: o ceticismo. E o cético, por sua vez, “não tem mestre e não forma discípulos. Ele sabe que as escolas tanto faz políticas, religiosas ou literárias, constituem-se sobre dogmas e não sobre dúvidas”¹³⁸.

A grande expectativa futurística do Brasil da *Belle Époque* estava em render culto ao progresso, às novas ideias liberais, abolicionistas e republicanas, embalada pelas novas correntes do determinismo, do darwinismo e pela filosofia positivista de Comte. Ideias

¹³⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p.306.

¹³⁶ Ibid., p.308.

¹³⁷ Ibid., p.313.

¹³⁸ KRAUSE, op.cit, p.101.

importadas da Europa que aqui, na cidade carioca, prometiam o choque entre a tradição e os novos costumes. Deste embate surgiram mudanças na configuração da corte carioca tanto nos modos de agir, pensar, construir e até vestir.

Kátia Muricy, em *A Razão Cética*, discorre a respeito dessas mudanças, que se iniciaram na transição da colônia ao Império:

A corte do Rio de Janeiro, onde vivem as personagens de Machado de Assis, assistiu a transformações radicais do século. Iniciada com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a modernização da cidade acelerou-se no Segundo Reinado: por suas ruas iluminadas a gás passeavam os bondes elétricos [...]. Aberta para uma nova sociabilidade, urbana e cosmopolita, a família iria aos poucos mudar sua feição. [...] os novos hábitos e valores iriam conviver, às vezes conflituosamente, com os antigos costumes da tradição colonial ¹³⁹.

A vida social brasileira iniciou um processo de modernização depois da vinda da família real que trouxe consigo os novos hábitos já cultuados no velho mundo e que fariam a cabeça da colônia brasileira. A expectativa sobre o novo modo de viver da corte carioca era inevitável, mas ainda era preciso resolver o que fazer com a experiência do presente escravista.

Muricy afirma que “O presente ficava suspenso pela urgência de modernizar, civilizar, à moda europeia, os hábitos sociais; um pé no passado, um pé no futuro – eis o nosso solo”¹⁴⁰.

Assim do princípio ao fim do século XIX, a corte carioca viveu momentos de grandes contrastes. De um lado, o *espaço de experiência*: a escravidão e suas mazelas, os hábitos rudes, as ruas ainda alumiadas com azeite de peixe e inundadas pelo “escoadouro de águas servidas dos sobrados” ¹⁴¹, os quiosques de rua que de tudo vendiam, o paternalismo, o latifúndio. Do outro, o *horizonte de expectativa*: o liberalismo, o abolicionismo mal resolvido, a industrialização, as novidades da urbanização das ruas, a ciência, o “desfile de uma variedade inédita de tipos sociais [...] comerciantes, diplomatas, literatos, políticos e artistas estrangeiros

¹³⁹ MURICY, Katia. **A razão cética**: Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.13.

¹⁴⁰ Ibid., p.34.

¹⁴¹ FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira edição. In: **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. 15. ed. São Paulo: Global editora, 2004.p.32.

[...]”¹⁴², a vestimenta, e até mesmo a ocupação da rua e dos salões por mulheres e homens, daquele século, habituados ao confinamento em suas casas¹⁴³.

E não há melhor tecedor das letras sobre fatos marcantes e até mesmo banais do nosso tempo do que o cronista, que, segundo Machado, seria a “fusão agradável do útil e do fútil”, um “colibri na esfera vegetal” que “salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se”¹⁴⁴ sobre as notícias cotidianas, sobre um tempo social e até mesmo sobre a política.

Antonio Candido, autor de *A vida ao rés-do-chão*, não considera a crônica “gênero maior”, pois segundo ele “Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas.”¹⁴⁵ Mas acredita que a crônica “pode servir não apenas de caminho para a vida, mas para a literatura.”¹⁴⁶ A respeito da crônica Candido assevera que:

É curioso como elas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social.¹⁴⁷

Marlyse Meyer, em *Voláteis e Versáteis*, afirma ter sido a princípio, o folhetim ou *le feuilleton*, “novidade de Paris”, “espaço vazio destinado ao entretenimento”¹⁴⁸. Inaugurado na França, em 1836, por Giardin, no *La Press* e depois copiado pelo *Le Siècle*, o folhetim tinha um lugar preciso no jornal: o rodapé, já nascendo com vocação para o frívolo. Espaço de recreação que abriu portas para o “romance rocambolesco” e a fórmula “continua amanhã”, entrando no hábito e suscitando expectativas nos leitores. Meyer afirma que, em Paris, “No começo da década de 40¹⁴⁹ a receita está no ponto, é o filé mignon do jornal, grande isca para atrair e segurar os indispensáveis assinantes”¹⁵⁰. Dessa forma, com o passar do tempo, o folhetim adquire nova configuração e se torna responsável pela publicação de todos os romances em forma seriada, facilitando também, a divulgação de jovens autores.

¹⁴² MURICY, op.cit., p.51.

¹⁴³ Ibid., p.55.

¹⁴⁴ Trecho retirado da crônica “O folhetinista” publicada em *O Espelho*, em 30 de outubro de 1859.

¹⁴⁵ CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p.13.

¹⁴⁶ Ibid., p.14.

¹⁴⁷ Ibid., p. 17-18

¹⁴⁸ MEYER, Marlyse. *Voláteis e Versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica*. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p.96.

¹⁴⁹ Leia-se 1840.

¹⁵⁰ MEYER, op.cit., p.98.

O folhetim parisiense foi “desbatizado” ao chegar a terras brasileiras e nomeado *Folha Literária*, *Folha História* ou *Appendix*. É inaugurado no Brasil, no *Jornal do Comércio*, em outubro de 1838. De acordo com a autora de *Voláteis e Versáteis*, diferentemente da “gastronomia refinada” francesa, o folhetim brasileiro “é substancioso prato feito, mistura forte”¹⁵¹, desmitificando assim prováveis e acentuados preconceitos em relação ao gênero, pois o folhetim nacional seria uma das primeiras formas de passagem do jornal para o livro, tornou-se aqui também umas das partes mais atrativas do jornal e lançou sucessos como *O Guarani* e *A Viúvinha* no *Diário do Rio de Janeiro*. No *Correio Mercantil*, Manoel Antonio de Almeida, entre os anos de 1852 e 1853, publica *Memórias de um Sargento de Milícias*. Machado de Assis também lançaria dois de seus romances: *A Mão e a Luva*, em *O Globo*, e *Iaiá Garcia*, em *O Cruzeiro*. Assim como muitos romancistas nacionais, Machado inicia, aos vinte anos, sua carreira como folhetinista: em 1859, na revista de literatura, *O Espelho*, direcionada para modas, indústria e arte.

Antes mesmo de a crônica ser aceita como gênero tipicamente parisiense, outros autores asseguram sua origem na época dos reis, “o cronista oficial devia registrar em ata toda a história de um rei, de um reino, de um povo, além de fazê-lo de forma que a posteridade tivesse a melhor imagem dos dias e das pessoas que a antecederam”¹⁵². Em busca de definições sobre a procedência do primeiro cronista a escrever sobre o Brasil e sua primeira crônica, Jorge de Sá afirma ser a carta de Pero Vaz de Caminha “a criação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes [...]”¹⁵³. Apesar de o cronista ser lusitano, sua importância vai além de um simples registro formal para *el-rei* de Portugal, ela adquire valor histórico para o nosso país e segundo o autor, “é o marco inicial de uma busca que, inevitavelmente, começaria na linguagem dos ‘descobridores’ que chegavam à Terra de Vera Cruz, até que um natural dos trópicos fosse capaz de pensar a realidade brasileira[...]”¹⁵⁴. Da torre para o jornal e da Europa para o Brasil, a crônica abasileirou-se, ganhou nova versão, conseguiu espaço nos jornais e tornou-se “praticamente um gênero literário”¹⁵⁵.

Machado de Assis num texto intitulado “O nascimento da crônica”, em 1º de novembro de 1877, aponta a origem do gênero a partir da conversa entre as duas primeiras vizinhas:

¹⁵¹ Ibid., p.102.

¹⁵² CRUZ JUNIOR, Dilson Ferreira de. **Estratégias e Máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo: Nankin Editorial; Humanitas FFLCH/USP, 2002, p.32-3.

¹⁵³ SÁ, Jorge de. **A Crônica**. São Paulo: Ática, 1995, p.7.

¹⁵⁴ SÁ, loc. cit.

¹⁵⁵ CRUZ JUNIOR, op.cit., p.33.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica ¹⁵⁶.

Nesse ambiente de descontração, irreverentemente, o cronista compara a crônica a um bate-papo entre comadres. E como considera *Candido*, a crônica “com ar de coisa sem necessidade” pode levar a fundo um momento histórico, e a informalidade da escrita, sem rebuscamentos, “que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural”, aproxima-se do leitor, artifício muito utilizado por Machado em seus escritos, e completa, “na sua despreensão, humaniza” ¹⁵⁷.

Não obstante sua aparente descontração e perenidade afirmadas pelo autor de “A vida ao rés-do-chão”, pois o jornal lido, no dia seguinte, acabaria por “embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” ¹⁵⁸ e de não imaginar um Prêmio Nobel atribuído a um cronista, “por melhor que fosse” ¹⁵⁹, as crônicas de muitos autores conseguiram transpor a barreira do tempo e da história e até mesmo as expectativas de muitos críticos, firmando-se nos livros e conquistando cada vez mais espaço entre os pesquisadores nacionais: Lúcia Granja, Sidney Chaloub, John Gledson, Marlyse Mayer, Sonia Brayner entre outros utilizados neste trabalho.

Contrariando as afirmações oscilantes do renomado crítico de “A vida ao rés-do-chão”, acreditamos que as crônicas machadianas compartilham do valor e da visão de seus contos e romances da segunda fase, tendo aquelas, por seu caráter aparentemente “frívolo” e informal, se tornado espécie de ensaio de técnicas narrativas para estes. Assim, para esta pesquisa, a análise de quatro crônicas será a primeira tarefa a ser cumprida até chegarmos à análise do conto “Pai contra mãe” e por sua vez demonstrarmos, entre outras coisas, a presença marcante do estilo do cronista dentro da vertente ficcional, como a presença de um narrador não confiável ou volúvel, no tom de diálogo com o leitor e às vezes um tratamento nada amável para com o mesmo, na intertextualidade com textos tradicionais, como a bíblia

¹⁵⁶ Apud Silva, 2005, p.36.

¹⁵⁷ CANDIDO, op. cit., p.3

¹⁵⁸ Ibid., p.14.

¹⁵⁹ Ibid., p.13.

ou quando cita antigos pensadores gregos e outros clássicos e nas suas interrupções abelhudas, irônicas e maledicentes.

Lúcia Granja, em *Machado de Assis, Escritor em Formação (à roda dos jornais)*, aponta estas e outras características como marcas presentes desde as primeiras crônicas escritas nos anos da década de 1860, no *Diário do Rio de Janeiro*. Segundo Granja não basta apenas “apontar, em geral, o texto da crônica como um ‘laboratório de ficção’, como uma fonte prática para o desenvolvimento de sua técnica da prosa [...] não basta para que reconheçamos o real valor desses textos de Machado, os quais apresentam, em si e por si, seu interesse”¹⁶⁰. Ou seja, é preciso acreditar no valor da crônica.

O cronista, em sua origem, perde seu lugar de escritor da história de um povo, de grandes batalhas, descobertas e conquistas de novas terras para transformar-se em o contador de histórias triviais e a “se ocupar do rés-do-chão da história e do jornal”¹⁶¹, da nova ópera, da criança jogada às galinhas, da chegada dos *bonds* elétricos, da morte do sineiro da Glória, da Abolição da Escravatura e até mesmo da Proclamação da República. Histórias contadas com seu olhar míope: miopia que “vai levá-lo a enlaçar o fútil e o grave, pela via da imagem e da derrisão irônica do estereótipo, na construção de uma poética da crônica, implícita na perspectiva heterodoxa diante da gravidade da História”¹⁶². Mesmo assim, o cronista não deixou de ser um narrador, ele agora “transforma a história do indivíduo ou da coletividade em ficção e com isso confere-lhes uma universalidade e uma perenidade que não tinham em seu estágio inicial”¹⁶³.

E diante de tamanha importância alcançada pelo gênero e demonstrada por seus respectivos cronistas e estudiosos, vamos direcionar nossos estudos ao escritor que durante quarenta e um anos (1859 – 1900) dedicou-se à tarefa de “contar histórias” em diversos jornais cariocas como: *O Espelho*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Semana Ilustrada*, *O Futuro*, *Ilustração Brasileira*, *O Cruzeiro* e por último *Gazeta de Notícias*.

As crônicas que serão analisadas nesta pesquisa pertencem ao último periódico *Gazeta de Notícias*, das seções “Bons dias!” (05 de abril de 1888 a 29 de agosto de 1889) e “A Semana” (24 de abril de 1892 a 28 de fevereiro de 1897; 04 de novembro de 1900 a 11 de

¹⁶⁰ GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, Escritor em formação (à roda dos jornais)**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000, p.18.

¹⁶¹ CRUZ JUNIOR, op.cit., p.33.

¹⁶² KRAUSE, Gustavo Bernardo. A reação do cético à violência: o caso de Machado de Assis. In: FANTINI, Marli (org.) **Crônicas da Antiga Corte: Literatura e Memória em Machado de Assis**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.144.

¹⁶³ CRUZ JUNIOR, op.cit., p.33.

novembro de 1900). É importante perceber que, para a identificação e leitura das mesmas, as datas e a seção onde foram escritas são importantes, visto não possuírem título e muitas delas serem assinadas por pseudônimos, recurso bastante usado por Machado, ou ficarem sem assinatura, o que não dificultou seu reconhecimento posterior. Na seção “Bons dias!” o cronista assinava com os “Boas noites!” e a seção “A Semana” ficou sem assinatura. Nesta última, interrompe sua colaboração que fica sob a responsabilidade do colega da fundação da Academia Brasileira de Letras, Olavo Bilac.

Segundo o crítico John Gledson, as crônicas machadianas são por vezes sarcásticas e pessimistas sem qualquer tratamento amável para com os assuntos tratados, apesar disso, são levados ao público fatos históricos dignos de reflexão,

[...] são textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista — pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas. Se não chegam a ser subversivas, não chegam a ser crônicas amáveis ¹⁶⁴.

Não só as crônicas, mas também os romances machadianos, de acordo com o autor, “pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude [...] como muitos outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia [...]” ¹⁶⁵.

E por trás da eventualidade, da frivolidade aparente ou da conversa entre vizinhas é que se escamoteia na crônica machadiana a formação de opinião, o alerta ao leitor para esquivar-se de um olhar fútil sobre o horizonte de expectativa que emerge das novidades da vida social da corte carioca. As conversas com o leitor são antes a busca por uma consciência crítica que se desloca entre a notícia e a ficção, cutuca-o com ironias, aponta para um futuro iluminado nada promissor e, até mesmo, duvidoso.

Ainda segundo John Gledson é a “[...] combinação de paixão e pessimismo que tornam essas crônicas ou algumas delas, tão extraordinárias. O conflito entre coração e mente é, em parte, resolvido por um senso de humor quase infalível” ¹⁶⁶.

¹⁶⁴ GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.117.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p.16.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.119.

1.3.1 Entre a Escravidão e a Abolição, a Opressão.

Datada em 11 de maio de 1888¹⁶⁷, dois dias antes da Abolição, a primeira crônica a ser analisada pertence à seção “Bons dias!”. As crônicas escritas nesse ano, em especial, as do mês de maio de 1888, são marcadas, principalmente, pelo posicionamento do cronista sobre a Abolição da Escravatura e as suas reais consequências na política e na sociedade. Elas retratam de forma crítica e cética o descumprimento da Lei de Emancipação, pois, mesmo após sua aprovação, alguns senhores não “avisaram” seus escravos sobre a liberdade e os já libertos não sabiam o que fazer com ela, como no caso do sineiro da Glória, crônica a ser analisada mais adiante. Machado também rejeita o “ingênuo entusiasmo abolicionista”¹⁶⁸ e o que pode parecer justiça tardia, torna-se expectativa frustrada, já que “O que parece uma mudança fundamental, resultante do idealismo e o triunfo da causa da justiça, acabará por se mostrar como uma forma diferente de opressão”¹⁶⁹. Sobre as crônicas deste ano, Gledson ilustra que,

Fosse em nível da política nacional (a queda e criação de governos e regimes), de mudanças sociais e econômicas ou da moralidade pessoal, portanto as opiniões de Machado quanto aos eventos de maio de 1888 eram inteiramente céticas¹⁷⁰.

As crônicas da seção “Bons dias!” “uma mistura do velho e do novo, do permanente e do ocasional”¹⁷¹, são de grande importância, devido ao quadro histórico retratado pelo cronista Machado, “porque há nelas um esforço mais consciente para se comprometer com grandes temas históricos, por mais que esse comprometimento seja dissimulado pela ironia”¹⁷².

A crônica de 11 de maio de 1888 descreve um momento de grande euforia e de festas nas ruas devido aos vários murmúrios sobre a possível assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, e as várias alforrias distribuídas pelos senhores que quiseram se antecipar à

¹⁶⁷ As crônicas utilizadas nesta pesquisa foram retiradas de: DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007. Para a crônica de 11 de maio de 1888, ver. p. 48- 50.

¹⁶⁸ GLEDSON, op.cit, p.128.

¹⁶⁹ GLEDSON, loc.cit.

¹⁷⁰ Ibid., p.137.

¹⁷¹ GLEDSON, John. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.25.

¹⁷² GLEDSON, loc.cit.

Emancipação. Estas alforrias antecipadas eram anunciadas nos jornais da época, na seção “A pedidos”, e conforme Gledson, uma destas poderia ter inspirado Machado a escrever a crônica do escravo Pancrácio, próxima a ser analisada.

A crônica de 11 de maio inicia-se com a sentença: “Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população” ¹⁷³. É este “olho aberto” que pretende abrir a mente do leitor, entrar fundo nas consciências e discutir criticamente sobre os fatos históricos de nosso país, no momento, a possível libertação dos escravos, que não deveria suscitar tantas alegrias antecipadas, mas reflexão profunda. A observação é lançada pelo narrador em torno da dúvida sobre as diversas opiniões e certas convicções sobre o momento histórico, como a socialista que lhe pareceu ingênua, situada mais adiante na crônica,

Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário! ¹⁷⁴

A narração segue com os fatos do dia, inicialmente, as festas em comemoração à Lei de Emancipação: “Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura [...]” ¹⁷⁵. Estas pessoas, citadas pelo narrador, parecem ser levadas por grande frenesi e aparentemente, de acordo com o comentário do cronista, podemos entender que não possuem senso crítico sobre as reais intenções políticas ou não se questionam sobre qual o significado verdadeiro da abolição dos escravos e se realmente esta será efetiva. Não defendem opinião segura ou argumentos convincentes. Ironicamente, o cronista se afasta do “resto da população”, mas, na sequência, ao mesmo tempo, se mostra indeciso frente a tantas opiniões: antes a certeza da superioridade, agora a incerteza dos fatos “[...] segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião” ¹⁷⁶. Toda

¹⁷³ DUARTE, op.cit., p.48.

¹⁷⁴ DUARTE, loc.cit.

¹⁷⁵ DUARTE, loc.cit.

¹⁷⁶ DUARTE, loc. cit.

a gente estar na rua, defendendo ou repudiando parecia necessário, mas apenas para as aparências sociais.

O cronista diz “não saber” qual partido tomar: se dos escravos ou dos proprietários, “não era por indiferença; é que me custava achar uma opinião”¹⁷⁷.

Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos¹⁷⁸.

E, com luva de pelica, o Sr. “Boas Noites” esbofeteia o leitor, lançando um dos motivos de sua “incerteza” em opinar em relação à libertação dos africanos,

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da Abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, **sem a menor explicação** (grifo nosso)¹⁷⁹.

As “alforrias incondicionais” dadas aos escravos, de última hora, eram apenas a antecipação do inevitável, não eram de forma alguma “atos de pura vontade” e não havia também qualquer generosidade em antecipar-se, pois “com a lei ou sem ela, a escravidão não estava extinta”¹⁸⁰.

A constatação do cronista surge como uma luz para clarear as possíveis dúvidas sobre as “estrelas” que caem no “meio da discussão da lei da Abolição”: muitos dos escravos fugidos estavam sendo alugados por outros senhores, estes sabiam da condição daqueles e mesmo assim o faziam, fingindo serem adeptos à nova lei a ser promulgada, no entanto, o aluguel não traria melhores condições aos negros. E os senhores, ao se vestirem com a máscara da liberdade, somente escamoteavam a condição do africano oprimido, antes escravo e agora alugado.

¹⁷⁷ DUARTE, loc. cit.

¹⁷⁸ DUARTE, loc. cit.

¹⁷⁹ DUARTE, loc. cit.

¹⁸⁰ GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 136.

Gledson assevera que, ao pesquisar em jornais da época, não encontrou notícias sobre o aluguel de escravos, mas que havia várias referências sobre as fugas em massa das fazendas de Campos, “fenômeno que cresceu a partir do mês de março de 1888”¹⁸¹. A conclusão tirada por Gledson é a de ser o aluguel um fato sabido e por isso não noticiado e que acontecia tanto no Rio como em Minas Gerais.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto¹⁸² fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário¹⁸³.

Liberdade de escravos, num país com economia baseada na monocultura não parece uma afirmação digna de ser levada a sério, e sim de risos, ainda mais por um narrador indeciso e ambíguo que, ao mesmo tempo em que lança dúvidas sobre os efeitos reais de uma lei de libertação praticamente compelida, questiona o direito sagrado da propriedade do senhor: “Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais”¹⁸⁴. Gledson afirma que a Abolição não foi efetiva, mas relativa, porque a libertação dos negros os levaria para o mercado de trabalho “no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis”; seria a condução de outra forma de “submissão dos fracos aos fortes”¹⁸⁵. O autor de *Machado de Assis: Ficção e História* declara que a Abolição é simplesmente a passagem de um sistema econômico para outro e que “[...] não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro”¹⁸⁶.

¹⁸¹ GLEDSON, John. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.57.

¹⁸² De acordo com GLEDSON, loc. cit, há uma notícia no *Jornal do Comércio*, em 19 de abril de 1888, sobre a agitação abolicionista nos municípios vizinhos a Ouro Preto, crescendo diariamente o número de fugitivos, “embora sejam muitos mandados para diversos pontos da província, às vezes com destino a estabelecimentos agrícolas”.

¹⁸³ DUARTE, op.cit, p.49.

¹⁸⁴ DUARTE, loc. cit.

¹⁸⁵ GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.124.

¹⁸⁶ GLEDSON, loc. cit.

É interessante observar ainda, em relação ao trecho acima, que, apesar de o cronista, a princípio, defender o direito à propriedade; no caso dos escravos comprados, pois de acordo com “a legislação em vigor, eram obrigados a servir uma pessoa”, também reconhece o direito de liberdade deste mesmo escravo fugido, sem obrigação ou emprego, achar salário: “Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário”¹⁸⁷.

A volubilidade do cronista é desconcertante, pois ao acharmos este partidário dos senhores, destrói em uma linha a opinião formada anteriormente, provocando o desconforto, senão o riso irônico. Verificamos então, a seguir, o questionamento sobre as contratações dos foragidos por outros fazendeiros:

Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças¹⁸⁸.

Se havia uma legislação em vigor que defendia o direito à propriedade na relação escravo - senhor, não havia, porém, uma legislação que fosse contra qualquer membro da classe senhorial, visto a visível falta de “solidariedade” entre eles. Pois o que lemos nesta passagem é a total conivência de muitos desses senhores com as fugas em massa e estas sendo aproveitadas em forma de contratação assalariada dos foragidos, sobrepondo, dessa forma, os interesses materiais ao cumprimento da lei: “Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum [...]”¹⁸⁹.

O cronista nivela tanto o escravo que se torna livre para lutar por sua sobrevivência, apesar de foragido, colocando sua liberdade acima do direito à propriedade, como defende o senhor que os aluga, pois “é que a questão passava a ser de simples luta pela vida.”¹⁹⁰ O que vale é a luta pela sobrevivência, logo independente do lado em que esteja se da classe senhorial ou dos africanos fugitivos, o importante são as vantagens adquiridas.

¹⁸⁷ DUARTE, op.cit, p.49.

¹⁸⁸ DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007, p.49.

¹⁸⁹ DUARTE, loc. cit.

¹⁹⁰ DUARTE, loc. cit.

O narrador afirma: “em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor”¹⁹¹. Esse posicionamento fictício é justificado se seguir: “não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo”¹⁹². E se defende de um possível ataque de um crítico leitor: “alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo)”¹⁹³. O cronista continua, mas agora desvia totalmente o foco da discussão “alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pegar uma peça no Clapp”¹⁹⁴. Quem seria Clapp? Segundo notas de Gledson, seria João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista. Duarte completa a informação, em nota de rodapé, afirmando ser ele um comerciante e vereador na capital do Rio de Janeiro: “Clapp foi também presidente do Clube de Libertos de Niterói, tendo sido professor de escravos alforriados e fugidos”¹⁹⁵. Segundo Duarte, a inclusão de seu nome na crônica como alguém que restituiria os negros fugidos aos senhores, faria parte de sua escrita *nonsense*.

O diálogo com um leitor fictício continua, agora com marcas de narração e a inclusão de nova personagem: este adentra à crônica como alguém que visa esclarecer algumas dúvidas do cronista ou trazer novidades, de qualquer forma, é um artifício de Machado para prender a atenção do leitor e desenvolver melhor sua crônica fictícia:

— Sim senhor. Saiba que o Clapp tinha plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização de seu **bolsinho**, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...¹⁹⁶ (grifo nosso).

Seria apenas uma escrita *nonsense* como afirma Duarte, ou o cronista estaria rindo do abolicionista, lançando descrença sobre a posição e atos deste vereador como defensor real dos africanos escravizados? A sugestão surge no próprio texto, na expressão no diminutivo “bolsinho”, se tornando irônica, juntamente com a situação descrita pelo escritor.

Após tantas defesas em prol dos fazendeiros, surge uma dúvida: por que o cronista haveria de defender a classe senhorial, mesmo ficticiamente, ao mesmo tempo, que se indigna, com a libertação que é apenas uma forma de substituição da opressão, evidenciando

¹⁹¹ DUARTE, loc. cit.

¹⁹² DUARTE, loc. cit.

¹⁹³ DUARTE, loc. cit.

¹⁹⁴ DUARTE, loc. cit.

¹⁹⁵ Ibid., p. 49-50.

¹⁹⁶ Ibid., p.50.

muitas vezes estar “ao lado do vencedor”? Krause afirma ser esta a tática machadiana para minar o discurso do poder, pois prefere nenhum combate frontal e o uso de pseudônimos, no caso desta seção, “Boas Noites!” o ajudaria nesta máscara ficcional.

Ele não combate frontalmente o poder também porque sabe o quanto o poder se alimenta de todos aqueles que lutam contra o poder. Por que lutam? Porque o querem. Se o querem então o poder sempre vence, mesmo que perca. Logo, é necessário não derrubar o poder, sob a pena de reerguê-lo mais forte, mas sim corroer o discurso do poder. É o que faz Machado de Assis desde as suas primeiras crônicas, desde os seus primeiros contos e romances ¹⁹⁷.

Dar voz ao poder não significa estar ao lado dele. Machado ao discursar, aparentemente, a favor dos senhores e da opressão, na verdade, mostra o avesso desse discurso de forma sarcástica, estilo que passou a desenvolver em suas crônicas e que faz parte de sua metaficção. Brás Cubas, por exemplo, é uma dessas vozes ácidas que dissolvem o discurso das aparências sociais e das certezas da vida.

Krause afirma que Machado de Assis, como escritor, “enfrentava a violência da história através de uma ironia peculiar capaz de mostrar o avesso dos sistemas, dos esquemas e das supostamente boas intenções do ser humano” ¹⁹⁸.

Na sequência da crônica, transita entre assuntos e muda o foco: desta vez o cronista traz à tona as especulações sobre a instauração da República. No entanto, como é sabido, Machado rega de ironias seus comentários, pois se a sua implantação parecia tão necessária quanto a Abolição, ambas, não passavam de piada, pois ele que não acredita em mudanças, descrê totalmente nas leis e atos carregados de grandes desafios e implementações.

— Mas então quem é que aqui está doido?
 — É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco do juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.
 — Vejo; creio que é um papagaio.
 — Não senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável? ¹⁹⁹

¹⁹⁷ KRAUSE, Gustavo Bernardo. A reação do cético à violência: o caso de Machado de Assis. In: FANTINI, Marli (org.) **Crônicas da Antiga Corte: Literatura e Memória em Machado de Assis**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.97.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.94.

¹⁹⁹ DUARTE, op.cit., p.50.

No trecho acima, a personagem alerta o cronista sobre “alguma coisa no ar” e este dissimula, afirmando ver um “papagaio”. A personagem replica, alertando sobre seu possível ceticismo frente às possíveis inovações trazidas com a implementação da República. Quando o cronista responde ver um “papagaio”, deixa nas entrelinhas entender ser o novo regime, metaforicamente, como um papagaio; (ou pipa), por ficar no ar, ser controlado apenas por uma linha frágil, invisível à certa distância, por estar longe do alcance da maioria, servindo apenas de brinquedo e distração para quem o comanda, ou de apreciação para quem a observa enquanto símbolo de liberdade. Também podemos interpretar a palavra “papagaio” como outro adjetivo pejorativo atribuído à República, como forma de macaqueação, imitação da implantação do regime em outros países, mostrando que, além de o cronista ser descrente em relação à República e seus benefícios, se mostra afeito ao Império, que defendia publicamente.

Logo, a libertação dos escravos era tão ilusória e distante quanto a Proclamação da República; e, mesmo esta se concretizando, não traria qualquer mudança real política e social para o país. Sobre a República, o cronista responde, “— Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este por hora não vai mal”²⁰⁰. Nesta passagem fica clara a preferência do cronista pela permanência do Império. Sobre a referência ao Capítulo dos chapéus, Gledson assevera que não possui autenticidade, pois seria Hipócrates e não Aristóteles que diz ser preciso andar de chapéu, por razões de saúde, numa peça de Molière²⁰¹: “parece que Machado lançou mão da frase, inventando o seu próprio chavão com a sua (falsa) autoridade”²⁰².

A personagem inventada pelo cronista responde que o regime do momento “vai pessimamente” e cita uma notícia do jornal da colônia alemã, *Rio-Post*, em 21 de junho de 1887, para exemplificar o motivo pelo qual a República seria indispensável.

— Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a Monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

— Não.

—Não sabe alemão?²⁰³

²⁰⁰ DUARTE, op.cit, p.50.

²⁰¹ GLEDSON, John. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.58.

²⁰² GLEDSON, loc. cit.

²⁰³ DUARTE, op.cit., p.50.

De acordo com Gledson, neste jornal há um artigo longo que ocupa a primeira página, “é um ataque à oligarquia, e aos partidos liberal e conservador, ‘panelinhas’ que exploram o país. [...]”²⁰⁴. E já que, lamentavelmente, não haveria no Brasil uma classe independente para opor-se à tal influência, conclui então neste artigo “que se deve dar mais poder, não só às províncias, como também às municipalidades, para criar a democracia que só em teoria existe no Brasil”²⁰⁵. Ao final da crônica, a personagem lança uma “algaravia”, linguagem pouco inteligível, em alemão,

E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:
 “Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist”²⁰⁶.

Pilhéria similar com o Império e a República é narrada no romance *Esau e Jacó*, no famoso caso da tabuleta do velho Custódio, dono da “Confeitaria do Império” que decide repintar a madeira, pois a mesma estava “rachada e comida de bichos”²⁰⁷ e o artista contratado para a reforma se recusa a fazer o serviço, porque “pintura nova em madeira velha não vale nada”²⁰⁸. É claro que o gracejo é direcionado para a situação política nacional do momento, a tábua rachada e bichada era o próprio Império. A renovação da tabuleta calha com a mudança de governo, a República, e Custódio teme a reação do público. Para Machado cronista e romancista, República ou Império, escravidão ou Abolição, o que muda é o nome, ou como a personagem Conselheiro Aires diz no romance citado “mas também se muda de roupa sem trocar de pele”²⁰⁹; a essência é a mesma, o rótulo é volúvel, assim como os muitos personagens machadianos, depende do interesse. Duarte esclarece ainda que,

A escravidão alicerça a ordem imperial, e a forma envergonhada com que é admitida pelos setores bem pensantes – adeptos do liberalismo de fachada com que se traveste, desde a independência, a defesa do regime – bem demonstra o quanto de hipocrisia se insere no discurso das elites. Machado não compartilha nem

²⁰⁴ GLEDSON, loc. cit.

²⁰⁵ GLEDSON, loc. cit.

²⁰⁶ Seria fácil provar que o Brasil é menos uma monarquia constitucional do que uma oligarquia absoluta. (Tradução minha).

²⁰⁷ ASSIS, Machado. **Esau e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p.108.

²⁰⁸ ASSIS, loc. cit.

²⁰⁹ ASSIS, loc. cit.

endossa em seus escritos tal pensamento. [...] Machado nunca opta pelo confronto aberto. Ao contrário vale-se da ironia, do humor, da diversidade de vozes e de outros artifícios para inscrever seu posicionamento ²¹⁰.

A próxima crônica, datada em 19 de maio de 1888, também se encontra na seção *Bons dias!* e foi escrita quase uma semana após a assinatura da Lei de Emancipação. Machado aproveita-se das notícias da época e mistura-as aos recursos da ficção para criar o narrador Policarpo, dono do escravo Pancrácio, que momentos antes da assinatura da Lei Áurea decide alforriá-lo.

Na crônica, a princípio, o narrador Policarpo apresenta-se como um descendente de profetas, para explicar o presságio que tivera sobre a Emancipação dos escravos:

Eu pertencço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista [...] ²¹¹.

Narrada em primeira pessoa, Policarpo é um senhor de escravos, cínico e oportunista, que busca o reconhecimento público por meio de um ato ilustre: a alforria de um escravo seu, “um molecote”. Assim como na crônica anterior, de 11 de maio de 1888, Machado dá voz à classe senhorial, marcada com “exagero caricatural” ²¹², para minar o discurso dominante e desmascarar a “falsa benemerência” dos senhores.

Em *Machado de Assis: Bons Dias! Crônicas 1888-1889*, Gledson atesta ser comum, nos jornais da época, anúncios de proprietários que desejavam tornar pública sua atitude benevolente para com os africanos escravizados em suas terras, não deixando de mencionar nessas notas públicas, que, o ato digno de exemplo, havia produzido bons resultados, no caso do anúncio abaixo, as cinco filhas da escrava Francisca, “são boas mães de família”. Vejamos, então, o anúncio retirado do *Jornal Gazeta de Notícias*, em 17 de abril de 1888:

Liberdade

José Moreira da Silva Rocha, negociante e proprietário do município de Itaguaí, no lugar da ilha da Madeira, em atenção a fazer anos, libertou sua escrava Francisca parda,

²¹⁰ DUARTE, op.cit. ,p.252-3.

²¹¹ DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007, p.51.

²¹² DUARTE, loc. cit. Ver. nota de rodapé n.26.

45 anos de idade, sem condição alguma, já tendo feito o mesmo a cinco filhas da mesma que hoje são boas mães de família²¹³.

Na crônica, o narrador Policarpo esnoba ao dizer ter previsto a Lei antecipando-se em alforriar um “molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos”²¹⁴. De acordo com Gledson, este “mais ou menos” é questionável, pois segundo sua pesquisa, se Pancrácio tivesse dezoito anos “teria nascido antes da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), e portanto, não sendo ingênuo, valeria mais”²¹⁵.

A *Lei 28 de setembro* ficou conhecida como: a *Lei Rio Branco* ou *Lei do Ventre Livre*. De acordo com ela, votada em 28 de setembro de 1871, todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam livres. Acompanhemos o primeiro parágrafo:

§ 1.º da lei 2040:- Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei²¹⁶.

De acordo com o parágrafo da Lei, os filhos dos escravos ou ingênuos tinham as seguintes opções: ficavam até os oito anos de idade sob o poder dos donos das mães, com a obrigação de criá-los. Após a idade pré-estabelecida, o destino seria decidido pelos mesmos senhores que ou recebiam indenização do governo para liberá-los e a responsabilidade dos filhos dos escravos passaria ao Estado ou os senhores utilizavam-se de seus serviços de mão de obra (escrava) até a maioridade (21 anos). No entanto,

Na prática, os escravocratas mantiveram os ingênuos nas suas propriedades, tratando-os como se fossem escravos. Em 1885, dos 400.000 ingênuos, somente 118 ingênuos foram entregues ao governo - os proprietários optavam por libertar escravos doentes, cegos e deficientes físicos²¹⁷.

²¹³ GLEDSON, John. **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.56.

²¹⁴ DUARTE, op. cit., p.51.

²¹⁵ GLEDSON, op.cit., p.62.

²¹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm> Acesso em: 16 de março de 2011.

²¹⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 16 de março de 2011.

O que incomoda na *Lei do Ventre Livre* é o favorecimento escamoteado aos senhores: o pagamento de indenização, ao invés de ser direcionado aos africanos arrancados de suas terras e escravizados em nosso país, era feito aos donos de escravos, que a partir da nova lei, perderiam, teoricamente, a mão de obra lucrativa, no entanto, como percebemos, conseguiram converter o que seria prejuízo em benefícios, pagos pelo próprio governo. Na prática, a libertação gradual dos escravos, a começar pelos filhos nascidos após a lei, não ocorreu: muitos foram os recém-nascidos, de escravas, abandonados ou mortos. O prejuízo ficava para ambos os lados: um escravo fora das terras da classe senhorial era pessoa sem valor moral, sem trabalho, sem família ou grupo e sem alimentação, piorando em muito suas condições de vida. As mudanças tão aguardadas pelos abolicionistas não passavam de mais um título no papel da Lei.

Retornando ao narrador e ao molecote Pancrácio, Policarpo decide promover um jantar “a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor”²¹⁸, pois já que a alforria lhe faria perder dinheiro “Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos”²¹⁹. O trecho acima demonstra o falso desapego do dono do escravo ao lucro e à propriedade e decide comemorar com alguns amigos seu ato benevolente: “reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico”²²⁰.

Tanto o tamanho do evento, como a quantidade de convidados e a idade do escravo não são exatos, fazendo com que o leitor duvide o tempo todo das informações fornecidas pelo narrador. Mentir sobre a idade do escravo seria autopromoção, pois se nascido antes da Lei do Ventre-Livre valeria mais e assim a alforria dada ao escravo seria muito mais digna de honrarias e aplausos.

O narrador megalomaniaco tenta convencer a todos ser um modelo a ser copiado, mostra-se seguidor das leis cristãs ao libertar o escravo antecipadamente, porque ironicamente, até a quantidade de convidados é igual à idade de Cristo quando foi crucificado, insinuando, cinicamente, um ambiente santo e puro. A escravidão, portanto, poderia ser considerada um pecado a ser redimido, assim como o roubo:

[...] declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira

²¹⁸ DUARTE, op.cit. p.51.

²¹⁹ DUARTE, loc. cit.

²²⁰ DUARTE, loc. cit.

devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado²²¹.

O cínico discurso é envolvido por grave frieza e o escravo que espiava tudo, ocultamente, agradece-o, ajoelhando aos pés do dono, como se Policarpo fosse o próprio Cristo, “Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés”²²².

Todos o brindam na humilde “assembleia” o prestimoso ato, antecedendo as alforrias vindouras: recebe cartões, se faz de modesto “Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas”²²³. O discurso cínico continua, “Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo”²²⁴.

As honrarias, no entanto, ficam para os convidados, pois o verdadeiro discurso prenhe de crueldade é pronunciado somente ao escravo Pancrácio sem argumentos para exigir melhores condições:

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete²²⁵.

Gledson em *Machado de Assis: Bons dias!* compara o valor de alguns artigos para demonstrar o baixo valor proposto ao escravo Pancrácio:

²²¹ DUARTE, op.cit. p.51.

²²² DUARTE, loc. cit.

²²³ DUARTE, loc. cit.

²²⁴ DUARTE, loc. cit.

²²⁵ DUARTE, op.cit., p.52.

[...] uma camisa normal custava 3 mil –réis, o aluguel mensal de uma casa de duas salas, dois quartos, cozinha e quintal, por mês, 35 mil-réis, um almoço ou jantar no Hotel Javanês, quatrocentos réis. A Gazeta de Notícias custava 40 réis ²²⁶.

Estes valores comparativos servem para nos dar uma noção de como seria a transição do trabalho escravo para o assalariado e de como estes recém-libertos teriam muitas dificuldades em fazer parte da sociedade, visto o alto custo de vida na cidade carioca e ínfimos salários pagos.

Juntamente com a aceitação das condições míseras de trabalho e com ordenado humilhante, surge a violência física contra o escravo, validada pelo título adquirido com a liberdade.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei ²²⁷.

Ou seja, nada havia mudado: o senhor ainda mandava e o escravo a custa de muitos castigos, justificáveis para os donos, obedecia sem reclamar.

O autor de *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo* assinala ser Pancrácio “um dos mártires e primeiros santos do catolicismo, torturado e decapitado [...] Na Espanha, São Pancrácio é considerado o padroeiro dos trabalhadores” ²²⁸. O autor afirma também estar este nome vinculado ao substantivo grego *pankrátion* “que designava uma espécie de luta livre, considerada a modalidade mais violenta do atletismo grego, em que se permitia o uso de mãos e pés a fim de vencer o adversário.” ²²⁹ Além de sua consonância com a palavra “pancada” no português ²³⁰.

Nome da personagem e momento histórico escolhidos não por acaso pelo cronista de olhar oblíquo que busca por meio da ficção alertar, às avessas, sobre a situação dos africanos alforriados em nosso país que se afirmava liberal. A Emancipação recente que ao invés de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, serviu apenas como mantenedor do mesmo sistema desigual e brutal escravista.

²²⁶ GLEDSON, John. **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.63.

²²⁷ DUARTE, op.cit. p.53.

²²⁸ DUARTE, op.cit. p.52.

²²⁹ DUARTE, loc. cit.

²³⁰ DUARTE, loc. cit.

O narrador afirma, logo à frente, ser a liberdade de um, a condição para o mau humor do outro, e desta situação, a justificativa para as pancadas, como se natural sempre fora a existência do senhor violento e do escravo conformado, aliás, hierarquia criada por Deus e acertada pelas leis humanas. A violência segue, além da física, agora com a moral que não parece abalar a permanência do escravo liberto na casa, do agora patrão, mas ainda oprimido. Gledson atesta que “Como no caso de Prudêncio, a escravidão corrompe, e essa corrupção não pode ser curada, simplesmente pela Abolição”²³¹.

Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre²³².

Como assevera Bosi, o trabalho escravo era uma peça fundamental para a economia nacional e os castigos praticados contra os negros eram aceitos e aplicados, indiscutivelmente, com toda a austeridade pelo legítimo dono. No entanto, qualquer ato de rebeldia ou uma mínima ofensa do escravo contra o seu senhor era motivo de pena de morte. Em 1835, “o parlamento liberal-moderado votou uma lei que punia de morte qualquer ato de rebeldia ou de ofensa aos senhores praticado por escravos”²³³. Para o crítico, o liberalismo assumido pelo parlamento era apenas uma fachada, pois esse só se afirmaria se fosse “equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre”²³⁴, entretanto aqui no Brasil a Independência nem chegou a ser “um conflito interno de classes”²³⁵, conduzindo a um real liberalismo político, nos transformando assim em um país ambíguo e atrasado em relação aos países desenvolvidos, liberal e escravista²³⁶.

²³¹ GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.137.

²³² DUARTE, op.cit. p.52-3.

²³³ BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois liberalismos. In: **A Dialética da Colonização**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.205.

²³⁴ BOSI, loc. cit.

²³⁵ BOSI, loc. cit.

²³⁶ Segundo Antonio Carlos Mazzeo, “A estrutura escravista era o maior obstáculo para que o liberalismo chegasse a ser a ideologia dominante da sociedade brasileira. Para a burguesia agrária o conceito de sociedade civil limitava-se aos donos de escravos e aos que possuíam capitais e terras. O liberalismo era aceito, apenas, no que se refere ao livre comerciar, mesmo assim, como uma caricatura do europeu, já que a sociedade imperial brasileira era de profundo cunho agrário e, dessa forma, fortemente influenciada por uma ideologia anti-industrialista.” MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. Série Princípios, 2. ed., São Paulo: Ática, 1995, p.18.

Policarpo, o narrador-senhor de escravos, continua com seu discurso cínico e oportunista, explicitando os reais interesses de sua alforria antecipada: ser deputado e a libertação de Pancrácio, antes da Lei de Emancipação, será seu mote de campanha.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de Abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia [...] ²³⁷.

E assim como na notícia de jornal em que o dono da escrava Francisca anuncia, de forma exibicionista, terem sido “suas cinco filhas boas mães de família”, Machado brilhantemente, copia essa finalização do anúncio oportunista, no entanto, propositalmente exagerado, acentuando a gravidade do discurso frio, sarcástico e conveniente aos interesses da classe senhorial. Sem deixar de alfinetar o Poder Público “sempre retardatário” e inapto em restabelecer a justiça aos africanos trazidos para o nosso país na condição de “coisas” e ao se depararem com uma Libertação tardia e frouxa, esta não lhes compensa os anos escravizados, não lhes restitui a mínima dignidade e não lhes traz a cidadania.

[...] que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu ²³⁸.

É este espaço de experiência escravista, injusto e desumano narrado em forma de crônica permeada por ficção e muita ironia que Machado de Assis retrata o Brasil do Segundo Reinado e desmancha qualquer possibilidade de um horizonte de expectativa repleto de progresso, modernidade e ciência.

1.3.2 O Falso Progresso: sobre bondes, burros e o sineiro da Glória.

²³⁷ DUARTE, op.cit., p. 53.

²³⁸ DUARTE, loc. cit.

Classificadas, por Eduardo Assis Duarte, como “Crônicas da Escravidão”, as crônicas da seção “A Semana” (assim como as da seção “Bons Dias!”), selecionadas para esta pesquisa, são textos que marcam um tempo histórico em transição, não somente entre a Abolição e a Escravatura, mas também de transformação da cidade do Rio de Janeiro, caracteristicamente colonial para uma cidade capitalista.

Essas mudanças ocorreram a partir do século XIX e trouxeram nova configuração, não só urbana e espacial, mas também em seu conteúdo. Uma das características marcantes da cidade carioca era a ocupação de uma população majoritariamente escrava e que não possuía meio de transporte coletivo, fazendo com que as elites fossem diferenciadas apenas pelo tipo de moradia, pois todos moravam próximos uns aos outros ²³⁹.

O período que se estende de 1870 a 1902 representa, para a história do Rio de Janeiro [...] a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades de capital, tanto nacional como estrangeiro ²⁴⁰.

Com o Brasil independente politicamente e o ciclo do café no auge da produção, são atraídos para a cidade do Rio de Janeiro “grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros” ²⁴¹, além de “numerosos capitais estrangeiros” ²⁴², investidos principalmente no setor de serviços públicos, como os transportes. Somente com instalação dos bondes e trens é que o Rio de Janeiro passar a desenvolver-se com maior velocidade, antes, limitada apenas pelos Morros do Castelo, de São Bento, Conceição e Santo Antonio, regiões alagadas por brejos e mangues ²⁴³. De acordo com Abreu,

A independência política e o início do reinado do café geram, por sua vez, uma nova fase de expansão econômica, resultando daí a atração – no decorrer do século e em progressão crescente – de um grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. A partir de meados do século a cidade passa a atrair também numerosos capitais internacionais, cada vez mais disponíveis e á procura

²³⁹ ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p.35.

²⁴⁰ ABREU, loc. cit.

²⁴¹ ABREU, loc. cit

²⁴² ABREU, loc. cit

²⁴³ ABREU, op.cit. p.35

de novas fontes de reprodução. Grande parte deles é utilizada no setor de serviços-públicos (transportes, esgoto, gás etc), via concessões obtidas do Estado ²⁴⁴.

Ainda segundo o autor, na realidade, este período de expansão se inicia antes, “em 1868, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II” ²⁴⁵. As primeiras linhas de bondes puxados por burros foram implantadas a partir de 1868, ampliando a cidade em direção aos bairros da Zona Norte e Sul, mas sobre trilhos de ferro. Em 09/10/1868 foi concedido para a *Botanical Garden Railroad Company* o serviço de bonde por tração animal (burro), mais tarde conhecida por Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico. Já no final da primeira metade do século XIX, as classes de renda mais alta foram beneficiadas pela ação do poder público que abria e conservava as estradas e caminhos. No entanto, as demais freguesias da cidade “pouco modificaram a sua forma-aparência no período de 1838-1870, continuando a ter um caráter exclusivamente rural” ²⁴⁶.

Após a construção da Estrada de ferro D. Pedro II, o número de trens suburbanos aumentou significativamente, tornando “O ano de 1871 [...] um marco divisório bastante adequado. Trata-se, pois, do ano em que os dois elementos (bondes e trens) passam a atuar sincronicamente” e “permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava antes de 1870” ²⁴⁷. Ferreira dos Santos, citado por Abreu, afirma que o papel destes meios de transporte deve ser relativizado, pois por mais que bondes e trens tenham ampliado a configuração da cidade do Rio de Janeiro, estes “só vieram ‘coisificar’ um sistema urbano preexistente [...] cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço.” Para Ferreira dos Santos “o bonde fez a Zona Sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram realidade... Já o trem veio responder a uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e de atividades menos nobre” ²⁴⁸. Este ano marca, não só a ampliação da cidade em termo de vias e transportes, mas também o colapso do sistema escravista, mola mestra da produção nacional ²⁴⁹.

Conhecer alguns aspectos históricos da cidade carioca e seu crescimento urbano aos princípios do século XIX faz-se mister para compreendermos um pouco das palavras

²⁴⁴ ABREU, loc. cit.

²⁴⁵ Ibid., p.37.

²⁴⁶ Ibid., p.43.

²⁴⁷ Ibid., 44.

²⁴⁸ SANTOS apud ABREU, p.44.

²⁴⁹ ABREU, loc. cit.

machadianas nas crônicas da Seção “A Semana”. Segundo Neves “De uma forma muito particular as crônicas recolocam seus leitores a relação entre ficção e história”²⁵⁰.

Segundo a autora de “Uma escrita do tempo: Memória, Ordem e Progresso nas crônicas cariocas”, as crônicas escritas na passagem do século XIX ao XX podem ser vistas como documento, pois expressam, de certa forma, “um tempo vivido e cheio de transformações e novidades no Rio de Janeiro, trazidas principalmente pela chegada dos bondes elétricos à tração animal e os elétricos”²⁵¹.

A palavra bonde foi popularizada pelos cariocas para designar os veículos de transporte, no entanto, originalmente, era usada para nomear os cupons (*bonds*), vendidos pela empresa concessionária ao público, para evitar problemas com o troco²⁵².

Começamos então a analisar a crônica datada em 16 de outubro de 1892, quatro anos depois da Abolição. Nela, o autor comenta sobre a novidade do momento, sem grande entusiasmo: a chegada dos bondes elétricos. A propósito, o cronista inicia a seção dialogando com o leitor e se explicando sobre o silêncio a respeito do novo transporte: “Não tendo assistido a inauguração dos bondes elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. Daí o meu silêncio da outra semana”²⁵³. Como é sabido, Machado não valoriza as notícias que costumeiramente estariam nas primeiras páginas dos jornais e sempre acha algo de interessante e digno de reflexão que passa despercebido pelos olhos alheios de outros cronistas.

O que chama a atenção do escritor, não é a novidade em si, no caso, o espetáculo da eletricidade conduzindo os novos bondes, mas a discreta atitude do cocheiro do bonde elétrico que passava na contra mão,

Anteontem, porém, indo à praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar. Para não mentir, direi o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro²⁵⁴.

²⁵⁰ NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: Memória, Ordem e Progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.76.

²⁵¹ NEVES, loc. cit

²⁵² ABREU, op.cit. p.44

²⁵³ DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: _____ (Org.). **Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo. Antologia**. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007, p.66.

²⁵⁴ Ibid., p.66-67.

E porque o gesto do cocheiro, somente observável a olhos muito atentos, seria mais digno de atenção do que a chegada do progresso? A princípio, o olhar do cocheiro sobre as pessoas que estavam no bonde antigo, seria talvez a representação do olhar do futuro a desdenhar o passado, a sensação da novidade superior,

Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu *bond*, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o *bond* elétrico, mas a própria eletricidade ²⁵⁵.

O cronista desacredita das grandes invenções, desdenha da era científicista, rindo da atitude do homem que tinha convicção de ser o próprio inventor, não só do bonde elétrico, mas da própria eletricidade, a ponto de não querer tirar-lhe a sensação de glória, mesmo que de empréstimo:

Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca? ²⁵⁶

Num segundo momento, o cronista pode admirar melhor o novo meio de transporte, a ponto de poetizar sobre sua locomoção comparando-o a barcos entre brisas,

Em seguida, admirei a marcha serena do *bond*, deslizando como os barcos dos poetas, ao sopro da brisa invisível e amiga. Mas, como íamos em sentido contrário, não tardou que nos perdêssemos de vista, dobrando ele para o Largo da Lapa e Rua do Passeio, e entrando eu na Rua do Catete ²⁵⁷.

²⁵⁵ Ibid., p.67.

²⁵⁶ Ibid., p.67.

²⁵⁷ Ibid., p.67.

E como a marcha do passado era contrária a do futuro, ambos perderam-se de vista, espaço de experiência e horizonte de expectativa se cruzam, mas não dialogam, não há pontes para uni-los. Há apenas o papel da memória capaz de trazer, algum tempo depois, resquícios do momento que já foi presente. Podemos visualizar também o bonde à tração elétrica como representante da República e o de tração animal como o sistema monarquista. Ambos se olham, no entanto, enquanto o cocheiro da República se vê como o próprio representante da ciência, do progresso e do avanço tecnológico e segue adiante, deixa o cronista pensativo em relação à situação que se apresenta.

Nem por isso o perdi de memória. A gente do meu *bond* ia saindo aqui e ali, outra gente entrava adiante e eu pensava no *bond* elétrico. Assim fomos seguindo; até que, perto do fim da linha e já noite, éramos só três pessoas, o condutor, o cocheiro e eu. Os dois cochilavam, eu pensava ²⁵⁸.

A genialidade machadiana surge, em seguida, quando ao conduzir o leitor para seu bate-papo costumeiro, como que deslizando entre o bonde elétrico e os seus devaneios, eis que o narrador muda repentinamente a cena de suas reflexões e surge uma alegoria: o encontro entre o passado e o futuro por meio de uma conversa entre os dois burros que tracionavam o bonde antigo onde o narrador estava. Alegoria interessante visto os animais que foram escolhidos para o diálogo filosófico, símbolo da completa falta de inteligência e reflexão, a mudança abrupta do assunto exposto pelo cronista, a princípio sobre a modernização da cidade, para outra discussão, a condição de vida dos homens escravizados em nosso país, que em nada acompanhava a evolução da cidade.

O cronista diz ser o único capaz de ouvi-los, alegando conhecer a língua dos burros, ou “a língua dos Houyhnhnms”, inserindo intertextualmente os cavalos do romance *As viagens de Gulliver*, do escritor inglês, Jonathan Swift. Neste romance do século XVIII, Swift critica a sociedade inglesa da época, alegando, por exemplo, que os “Houyhnhnms” eram os verdadeiros sábios, em comparação com a humanidade. Utilizando-se das viagens da personagem Gulliver que após um naufrágio, é carregado para uma ilha, Lilliput. Nela as pessoas eram extremamente pequenas e guerreavam por futilidades. Numa outra terra de gigantes, a mediocridade era tão grande quanto seus habitantes. A ciência também foi

²⁵⁸ Ibid., p.67.

duramente criticada pelo escritor, mostrando sua inutilidade frente às necessidades da humanidade.

De repente ouvi vozes estranhas, pareceu-me que eram os burros que conversavam, inclinei-me (ia no banco da frente); eram eles mesmos. Como eu conheço um pouco a língua dos Houyhnhnms, pelo que dela conta o famoso Gulliver, não me foi difícil apanhar o diálogo. Bem sei que cavalo não é burro; mas reconheci que a língua era a mesma. O burro fala menos, decerto; é talvez o trapista daquela grande divisão animal, mas fala. Fiquei inclinado e escutei: ²⁵⁹

O diálogo, entre os burros, “ouvido” pelo cronista discorre sobre a novidade do momento: a tração elétrica que seria utilizada nos bondes e a tração animal, conseqüentemente, logo, seria dispensada e os burros gozariam de liberdade. “— Desde que a tração elétrica se estenda a todos os *bonds*, estamos livres, parece claro” ²⁶⁰. No entanto, o outro burro parece não acreditar na bondade humana que mesmo tendo Cristo, como exemplo de conduta para os cristãos, não foi seguido:

— Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte ²⁶¹.

O diálogo continua e o burro da direita tenta convencer o burro da esquerda da maldade inerente ao homem, guiado apenas por seus interesses mesquinhos e desumanos; e que continuaria dando chicotadas, mesmo sem a necessidade delas. Percebemos que enquanto o burro da direita se posiciona de forma crítica e por vezes cética em relação às mudanças e melhoras trazidas pelo progresso e pela aclamada recente República, o burro da esquerda apenas analisa os fatos de forma superficial, acreditando em tudo. E este é criticado pelo burro da direita por pensar como os homens “vejo que há muito de homem nessa cabeça”.

²⁵⁹ Ibid., p.67.

²⁶⁰ Ibid., p.68.

²⁶¹ Ibid., p.68.

— Que tem isso com a liberdade?
 — Vejo, redargüiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.
 — Como assim? bradou o burro da esquerda estacando o passo. O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parelha.
 — Sentiste o golpe? perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os *bonds* entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote. Espanto universal dos cocheiros: onde é que se viu burro andar sem chicote? Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a ideia os trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem ²⁶².

Superficialmente, a narração pode ser entendida, até aqui, apenas como um desabafo entre dois animais cansados das míseras condições de trabalho, das chibatadas e da desvalorização do homem para com o animal, que há tempos tem sido muito útil à humanidade, lembra, inclusive, um deles, ter feito parte da cena do nascimento de Cristo: “tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua”. Mas, um olhar mais cuidadoso, e podemos perceber outro discurso embutido neste aparente simples diálogo. Podemos interpretar que a chegada dos novos trens à tração elétrica representaria a abolição dos escravos, novidade tão esperada e festejada; e os burros que tracionam o bonde antigo seriam os escravos libertos que o sistema escravagista engoliu novamente, não dando outra opção de trabalho e sobrevivência, a não ser o retorno ao trabalho humilhante.

Machado, nesta crônica, traz por meio de uma fábula ²⁶³ a realidade de um país que vive tristes momentos: foram apenas quatro anos após a assinatura da Lei Áurea e três anos da Proclamação da República e, no entanto, mesmo com a troca de regime, não houve qualquer mudança na condução das políticas públicas e sociais. Aneidota parecida com o caso da tabuleta do Custódio e o dizer do Conselheiro Aires, “Também se muda de roupa sem trocar de pele”.

As associações com os escravos são latentes, como as agressões físicas sofridas desde o uso do chicote, passando pelo galho de árvore e a vara de marmeleiro. O burro da esquerda por ter uma opinião muito próxima ao da maioria da população da época e por não compreender a situação com um juízo crítico, ele entende ser esta a forma natural de se tratar os bichos e por analogia, os escravos libertos, que não possuem, mesmo após a Lei de

²⁶² Ibid., p.68.

²⁶³ A fábula consiste, de acordo com o dicionário Houaiss, em “curta narrativa em prosa ou verso, com personagens animais que agem como seres humanos e que ilustra um preceito moral.” Assim, a fábula consiste em um discurso alegórico, por representar pensamentos e ideias de forma figurada, finalizada por um discurso moral, inferido pelo leitor ou explicado textualmente pelo narrador.

Emancipação, valor humano, são reconhecidos ainda como coisas, como bens, mão de obra escrava, movidos à humilhação e a pancadas.

A expressão *all right*, ao final do trecho selecionado, parece-nos oportuna e cômica, pois sabemos que as mudanças estruturais, de saneamento e de transporte, trazidas para o Brasil, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, só foram viabilizadas com o capital estrangeiro e pelas companhias estrangeiras. Segundo a sugestão da crônica, elas “engordariam” os funcionários recém-libertos com “muito feno” e “muito capim”, para que os antigos escravos se afeioassem à empresa exploradora e não tivessem a chance de se livrarem da exploração. A escravidão continuaria, mas com outras denominações.

— Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.

— Justamente. Aqui acho razão ao homem. Burro magro não tem força; mas, levando pancada, puxa.

Sabes o que a diretoria mandou dizer ao antigo gerente Shannon? Mandou isto: “Engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeioem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*”

— Disso não me queixo eu. Sou de poucos comeres; e quando menos trabalho, quando estou repleto. Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do *Bond* elétrico?²⁶⁴

Esse período de transição vem marcado principalmente pelo descaso para com os escravos sem políticas públicas para sua readaptação ao meio social, mas como humano e não como animal de carga. E a evidência textual de que se trata de uma alegoria pode ser observada na sequência do diálogo entre os burros. O burro da direita, ao compreender que eles são apenas “bens da companhia”, da mesma forma que os escravos são propriedade dos senhores rurais, tenta esclarecer o burro vizinho que são apenas bens semoventes e caso os donos achem conveniente, trocam-nos ou vendem-nos.

Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do *Bond* elétrico?

— O *bond* elétrico apenas nos fará mudar de senhor.

— De que modo?

— Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos²⁶⁵.

²⁶⁴ Ibid., p.68.

Neste trecho do diálogo, o narrador da crônica mostra, de forma irônica, por meio dos animais falantes, o tratamento dado aos africanos como “bens da companhia”, desde o princípio da escravidão até os anos após a Emancipação. O diálogo é retomado com uma exclamação do burro da esquerda à burra de Balaão: “Pela burra de Balaão! [...] exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo?”²⁶⁶.

A burra de Balaão é uma personagem bíblica e em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, no capítulo “O Delírio”, é traduzida como uma asna: no capítulo bíblico era montada por Baalão quando esse se dirigia á terra dos israelitas. Ao surgir um anjo, ela começa a falar e o seu dono converte-se. No romance machadiano, a referência surge quando a personagem Brás Cubas montada no hipopótamo questiona sobre a distância do Início dos Séculos e não obtém resposta “[...] ou não me ouviu, se é que não fingiu uma dessas coisas; e, perguntando-lhe, visto que ele falava, se era descendente do cavalo de Aquiles ou da Asna de Balaão”²⁶⁷.

Entendido aqui como um ser místico ou dotado de poderes milagrosos, o animal é invocado como um ser que pudesse ajudar os companheiros do reino animal na situação desoladora. Talvez até, capaz de fazer um milagre para mudar a atual situação dos burros. A ironia afinada pode estender-se como crítica aos homens ditos cristãos (donos de escravos), pois estes em nada seguem os preceitos religiosos da caridade ou da indulgência, tratando os homens, seres da mesma espécie, como produto de troca, compra e venda, além das demais humilhações decorrentes da situação de escravizados, como os açoites e castigos.

Podemos entender esta crônica como uma crítica contra a falta de políticas públicas a favor dos escravos libertos, como aposentadoria, multa ou benefícios sociais. Nada. Não houve justiça para os negros escravizados e depois libertos. A crítica é assinalada pelas interrogações indignadas do burro da esquerda “Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação?”.

Então o que restará aos escravos libertos ou aos burros sem emprego? Segundo a conversa entre os burros, “a liberdade de apodrecer”, depois de mortos, enfim livres. Mas antes, passarão por outras humilhações: o descaso, tanto por parte dos novos donos que não abrirão mão dos castigos, assim como a velhice, a decrepitude, a miséria, a fome, o azar, o abandono...

²⁶⁵ DUARTE, op.cit., p.68-69.

²⁶⁶ Ibid., p.69.

²⁶⁷ ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick, 1999, p.27.

— Passaremos às carroças — continuou o outro pacificamente — onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que ele lhe custou. Um dia, a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...

— Enfim!

— Ficaremos soltos, na rua, por pouco tempo, arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou a lazeira ir-nos-á matando, até que, para usar esta metáfora humana, — esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer ²⁶⁸.

O diálogo lúgubre é conduzido em contagem regressiva do momento da morte até a notificação pública e a remoção do cadáver, de forma a parodiar a contagem dos sete dias da criação da vida, do homem e do universo por Deus, segundo a Bíblia:

Ao fim de três, a vizinhança começa a notar que o burro cheira mal; conversação e queixumes. No quarto dia, um vizinho, mais atrevido, corre aos jornais, conta o fato e pede uma reclamação. No quinto dia sai a reclamação impressa. No sexto dia, aparece um agente, verifica a exatidão da notícia; no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver ²⁶⁹.

No princípio criou Deus os céus e a terra.

[...] Disse Deus: Haja luz; e houve luz.

[...] Chamou Deus à luz Dia e às Trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia.

[...] E chamou Deus ao firmamento Céus. Houve tarde a manhã, o segundo dia.

[...] A terra, pois, produziu a relva, ervas que deem semente e árvores frutíferas que deem fruto segundo a sua espécie. [...] E viu Deus que isso era bom. Houve tarde e manhã, o terceiro dia [...] ²⁷⁰.

Ao burro da esquerda, cabe questionar sobre o papel da esperança e o da direita responde, “mas a esperança é própria das espécies fracas, como o homem e o gafanhoto”. A filosofia, ironicamente, cabe à raça dos burros, ao comparar a humanidade a uma espécie tão fraca quanto a dos gafanhotos. Considerar a espécie humana tão inferior e inofensiva é desmerecê-la, escarnecê-la. A escolha do inseto não foi descuido, visto sabermos que tanto a esperança como o animal são verdes. E esta comparação, provoca, conseqüentemente, o riso

²⁶⁸ Ibid., p.69.

²⁶⁹ Ibid., p.69.

²⁷⁰ **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada na Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

no leitor. Machado empresta uma de suas várias vozes fictícias a suas personagens para desmascarar e apontar os desmandos dos senhores e as incongruências de nosso sistema político e social. E o diálogo fica muito próximo ao delírio de Brás Cubas com Pandora a respeito da pretensão humana em pensar, conhecer, viver e descobrir o mundo e a humanidade por meio dos conhecimentos cientificistas.

— Tu és lúgubre, disse o burro da esquerda. Não conheces a língua da esperança.
 — Pode ser, meu colega; mas a esperança é própria das espécies fracas, como o homem e o gafanhoto; o burro distingue-se pela fortaleza sem par. A nossa raça é essencialmente filosófica. Ao homem que anda sobre dois pés, e provavelmente à águia, que voa alto, cabe a ciência da astronomia. Nós nunca seremos astrônomos. Mas a filosofia é nossa. Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras. Cada século...²⁷¹.

O diálogo é interrompido bruscamente, pois o bonde chegara ao ponto final. O cronista ainda tenta conversar na língua dos *Houyhnhnms*, mas é advertido pelo cocheiro para que não espante os animais. No entanto, nos fica uma pergunta: se até o momento, o cronista traduziu toda a conversa que ouvira dos burros, porque nesta exclamação final ele não nos diria o significado da expressão dita aos animais? Lopes, em sua pesquisa, sugere que o diálogo foi interrompido propositalmente, pois parecia que burros e cronista iriam iniciar um diálogo sobre a filosofia de dominação de cada século. E a fala do narrador dirigida aos burros poderia ser traduzida por “sábios cavalos”:

O diálogo entre os animais é interrompido pelo freio do condutor, quando o personagem parecia iniciar um comentário a respeito da filosofia (de dominação?) de cada século. O freio cala a voz do burro e o silêncio deste permite o e aparecimento da voz do narrador, quando este se aproxima dos animais e profere: “- *Houyhnhnms!*”, ou seja, sábios cavalos! Esses animais, então, ao contrário do senso comum que os via apenas como descendentes de uma casta inferior, não dotados de inteligência, são designados por Machado como sábios, capazes que são de trazer à luz os fatos mais recônditos e de ver para além das aparências²⁷².

²⁷¹ Ibid., p.69

²⁷² LOPES, Elisângela Aparecida. **Homem de seu tempo e de seu país: senhores escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis.** Dissertação de Mestrado, 2007. 171f. Belo Horizonte: POSLIT, Faculdade de Letras da UFMG, 2007, p.138.

Segundo Andrade “Machado buscava nas ruas da cidade moderna imagens-alegoria de uma humanidade que se movia cada vez mais rapidamente nos seus meios de transporte e no seu processo de modernização”²⁷³. Machado buscava por meio desta alegoria a compreensão da história de nosso país, marcada por ambiguidades e divergências capazes de conviverem lado a lado, assim como o bonde puxado por burros e o por tração elétrica, a escravidão e a abolição, a ciência e a mentalidade retrógrada da nossa classe senhorial. E como assevera Andrade “O bonde em analogia com a crônica, também passeia pelas ruas, também recorta o olhar diante das paisagens e assuntos que deixa antever pelo caminho, também retrata o tempo como transformação em direção ao novo sob a ameaça constante da alienação”²⁷⁴.

Datada em 04 de novembro de 1897²⁷⁵, também pertencente ao periódico “A Semana”, Machado de Assis, em mais uma crônica, relata o caso da personagem escrava que trabalhava emprestado, por dois anos, como sineiro na Igreja da Glória. No entanto, após dois anos dobrando e repicando o sino, e, mesmo após sua libertação, o escravo continuou sua função. Mais uma vez, o escritor deixa registrado o seu posicionamento sobre a mentalidade da classe senhorial do Brasil oitocentista e sobre as míseras condições dos escravos já libertos, mas ainda presos ao sistema escravagista. Tanto os burros da crônica anterior como o sineiro da Glória passam a vida exercendo o mesmo ofício, sem mobilidade social; apesar de aqueles refletirem sobre novas possibilidades de trabalho com a chegada dos bondes elétricos, o sineiro não se mostra capaz de refletir sobre sua condição, ficando alheio aos fatos ao seu redor. De acordo com Lopes, características como a passividade, a alienação e a submissão além de serem próprias da personalidade do sineiro, são esperadas ao africano escravizado.

Neste contexto, a passividade, a alienação e a submissão, enquanto características “desejáveis” ao escravizado, também são traçadas como próprias da personalidade do sineiro. Já que, uma vez liberto, ele continua a exercer as mesmas atividades da condição anterior, sem, contudo, realizar algum questionamento. Da forma como sua vida foi brevemente descrita pelo narrador, a impressão que fica é de que as marcas da condição cativa encontram-se introjetadas na personalidade de João. Ele, alienado de si mesmo e de sua condição de homem livre, é parte da engrenagem que faz os sinos da igreja da Glória dobrar e repicar²⁷⁶.

²⁷³ ANDRADE, op.cit. p.91

²⁷⁴ Ibid., p.96.

²⁷⁵ De acordo com Duarte baseado em informação fornecida por Gledson na Introdução da obra *A Semana: crônica (1892-1893)*, esta crônica e a anterior foram publicadas anonimamente, sem pseudônimo.

²⁷⁶ LOPES, op.cit., p.142-143.

A crônica inicia-se de modo despreocupado, com a seleção pessoal dos casos tristes da semana: “o terremoto de Venezuela, a queda do Banco Rural e a morte do sineiro da Glória”²⁷⁷. Dentre as três notícias, consideradas de grande importância para a época, o cronista confessa: “o que mais me comoveu foi o sineiro”²⁷⁸. Ironicamente e desafiando os valores sociais estabelecidos para a época, o cronista eleva, ao patamar das notícias importantes para o país, a morte de um sineiro que já foi escravo. A morte, citada pelo cronista, é de diminuta importância, pelo simples fato de ser a morte de um tocador de sinos e escravo, figura não representativa dentro da sociedade escravagista. Eis uma das marcas das obras machadianas: exaltar o desprezível e desprezar o que normalmente seria exaltado, quebrando o paradigma do noticiário da época e a expectativa dos leitores. Machado maneja o mínimo, o detalhe, o invisível perante os olhos desatentos, problematiza-o e desdobra-o em reflexões que normalmente estariam distantes dos valores vigentes. Assim como escolher animais falantes para questionar as condições desumanas dos escravos libertos e o progresso ineficaz diante de tanto paradoxo social, trazer à tona a morte de um sineiro explicita a sutileza com que o escritor analisa o comportamento humano e as mazelas históricas e sociais, como a violência consentida pela escravidão.

Na crônica, segundo o narrador, o caso do sineiro parece-lhe mais intrigante e emocionante do que outros sineiros que conhecera, por meio da ficção. São personagens de peças teatrais e/ou romances e outro que ele prefere calar-se:

Conheci dous sineiros na minha infância, aliás três, – o *Sineiro de S. Paulo*, drama que se representava no Teatro S. Pedro, – o sineiro da *Notre Dame de Paris*, aquele que fazia um só corpo, ele e o sino, e voavam juntos em plena Idade Média, e um terceiro, que não digo, por ser caso particular. A este, quando tornei a vê, era caduco. Ora, o da Glória, parece ter lançado a barra adiante de todos²⁷⁹.

A morte do sineiro faz com que o cronista “perceba” a necessidade da ação de alguém para o sino tocar, pois até então, sabia que os sinos dobravam e repicavam, mas nunca havia visto alguém realizar a ação. Na verdade, o narrador lança, por meio de uma simples imagem cotidiana, a reflexão sobre a intensa participação do negro na estrutura da nossa sociedade, desde as funções mais rotineiras e que passam despercebidas aos nossos olhos, às mais

²⁷⁷ DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. Antologia. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007, p.75.

²⁷⁸ Ibid., p.75

²⁷⁹ Ibid., p.75

diversas e explícitas como o trabalho doméstico, no campo e de ganho. Machado, com sua retórica oblíqua, ensina-nos a e ver a sociedade oitocentista carioca com olhos mais audaciosos. Daí a sugestão dos sinos funcionarem por meio da eletricidade, pois se o tocador de sinos não era visto ou conhecido pela população, então, propõe ironicamente que alguma “força misteriosa” faria o serviço:

Ouvi muita vez repicarem, ouvi dobrarem os sinos da Glória, mas estava longe absolutamente de saber quem era o autor de ambas as falas. Um dia cheguei a crer que andasse nisso eletricidade. Esta força misteriosa há de acabar por entrar na igreja e já entrou, creio eu, em forma de luz. O gás também já ali se estabeleceu ²⁸⁰.

Apesar de a eletricidade ter chegado ao Rio de Janeiro, por meio da empresa Light, em 1905, com concessão desde 1899, a cidade de Campos, em 1883, já era beneficiada por uma usina termoelétrica. Em 1891, uma usina elétrica é construída na Tijuca para alimentar os bondes da linha no mesmo lugar. A crônica analisada foi escrita em 1897 e já nesta época, mas não de forma popularizada, a energia elétrica já existia. No entanto, a igreja da crônica não se utilizava dela. De acordo com a empresa Light,

Há 100 anos a Light chegou ao Brasil para impulsionar o progresso. Autorizada a funcionar em 17 de Julho de 1899, o empreendimento que assinala o início das atividades do Grupo Light no Brasil é a Usina Hidrelétrica Parnaíba, no Rio Tietê, construída entre 1899 e 1901. Para atuar na então Capital Federal, foi fundada, em Toronto, no dia 9 de Junho de 1904, a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., que recebeu autorização para funcionar no Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1905. Nesse mesmo ano adquiriu o controle acionário da concessionária de iluminação a gás, a empresa belga Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, serviço que foi controlado pela Light até 1969, quando foi transferido para o governo estadual ²⁸¹.

Ainda de acordo com o site da empresa de energia elétrica, *Edp do Brasil* ²⁸², em 1879 é inaugurada, “na Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Estrada de Ferro

²⁸⁰ Ibid., p.75.

²⁸¹ Disponível em: <<http://www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp>> Acesso em: 21 de maio de 2013.

²⁸² Disponível em:

<http://www.edpbr.com.br/energia/pesquisadores_estudantes/energia_eletrica/historia_energia_eletrica/historia_energia_eletrica.asp> Acesso em: 11 de junho de 2013.

Central do Brasil, a primeira instalação de iluminação elétrica permanente do país.” Já em 1883 “Entra em operação a primeira usina hidrelétrica brasileira. A usina está localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina.” Em 1887, “Entra em operação a usina termoelétrica da Fiat Lux.” Em 1889: “Início da operação da primeira hidrelétrica nacional de porte grande para a época, a Marmelos-Zero, da Companhia Mineira de Eletricidade, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas.” Em 1892, “Inauguração da primeira linha de bondes elétricos de caráter permanente do país, no Rio de Janeiro.” Em 1899: “Criação da *São Paulo Railway, Light and Power* Empresa Cliente Ltd - SP Railway -, evidenciando a entrada do capital estrangeiro no setor elétrico”.

Anterior e esse momento de modernização da iluminação da cidade por gás e energia elétrica, as ruas eram alumadas com azeite de peixe. Gilberto Freyre, na obra *Sobrados e Mucambos*, descreve as ruas do Brasil aos princípios do século XIX:

De noite foi deixando de ser o corredor escuro que os particulares atravessavam com um escravo na frente, de lanterna na mão, para ir se iluminando a lampião de azeite de peixe suspenso por correntes de postes altos. Os princípios da iluminação pública²⁸³.

Retomamos a crônica no momento em que o cronista delata o incentivador da modernização nos hábitos religiosos,

A igreja é que vai abrindo a porta as novidades, desde que a abriu a cantora de sociedade ou de teatro, para dar aos solos a voz de soprano, quando nós a tínhamos trazida por D. João VI, sem despir-lhe as calças. Conheci uma dessas vozes, pessoa velha, pálida e desbarbada; cantando, parecia moça²⁸⁴.

Temos nesse trecho, a crítica machadiana sobre as novidades trazidas pela corte portuguesa e as mudanças que estas estavam provocando na cidade, nos costumes religiosos e até musicais, situação claramente desaprovada pelo cronista. Pois, os costumes culturais vigentes dão lugar ao novo ainda não experimentado e que transforma bruscamente o cenário,

²⁸³ FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira edição. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. 15 ed. São Paulo: Global, 2004, p.32.

²⁸⁴ Ibid., p.75.

rompendo de vez com o passado sem uma ponte para o futuro. Koselleck afirma que as expectativas,

[...] eram inteiramente sustentadas pelas experiências dos antepassados, que passavam também a ser dos descendentes. Quando alguma coisa mudava tão lenta e vagarosa era a mudança que a ruptura entre a experiência adquirida até então e uma expectativa ainda por ser descoberta não chegava a romper o mundo da vida que se transmitia²⁸⁵.

O sineiro da Glória poderia ser só mais uma história, assim como tantas outras descritas em crônicas, mas as machadianas trazem a crítica velada a um povo ainda preso aos costumes coloniais querendo se passar por europeu, liberal e moderno. E dentro desse turbilhão de novidades trazidas pelo progresso, o cronista quer chamar a atenção para a vida de um escravo liberto que deveria badalar os sinos por dois anos, apenas, no entanto, em 1855, quando obteve sua liberdade e por não saber o que fazer com ela, decide continuar a repicar os sinos até o fim de seus dias, aos oitenta anos.

O sineiro da Glória é que não era moço. Era um escravo, doado em 1853 aquela igreja, com a condição de a servir dous anos. Os dous anos acabaram em 1855, e o escravo ficou livre, mas continuou o ofício. Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo²⁸⁶.

Sino e escravo, juntos, eram um só, assim como a personagem corcunda da igreja francesa de Notre Dame “o sineiro da *Notre Dame de Paris*, aquele que fazia um só corpo, ele e o sino, e voavam juntos em plena Idade Média”. A união do escravo e do sino apenas foi abalada pela morte do segundo. O serviço prestado por tantos anos já havia se confundido com sua identidade e a liberdade era apreciada por ele de dentro da torre. A indignação do cronista é latente: “Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo”.

²⁸⁵ KOSELLECK, op.cit., p.315.

²⁸⁶ DUARTE, op.cit., p.75.

As gerações vão passando e o escravo liberto, preso ao seu ofício, sem mobilidade e sem participação social, não percebe o tempo passar: “Em vão passavam as gerações, ele não passava. Chamava-se João: Noivos casavam, ele repicava as bodas; crianças nasciam, ele repicava ao batizado; pais e mães morriam, ele dobrava aos funerais”²⁸⁷. O cronista traz ainda outros acontecimentos históricos marcantes do Brasil durante este quase meio século de serviço do sineiro e mesmo após a Abolição e a Proclamação da República, João foi escravo sem escravidão e esta condição o manteve preso a sua torre sem tomar conhecimento da história da cidade, das pessoas ou do país. Agia apenas para o serviço o qual foi emprestado.

Acompanhou a história da cidade. Veio a febre amarela, o cólera-mórbus, e João dobrando. Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou - repicava, sem saber deles. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a Abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República, João repicou por ela, e repicaria pelo Império, se o Império tornasse²⁸⁸.

João poderia ser não só um escravo, mas a representação de todo um sistema escravista já falido, e ainda resistente. Somente sob muita pressão dos abolicionistas, após constantes fugas dos escravos para os quilombos e a proibição do tráfico negreiro, desde 1826, pela Inglaterra que ansiava por um novo comércio, a aristocracia brasileira decide assinar a Lei do Ventre Livre, primeira lei abolicionista, em 28 de setembro de 1871, e a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Leis que não garantiram, efetivamente, aos negros libertos, moradia, alimentação, trabalho e demais direitos essenciais de cidadania. Bosi, sobre o tráfico negreiro, ilustra que:

O tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 a 1850. As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria em que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831. A última qualificava como livres os africanos aqui aportados dessa data em diante... [...] ²⁸⁹.

²⁸⁷ Ibid., p.75.

²⁸⁸ Ibid., p.75-76.

²⁸⁹ BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois liberalismos. In: **A Dialética da Colonização**. 4.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p.196.

No entanto, mesmo após tantas leis, tratados e a Abolição em 1888, a libertação dos negros escravizados somente se efetivou a partir da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra estrangeira, como atesta Bosi, “Quanto à Abolição total só viria a ser decretada em 1888, isto é, só quando a imigração do trabalhador europeu já se fizera um processo vigoroso em São Paulo e nas províncias do Sul”²⁹⁰.

O cronista justifica tamanha alienação por conta do ofício que lhe foi atribuído e pede que, antes de julgamentos antecipados, o leitor considere as condições de João:

Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício. João não sabia de mortos nem de vivos; a sua obrigação de 1853 era servir a Glória, tocando os sinos, e tocar os sinos, para servir a Glória, alegremente ou tristemente, conforme a ordem. Pode ser até que, na maioria dos casos, só viesse a saber do acontecimento depois do dobre ou do repique²⁹¹.

As quatro crônicas escritas no jornal *Gazeta de Notícias* foram escolhidas para exemplificarem, em parte, a opinião de Machado de Assis, cronista, sobre seu tempo já que o jornal, veículo de comunicação de fácil acesso, era de grande influência para a sociedade da época. E como queria Gledson, “sustentar que Machado, como muitos outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia”²⁹².

Segundo o autor de *Machado de Assis: Ficção e História* há dois aspectos principais que rondam os romances da maturidade de Machado e que denotam a visão do cronista sobre a História da Brasil, período também marcado pela escrita das crônicas,

Um rígido sistema de classes, baseado na escravidão, que produz uma classe dominante incestuosa, incapaz de renovação procedente dos escalões inferiores e um capitalismo superficial, explorador, com raízes no exterior, incapaz de beneficiar a nação em conjunto, em parte porque esse “conjunto” é uma ficção²⁹³.

Desenhar o Brasil da modernidade é apontar para a quantidade de instituições implementadas desde a chegada de D. João VI, em 1808, como a “Imprensa Régia, a

²⁹⁰ Ibid., p.199.

²⁹¹ DUARTE, op.cit., p.76.

²⁹² GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.16.

²⁹³ Ibid., p.22.

Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real, instituições que transformavam a colônia [...] em um centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória”²⁹⁴. Segundo Schwarcz, D.João VI volta a Portugal e seu filho D. Pedro I, após a Independência em 1822, continua a obra do pai com as novas instituições do saber como as escolas de direito, em Recife e São Paulo, responsáveis pela “formação de uma elite intelectual nacional mais autônoma”²⁹⁵.

E assim o horizonte de expectativas do Brasil foi-se ampliando Segundo Reinado adentro: havia a Medicina combatendo a febre amarela e promovendo a sanitização das cidades, liderada por Oswaldo Cruz, a elaboração de um código nacional e os institutos históricos escrevendo a história e a memória do país, apoiados pela elite intelectual e econômica de algumas províncias²⁹⁶.

Tudo era novidade, mas logo se desmanchou no ar com a pena e a tinta machadianas. Talvez a sua maior obra, considerada pelos críticos como marca de sua maturidade, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, traga exatamente essa desmistificação do progresso, da verdade e da ciência. A começar pelo “defunto autor” e não “autor defunto”, dando-lhe a possibilidade de lançar mão da máscara da falsidade humana, devido ao convívio social, comum entre os vivos, e salpicar o seu veneno, pois por ser um morto não está mais preso às regras sociais, não lhe importa a opinião alheia. Em seu delírio de morte, percebe que a vida não tem o menor sentido. A natureza atemoriza, é mãe e madrasta; a luta do homem pela felicidade é uma ilusão, assim como a verdade, a ciência, a esperança e o progresso. Muricy afirma sobre este delírio que,

O progresso não existe. Nada, a não ser a crueza do combate em que uns vencem e outros são vencidos é verdadeiro. Não há nada a explicar, como pretende a ciência. Essa ambição explicativa é apenas uma construção para aliviar o homem da falta de sentido da vida²⁹⁷.

Assim, o homem, em seu vazio constante, busca respostas e na sua eterna ilusão alcança o progresso, inventa a ciência, busca a verdade e se mantém vivo em nome da esperança.

²⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.24.

²⁹⁵ Ibid., p.24.

²⁹⁶ Ibid., p.24.

²⁹⁷ MURICY, Katia. **A Razão Cética**: Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.102.

Diante de tais escritos, não podemos ignorar a importância das crônicas machadianas para a feitura posterior de seus romances e contos. Elas serviram como espécie de laboratório, e preparação, marcando assim tanto a sua evolução como escritor, como definindo sua marca para a posteridade, “nem que seja de passagem, podemos começar compreender o seu espírito e a sua evolução de escritor”²⁹⁸.

Verificamos que as crônicas machadianas analisadas, anteriormente, são uma mistura única entre notícia e literatura,

De um ponto de vista mais puramente literário (ou de história literária), temos que reconhecer que as crônicas não são puro jornalismo ou reportagem: são, como frequentemente se tem dito, um misto híbrido de jornalismo e literatura [...].²⁹⁹

Não por acaso, a crônica, por seu aspecto diário, marcado pelo próprio nome, traz o tempo presente do leitor de Machado e do jornal, “As crônicas, como o próprio nome indica, eram muito mais limitadas no tempo, e pressupunham um leitor que compartilhava esse tempo”³⁰⁰. Mas apesar disso, não deixam de ter seu valor histórico e literário, tendo a política como alvo preferido e como assevera Gledson, “Mas mesmo em outras crônicas de Machado e de outros escritores, há uma percepção de que a política é, por excelência, o verdadeiro assunto do gênero, por mais desprezada que seja na superfície”³⁰¹.

Sevcenko afirma que o jornal, desde meados do século XIX e princípios do século XX, torna-se veículo de grande circulação, e por sua vez, de grande influência na sociedade. Logo, três grandes formas culturais dividem e disputam espaço na imprensa: a literatura, a ciência e o jornalismo³⁰². A literatura ganha espaço importante, por meio das crônicas, por sua linguagem fácil e próxima ao leitor. Ela transforma-se em cultura e recebe atenção especial dos variados tipos de profissionais, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, todos ávidos por transcreverem suas impressões, poesias e ficção, conquistando prestígio e atenção da sociedade³⁰³. Para o autor de *Literatura como Missão*, “a literatura era inegavelmente a forma cultural por excelência do período e para a qual convergiam todos os

²⁹⁸ GLEDSON, John. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.13.

²⁹⁹ Ibid., p.12.

³⁰⁰ Ibid., p.11.

³⁰¹ Ibid., p.20.

³⁰² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1989, p.226.

³⁰³ Ibid., p.226.

esforços de redefinição dos valores sociais, avassalados pelo processo de transformação histórica”³⁰⁴. Essa época é conhecida como *Belle Époque* brasileira e pode se delimitada a partir da Proclamação da República até a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922.

E ao contrário de Machado de Assis que primava pelo espaço de experiência e observava o horizonte de expectativas com certa parcimônia e por vezes, cético, Olavo Bilac (1865 – 1918), defensor da “Ordem e Progresso” prometidos pela República, escreve com furor e certo “sadismo sensual e efusivo” a demolição de “imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre ”³⁰⁵.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam³⁰⁶.

Bilac, homem de muitas facetas e opiniões, acompanhava de perto as mutações de nossa pátria como jornalista e cronista. Foi abolicionista, republicano, contestador do novo regime, crítico ferrenho do “marechal de ferro”, Floriano Peixoto, causando-lhe, mais tarde, perseguições e exílio até transformar-se num defensor e entusiasta da *Belle Époque*. Chegou inclusive a substituir o próprio Machado de Assis, em 1897, numa coluna de um jornal carioca³⁰⁷.

As transformações provocadas na cidade carioca eram inevitáveis, devido ao interesse de um novo grupo social, a nova burguesia, imbuída de “exibir os primeiros monumentos voltados à sagração de seu triunfo e de seus ideais”³⁰⁸. E assim, o advento da República traz além das mudanças físicas no espaço da cidade do Rio de Janeiro, também provoca mudanças elementares na mentalidade das pessoas. Por exemplo, o índio que não é mais símbolo de identificação e origem, como no Romantismo, ao contrário, é execrado, conforme a crônica do *Jornal do Comércio*: “Já se foi o tempo que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que vinham descalços e mal vestidos[...]. Recebíamos [...] o gentio [...]. Agora porém a

³⁰⁴ Ibid., p.226-227.

³⁰⁵ Ibid., p.30-31.

³⁰⁶ BILAC Apud SEVCENKO, op.cit, p.31.

³⁰⁷ SHERER, Marta. **Olavo Bilac**: Um jornalista ativo na fundação da moderna imprensa brasileira. Monografia. Disponível em: < http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografias11_b.htm > Acesso: em 22 de mar. de 2012.

³⁰⁸ SEVCENKO, op.cit., p.30.

cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela”³⁰⁹. A identificação é com a França, os franceses e todas as novidades vindas do Velho Mundo: a moda, as correntes de pensamento, os móveis, o vocabulário, o comportamento. Tudo em nome do progresso e da modernização desvairada, provocando abismos sociais, intolerâncias, pobreza, miséria e descompasso. Sevcenko assevera que “É esse conflito essencial que aflora na sociedade e nas consciências nesse momento, e que os principais autores do período buscarão resolver, para bem ou para mal, nas suas obras”³¹⁰.

Sevcenko defende que a literatura nesse instante atuava como veículo de muitas funções: “arte, reflexão, saber, crítica, reforma, instrução, ética, sonho e esperança”³¹¹; trazendo, portanto outros papéis para a literatura reproduzida a partir da realidade e marcando de forma indelével a história.

Machado não fazia parte dessa literatura missionária e panfletária, como já foi dito em momento anterior desta pesquisa, nem por isso sua obra “se afasta do intuito crítico explicitado no ardor da juventude e que vai se depurando e amadurecendo até se constituir em uma de suas marcas mais significativas”³¹². Leitor assíduo dos jornais, Machado os utilizava como fonte de inspiração para, posteriormente, escrever suas crônicas, pois as reportagens da época explicam quase tudo sobre elas, estava atento a todas as minúcias, espreitava o trivial, de forma a “revelar a verdade partindo de dentro: às vezes chega a fazer uma sociedade condenar-se por si própria”³¹³. E conforme assevera o crítico,

Estas crônicas são, portanto, um entrelaçar de temas persistentes com os acontecimentos imediatos do dia. Na verdade, o segredo do grande cronista talvez esteja na capacidade de misturar os dois tão imperceptivelmente quanto possível, para que o assunto mais trivial revele seu potencial³¹⁴.

³⁰⁹ Apud, SEVCENKO, op.cit., p.35.

³¹⁰ SEVCENKO, op.cit., p.35.

³¹¹ Ibid., p.222.

³¹² DUARTE, op. cit., p.249.

³¹³ GLEDSON, John. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990, p.18.

³¹⁴ Ibid., p.24.

2 ESCRAVIDÃO, MARGINALIDADE E OUTRAS RELÍQUIAS DE CASA VELHA

“A reflexão substituiu a espontaneidade [...] com essa dissimulação que é um dever, quando a sinceridade é um perigo.”
(Machado de Assis, Helena).

“[...] quando se faz um conto, o espírito fica alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso.”
(Machado de Assis, Advertência, Papéis Avulsos).

2.1 Da crônica ao conto

Tendo a crônica ocupado espaço nos jornais e realizado sua função de “filha bastarda da arte literária”, caracterizada pela “leveza”³¹⁵, trazendo pequenos acontecimentos do dia a dia ou as “cousas ínfimas” como fonte de reflexão, e, deixando, por fim, a efemeridade para fazer parte da eternidade, o conto, por sua vez, começou a ser cultivado, entre nós, como literatura, a partir da primeira metade do século XIX, durante o Romantismo. Do conto maravilhoso ao moderno muitas foram as mudanças de técnica. Em relação à forma, existem opiniões diversas. Como afirma Nádía Gotlib em *Teoria do Conto*, “Tais mil e uma páginas referentes aos problemas da teoria do conto poderiam se resumir em algumas direções teóricas marcantes: há os que admitem uma teoria. E há os que não admitem uma teoria específica”³¹⁶. Para Mário de Andrade “Sempre será conto aquilo que o autor batizou como conto”. Machado de Assis, por sua vez, manifesta-se em 1873: “É gênero difícil, a despeito de sua aparente facilidade e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele, os escritores”³¹⁷. Em *Valise de Cronópio*, Julio Cortázar considera o conto “(...) algo assim como um tremor de água dentro de um cristal”³¹⁸. Sobre o tema, o autor complementa, “(...) no fato de se escolher um acontecimento real ou fictício que possua esta misteriosa propriedade de irradiar alguma coisa para além dele mesmo (...) se converte em resumo implacável de uma certa condição humana, ou no símbolo candente de uma ordem social ou

³¹⁵ CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs). **História em Cousas Miúdas**: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.9.

³¹⁶ GOTLIB, Nádía Battela. **Teoria do Conto**. 10. ed. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2002, p.8.

³¹⁷ ASSIS, Machado de. **Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade**. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br>> Acesso em: 03 de jan. de 2010.

³¹⁸ CORTÁZAR, Julio. Do Conto Breve e seus Arredores. In: _____. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 150.

histórica”³¹⁹. Enquanto a crônica trata de assuntos ocorridos no momento presente de quem a escreve, ligando-se dessa forma ao tempo, o conto pode tratar do acontecido, do vivido ou daquilo que poderia acontecer, emaranhando-se pelos fios da ficção e da imaginação do autor. Não por isso a crônica deve ser considerada documento histórico, pois de acordo com Margarida de Souza Neves: “A crônica é de alguma maneira o tempo feito texto (...). Não fosse por essa razão, já seria justo que delas se ocupassem os historiadores”³²⁰. O tempo do conto caminha paralelamente com o tempo do capitalismo em ascensão, e será através desta nova forma de ver e descrever a sociedade e suas transformações dinâmicas, que o conto “deve mostrar uma visão do mundo, a partir de um fato. Tudo rápido, como exige a modernidade. Em lugar das longas descrições, desenhos fulminantes de personagens e de situações”³²¹.

Sobre o conto, Cortázar acredita que o autor pode “escolher um acontecimento real ou fictício”, não sendo necessário abrigar-se nos casos corriqueiros. Entretanto, pode fazer de um momento insignificante, reflexão insigne, de caráter humano, social ou histórico. É gênero que preza pela síntese, mas sem fugir do clímax e do desfecho tão repentinos e no caso do escritor em questão, nos deixa mais perguntas que respostas, sem concluir ou explicar.

É importante ressaltar a farta obra machadiana também dentro deste gênero, a contar os 218 contos produzidos em sua carreira de escritor. Ribeiro assevera que destes, “apenas oito foram publicados exclusivamente em livro. Todos os demais, ou seja, 210 foram inicialmente publicados na imprensa. Podemos dizer, sem medo de errar demais, que a sua carreira de contista foi toda ela vivida nos jornais e revistas de seu tempo”³²².

E da mesma forma que a crônica revela Machado como um cronista afiado com as notícias diárias e inovando-a, praticamente, com um novo estilo, ao atrelar aos fatos marcantes ou insignificantes, a ficção, marca puramente literária, revela-se também como um exímio contista. Sua primeira publicação no gênero conto é feita em 1870, no livro *Contos Fluminenses* e se encerra com *Relíquias de Casa Velha*, em 1906³²³.

³¹⁹ Ibid., p.152-153.

³²⁰ NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: Memória, Ordem e Progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.82.

³²¹ RIBEIRO, Luiz Filipe. **Machado, um contista desconhecido**. Machado de Assis em linha, ano 1, número 1, junho, 2008, p.3. Disponível em <http://machadodeassis.net/revista/numero01/rev_num01_artigo02.asp9> Acesso: 21 de Março de 2012.

³²² Ibid., p.3.

³²³ Outras publicações: *Histórias da meia-noite* (1873), *Papéis Avulsos* (1822), *Histórias sem data* (1884), *Páginas recolhidas* (1889) e *Várias Histórias* (1895).

Conforme Abel Barros Baptista, no artigo “A emenda de Sêneca”, o nosso contista não é reconhecido como um dos melhores de nossa terra e, quiçá, do mundo, por ter escrito sempre os melhores contos, mas por ser ele responsável por inventar uma forma do conto. Não nos esqueçamos de ter sido Machado um dos fundadores do gênero moderno no Brasil, pouco explorado pelos escritores de sua geração a ele, inclusive por conta da difícil definição sobre sua forma.

Se nem todos os contos de Machado de Assis são excepcionais, o decisivo assenta noutra qualidade: serem exemplos brilhantes do gênero literário “conto” e, ao mesmo tempo, absolutamente singulares, como se Machado fosse o inventor dum gênero por que ninguém mais tivesse se interessado. Paradoxal que pareça, isto caracteriza os grandes contistas, não se distinguirem por escreverem contos extraordinários, mas por inventarem a forma do conto ³²⁴.

De acordo com Baptista, uma das marcas da modernidade machadiana em escrever contos é trazer, logo no princípio, a “descrição da emergência e da finalidade do conto” o que lhe determina a estrutura, denominando como vestibulo. “Não é ainda a história, portanto: um vestibulo, digamos assim com que o conto excede a história para a apresentar, do mesmo passo que define quem a conta pelo sentido que lhe atribui tanto à história contada como à ação de a contar” ³²⁵.

Antes de analisarmos o conto “Pai contra mãe” é preciso que voltemos no tempo e verifiquemos o contexto histórico em que se encontra nosso autor, não nos termos do movimento realista ou romântico, mas em relação à situação do negro dentro do discurso literário nacional. Por fim, o conto será analisado dentro da dimensão do discurso, percebendo não só sua ligação com o gênero crônica, mas também o contexto social, evidenciando a presença marcante do branco livre e pobre, e particularmente, o homem marginalizado dentro da instituição escravidão.

2.2 Breve retrospectiva: o negro na literatura brasileira e na obra machadiana

O negro foi uma figura pouco presente em nossa literatura, considerando os longos anos de escravidão em nosso país, pois foi esta a condição primeira do africano em terras

³²⁴ BAPTISTA, Abel Barros. **A emenda de Sêneca**. Teresa: Revista de Literatura Brasileira, n.6/7. São Paulo: Editora 34, 2006, p.208.

³²⁵ Ibid., p.212.

brasileiras. E seria ela, portanto, digna de ser descrita em nossas letras literárias, no entanto, como afirma, em “A mímesis da escravidão em três narrativas literárias”, Gilda Vilela Brandão, somente no final do XIX é que a temática da escravidão surgirá, pois neste momento a condição do negro estaria fazendo parte dos discursos político e social.

[...] quando se examinam nossas manifestações literárias percebe-se que a escravidão, em termos cronológicos, irá se erigir como *topos* somente no final do século XIX, isto é, no momento em que, além de discurso político, constitui-se, também, como discurso social³²⁶.

De acordo com Brandão, até o século XVIII a produção da nossa literatura “é ainda um terreno quase baldio” e só se percebe a ausência do negro na literatura brasileira devido à presença excessiva do indígena. O índio passou a ser figura central dentro da nossa literatura, entendendo-se aqui o período do Romantismo, pois segundo a autora havia a necessidade de uma afirmação da literatura nacional, “perante a portuguesa”, além disso, a estética romântica trouxe “o desejo subjetivo de expressar sentimentos pátrios”³²⁷. Sentimentos expressos por Gonçalves Dias e José de Alencar e é nesse momento “que se percebe, com clareza, a elisão do negro na literatura brasileira seiscentista e setecentista”³²⁸.

Em seu famoso ensaio, “Instinto de Nacionalidade”, publicado originalmente em *O Novo Mundo*, em 28/04/1873, Machado de Assis escreve sobre a “atual literatura brasileira” e percebe “certo instinto de nacionalidade” nas formas literárias até então publicadas, buscando “vestir-se com as cores do país”. Machado acredita não ser apenas na imagem do índio que a nossa literatura deva investir: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária”³²⁹. Elogiando alguns romancistas da época e criticando o “mau gosto dos poetas arcádicos e o fatal estrago que essa escola produziu na literatura brasileira e portuguesa”³³⁰, Machado de Assis, com fulminante crítica, propõe a mudança de ares, de cores, e de ideologia em relação à nossa literatura:

³²⁶ BRANDÃO, Gilda Vilela. A Mímesis da escravidão em três narrativas literárias brasileiras. In: BRANDÃO, Gilda Vilela, MARTINS, Ana Cláudia Aymoré, WOJSKI, Zygmunt. **Corpo, Literatura e Cultura: Espaços latino-americanos da escravidão**. Maceió: Edufal, 2011, p.41.

³²⁷ BRANDÃO, loc. cit.

³²⁸ Ibid., p.42-43.

³²⁹ ASSIS, op.cit, p.1.

³³⁰ Ibid., p.1.

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção, a que devemos, entre outros, os livros dos Srs. Bernardo Guimarães, que brilhante e ingenuamente nos pinta os costumes da região em que nasceu, J. de Alencar, Macedo, Sílvio Dinarte (Escragnolle Taunay), Franklin Távora, e alguns mais ³³¹.

Inserir o negro em nossa ficção não parecia ser de bom grado, visto a dominação ostensiva dos grandes produtores rurais e o perigo em enfrentá-los. Brandão afirma que “a representação mimética da escravidão só irá ocorrer mais tarde, no momento em que se iniciam as primeiras campanhas abolicionistas” ³³².

Antes das leis que impulsionaram a libertação do negro no país, foi preciso enfrentar o discurso da classe senhorial que defendia a necessidade em se manter a mão de obra escrava devido à economia ser sustentada por ela. No entanto, de acordo com Conrad, não só a classe senhorial era proprietária de escravos, pois “[...] nos últimos anos, havia muitas pessoas pobres que viviam do trabalho de um ou mais cativos” ³³³. O autor defende que ter escravos, por vezes, era a única renda de algumas pessoas e que possuir um africano era um dos primeiros bens adquiridos, pelos novos ricos. Outro detalhe que chama a atenção é o fato do escravo não ser apenas uma propriedade lucrativa, como também, “elevava o status do proprietário aos olhos dos outros” ³³⁴. Conrad assevera que ser proprietário de um escravo ou de escravos trazia uma satisfação pessoal, era um objeto de luxo, como descreve um jovem herdeiro carioca, por volta de 1855:

O escravo não é só um agente de trabalho e de produção. É preciso desconhecer o coração humano para assim pensar; o escravo é um objeto de luxo, um meio de satisfazer certas vaidades e certos vícios da natureza do homem [...] o escravo oferece ao senhor um certo gozo de domínio e império ³³⁵.

³³¹ Ibid., p.2.

³³² Lei Eusébio de Queiróz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei Saraiva de Cotegipe (1885) e a Lei Áurea (1888); BRANDÃO, op.cit., p.43.

³³³ CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850 -1888**. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1975, p.13.

³³⁴ Ibid., p.15.

³³⁵ Ibid., p.15-16.

Essa mentalidade atrasada, encruada na escravatura só proporcionou ao país um atraso de anos em relação às outras nações e uma economia atacadada ao passado, impedida de modernizar-se plenamente. De acordo com Gomes, somente na década de 1870 “a consciência da singularidade do Brasil escravocrata do mundo moderno indicava, mesmo aos defensores mais empedernidos da escravidão, que esta não perpetuaria indefinidamente”³³⁶. Para a autora, os fazendeiros escravocratas tentaram prolongar o quanto possível o que já estava próximo do fim. Políticos, jornais conservadores e fazendeiros formaram associações agrícolas com o intuito de resistir e pressionar “na tentativa de impedir medidas legislativas mais arrojadas, que, alegava-se, poderiam trazer consigo o caos social, ameaçando a estabilidade das instituições”³³⁷. Ainda para a autora, “Os escravocratas brasileiros não alegaram um sistema alternativo, diante dos avanços do capitalismo industrial, [...] defendiam a todo custo um sistema anacrônico, precário e inviável”³³⁸.

Gomes analisou ainda o discurso abolicionista de Joaquim Nabuco que após 1888 mostrou-se “frustrado com os novos rumos tomados pela política, monarquista que era [...]”³³⁹. Cansado, Nabuco trocou a política pela diplomacia. A autora de *As marcas da escravidão* assevera que o discurso do abolicionista “fornece um bom subsídio para o entendimento das lideranças abolicionistas diante do problema da ‘raça negra’ em sua integração na sociedade brasileira”³⁴⁰. Nabuco buscou soluções para a problemática realidade nacional nos valores liberais e saberes europeus, “não se limitando a combater o pensamento escravocrata ou a denunciar os crimes da escravidão, mostrou-se crítico severo do império e de suas instituições”³⁴¹.

No entanto, quem pioneiramente trouxe a importância do negro para o cenário da produção cultural nacional foi Silvio Romero. E assim como Machado, o crítico aceita com certa parcimônia o nacionalismo indianista de Alencar e de outros escritores e questiona o não tratamento cultural do negro, da mesma maneira que é o índio estudado,

E se a questão é de amor para com as raças que constituíram o nosso povo,
por que motivo não se estuda o negro, como se estuda o índio? Por que

³³⁶ GOMES, Heloísa Toller. **As Marcas da Escravidão: O negro e o discurso Oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p.115.

³³⁷ *Ibid.*, p.115.

³³⁸ *Ibid.*, p.115.

³³⁹ *Ibid.*, p.115.

³⁴⁰ *Ibid.*, p.116-117.

³⁴¹ *Ibid.*, p.121.

motivo em nosso Museu não há uma seção africana? Por que não se investigam a língua dos negros, sua poesia, seus contos anônimos, seus usos e costumes, suas danças, suas ideias religiosas etc? ³⁴²

Gomes afirma que as provocações de Romero anteciparam “a trilha que seria aberta, na década de 1930, por Gilberto Freyre” e reconhece nele a coragem em “espicaçar o elitismo pedante da sociedade brasileira, ao reivindicar o reconhecimento da uma mestiçagem étnica e cultural” ³⁴³.

Segundo Antonio Candido, Silvio Romero foi o grande desmistificador do “indianismo romântico”: a mentira idealista. Foi o primeiro a ter uma “visão da sociedade brasileira como produto da mestiçagem, no sentido amplo de fusão racial e assimilação de cultura” ³⁴⁴.

A nossa sociedade seria produto de forças diferenciadoras que a tornaram cada vez mais distinta da portuguesa, inclusive graças ao elemento africano, cuja importância foi o primeiro a destacar de maneira correta, num meio onde ele era escamoteado ou desfigurado ideologicamente ³⁴⁵.

Uma visão interessante sobre a presença do negro em nossa literatura é tratada por Octavio Ianni, no artigo, “Literatura e Consciência”. O sociólogo interpreta a literatura machadiana, como “literatura negra”, ou melhor, acredita que “Talvez possa se dizer que Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto criaram famílias literárias fundamentais da literatura negra” ³⁴⁶. O sociólogo define: “A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. O foco principal é o negro brasileiro dentro de sua dimensão social, cultural, humana e artística” ³⁴⁷. Segundo o autor, a literatura negra surgiu “por dentro e por fora da literatura brasileira” criando um perfil próprio. E assim como Candido definiu a literatura brasileira, em *A Formação da Literatura Brasileira*, Ianni propõe

³⁴² GOMES, Heloísa Toller. **As Marcas da Escravidão: O negro e o discurso Oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p.120.

³⁴³ *Ibid.*, p.120-121.

³⁴⁴ CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite & outros Ensaio**. São Paulo: Ática, 1989, p.105.

³⁴⁵ CANDIDO, loc. cit.

³⁴⁶ IANNI, Octávio. Literatura e Consciência. **São Paulo em Perspectiva**. n.2, v.2, abril/junho, 1988, p.30.

³⁴⁷ *Ibid.*, p.30.

possuir a literatura negra, a existência de um “conjunto de produtores literários”, “um conjunto de receptores” e “um mecanismo transmissor”, que liga uns e outros.

O autor assevera que dentro da literatura negra há aqueles escritores, assumidamente negros, que escreveram “sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro”³⁴⁸, identificados a estas características escritores como Luiz Gama e Lima Barreto. No entanto, Ianni ressalta haver outro tipo de escritor negro, que dentro do universo humano, social, cultural e artístico, aparece “recôndito, invisível, sublimado”³⁴⁹. Seriam eles, Machado de Assis e Cruz e Souza. O autor entende que a maneira particular desses escritores escreverem sobre o negro, desvenda muito daquilo que a cultura e ideologias dominantes da época escondiam: “história incruenta, escravidão açucarada, democracia racial”³⁵⁰. Dessa forma, o escritor da literatura negra “resgata a história e desvenda a sua matéria de criação”³⁵¹. Ianni acredita que estes autores “apontam além de seu tempo” e “permitem repensar os aspectos fundamentais da dialética arte e sociedade, literatura e consciência”³⁵².

Infelizmente, não temos relatos dos próprios negros sobre suas agruras durante a escravidão, suas fugas, rebeliões, formações de quilombos ou castigos sofridos. Há apenas o relato dos que não eram escravos e que não sofreram na pele tais tormentos. Um dos motivos da falta de registros escritos era a alta taxa de analfabetismo entre os escravos. Conrad alerta que: “Em 1872, só havia ainda um quinto de todos os brasileiros livres considerados alfabetizados num recenseamento nacional e nem mesmo um escravo em mil sabia ler e escrever”³⁵³. Assim, torna-se de extrema importância para a literatura brasileira, o surgimento da Literatura Negra, defendida por Ianni e que, segundo o autor, representada principalmente, por escritores negros e descendentes.

Comparar Machado de Assis e Lima Barreto não seria aqui o intuito deste estudo e vale ressaltar que os tempos são outros. Enquanto o primeiro estava enquadrado num sistema monárquico, escravista e ainda experimentando as novas teorias científicas como darwinismo e positivismo, o começo da República e a recente Abolição, o segundo viveu os reais impactos da República, da libertação dos escravos, das revoltas populares como da Vacina, da Chibata e o massacre de Canudos³⁵⁴.

³⁴⁸ Ibid., p.31.

³⁴⁹ Ibid., p.31.

³⁵⁰ Ibid., p.31.

³⁵¹ Ibid., p.31.

³⁵² Ibid., p.31.

³⁵³ CONRAD, op. cit, p.26.

³⁵⁴ IANNI, op. cit. p.33.

Ianni afirma parecer muitas vezes que Machado de Assis se esqueceu de tratar o negro em suas obras, no entanto, “na verdade é aí que se encontra uma das raízes da sua forma de observar, criticar, parodiar um mundo social que pode ver desde uma perspectiva diversa, de baixo para cima, às avessas”³⁵⁵. O sociólogo explica, em seu artigo, que a sátira é um dos recursos que Machado de Assis mais se utiliza em seus escritos, mas ela é usada de forma diferente, ou seja, “a paródia, a carnavalização, as situações e personagens, atingem radicalmente os setores dominantes”³⁵⁶. De forma diferente são tratados os subalternos “Estes parecem beneficiar-se de alguma benevolência, compreensão ou senso de realidade”³⁵⁷.

A explicação do autor sobre a carência de personagens negros ou mesmo subalternos na obra machadiana se explicaria devido ao seu “comprometimento social e ideológico com os setores dominantes, na capital do Império e da República”³⁵⁸, impedindo-o de usar um discurso mais explícito, em relação ao seu modo de ver e pensar a sociedade da época. A rota de fuga achada pelo escritor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, então, seria o uso da ironia, a desfaçatez de seus narradores, os discursos cínicos e os comentários impertinentes.

Os próprios afrodescendentes e abolicionistas da época mantiveram o discurso depreciador dos negros e mestiços, “até como estratégia de sobrevivência à morte social”, conforme afirma Eduardo de Assis Duarte³⁵⁹. Como exemplos, alguns estereótipos: “o escravo vingativo e assassino, do feiticeiro deformado física e moralmente ou da mucama pervertida [...]”³⁶⁰.

Em *Machado de Assis afrodescendente*, Eduardo de Assis Duarte traz uma antologia importante de textos que tratam da presença de manifestações afrodescendentes “[...] expressas, sobretudo, nos posicionamentos textuais a respeito da escravidão e das relações interracialis existentes no Brasil do século XIX”³⁶¹ na obra machadiana. O autor seleciona vinte e uma crônicas, desde 1864, no *Diário do Rio de Janeiro*, até 1897, na *Gazeta de Notícias*, todas com temas referentes à escravidão. O autor destaca também cinco contos, que segundo ele, são “narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge

³⁵⁵ Ibid., p.32.

³⁵⁶ Ibid., p.32.

³⁵⁷ Ibid., p.32.

³⁵⁸ Ibid., p.32.

³⁵⁹ DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: _____ (Org.). **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007, p.251.

³⁶⁰ Ibid., p.251.

³⁶¹ Ibid., p.7.

de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista”³⁶².

2.3 “Pai contra mãe”: um encontro na Rua da Misericórdia

[...] e os que vão à Rua da Misericórdia e não a encontram.

*[...] vai pé ante pé procurar o remédio,
mas haverá remédio para existir
senão existir?*

[...] Que crime cometemos além de viver [...]

(Carlos Drummond de Andrade, “A um bruxo, com amor”).

O conto “Pai contra mãe” foi publicado em 1906, dois anos antes de sua morte, no volume *Relíquias de Casa Velha*. Mas antes de falarmos do conto, comentemos um pouco o título do volume e a advertência que a princípio, nos propõe uma reflexão sobre as relíquias sugeridas pelo autor:

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora. Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

O volume traz vários tipos de narrativas que não possuem relação de dependência entre si ou unidade temática. São avulsos. E como de costume, sem explicar ou dizer explicitamente, deixa nas mãos do leitor as devidas conclusões sobre como se relacionam as ideias e as críticas.

A palavra “reliquia”, de acordo com o dicionário Houaiss, é o nome dado aos objetos que pertenceram a um santo ou que tiveram contato com seu corpo. Além disso, pode ser algo

³⁶² Ibid., p.262b. Os contos são: “Virginius” (1864), “Mariana” (1871), “O Espelho” (1882), “O caso da vara” (1899) e “Pai contra mãe” (1906). Há também excertos dos romances desde *Ressurreição* (1872) à *Memorial de Aires* (1908).

precioso e mais ou menos antigo, à qual se dedica grande estima. É exatamente onde encontraremos o conto “Pai contra mãe”: não trata de coisas antigas, visto terem estado, a escravidão e suas penúrias, muito próximas ao escritor. Tanto na época vivida como em sua função como oficial da Secretaria do Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A preciosidade surge não do momento, mas de como o autor transforma ironicamente a desumanidade da sociedade carioca em palavras mordazes, por vezes sarcásticas e agressivas sem aparentemente apontar em direção alguma, apenas sugere e espezinha sem tirar o pé do lugar. A tinta e a caneta foram trabalhadores profícuos, a imaginação, um aliado essencial.

Sobre as relíquias da Casa Velha o autor explica: “lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu”. Que tristezas seriam estas citadas pelo autor já no início do volume? É interessante lembrar que aos princípios do século XX já havia a possibilidade de se avaliar o andamento da República tão sonhada (e causa de grandes decepções) e os malefícios “do passado”, no caso, a escravidão e as suas marcas, que trariam lembranças nem tão “interessantes, não raras serão aborrecidas”. Sobre esta “tristeza que passou”, Duarte se refere à queima de arquivos do tráfico negreiro levado a cabo pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, como grande esforço para ocultação desse momento sombrio de nossa história, “com vistas a amenizar o culpado constrangimento oriundo da ‘nódoa’ escravista [...]”³⁶³.

A alfinetada parece não se encerrar na advertência do conto, pois em *Memorial de Aires*, escrito dois anos depois do livro de narrativas *Relíquias de Casa Velha*, Machado cria a personagem Conselheiro Aires que anota suas observações relativas aos 13 de maio de 1888, em seu *Memorial*: “Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia”³⁶⁴.

O exame de consciência fica a cargo do curioso leitor, responsável por abrir ou não essas memórias. Sorrateiramente, o escritor imiscui-se da reflexão lançada por ele mesmo: “Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.” Sabemos nós do contrato firmado entre autor e leitor, este não poderá firmar-se sem o consentimento daquele. Após analisarmos a introdução do volume, começemos por retirar as relíquias machadianas do seu baú de memórias, “velha cidade de traições”.

³⁶³ DUARTE, op.cit., p269.

³⁶⁴ ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 280-281.

No conto “Pai contra mãe”, lemos a história da personagem Cândido Neves, conhecido por Candinho: torna-se capitão-do-mato por não ser afeito a outros trabalhos. Casa-se com Clara, moça que mora com a tia, conhecida por Mônica, que tem por ofício a costura. Quando o filho do casal nasce o trabalho de caçar escravos começa a rarear e a situação financeira torna-se insustentável para a família. Tia Mônica sugere a roda dos expostos ao recém-nascido e Candido Neves antes de entregar o filho, resgata a escrava Arminda, grávida e foragida. Candinho recebe a recompensa de cem mil réis pelo resgate da escrava que aborta, ali mesmo, às vistas do capitão e do senhor.

A princípio, o conto em terceira pessoa, cujo narrador se transveste numa personagem que identificamos facilmente como uma representante da classe senhorial, nos revela com certa normalidade os “ofícios e aparelhos” que foram utilizados com frequência durante a escravidão.

O narrador cínico inicia o conto revelando a necessária ligação entre tais ofícios e aparelhos: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício”³⁶⁵. O narrador que assume o posicionamento político da oligarquia escravista é o mesmo de algumas crônicas machadianas, por exemplo, na do dia 19 de maio de 1888, na seção “Bons Dias!” já analisada neste trabalho, no capítulo anterior.

Na crônica, o narrador e também dono do escravo Pancrácio, dias antes da Abolição, decide, em um banquete, alforriar um “molecote” seu, escravo, mas, “nos bastidores”, convence-o a ficar, mediante pagamento de irrisório salário e constantes pancadas, condição do título comprado. Para o fictício dono do escravo, na crônica, a violência é justificada pelo dinheiro investido, pela manutenção da opressão e do escravo sem escravidão.

O castigo, ao que parece, não era mal visto nem pela Igreja, nem pela corte, nem pela sociedade brasileira, ao contrário, disciplinadora e moralizante, como se a própria sociedade, senhores e igreja fossem exemplos de sobriedade e de honestidade:

Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que

³⁶⁵ ASSIS, Machado de. **Páginas Recolhidas e Relíquias de Casa Velha**. Coleção contistas e cronistas do Brasil. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008, p.113.

matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas³⁶⁶.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault defende que o poder de disciplinar tem um efeito maior que o de se apropriar: tem a função de adestrar. “É a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”³⁶⁷.

Os castigos traziam então a força do adestramento, inclusive, é técnica muito usada com os animais, não com homens civis. Apesar disso, havia a tendência dos senhores de escravos em vê-los como animais de trabalho, “como *instrumentum vocale*, bem semovente”³⁶⁸; não esquecendo a prática usual de “marcar o escravo com ferro, como se ferra o gado, com as iniciais do nome e do sobrenome do dono”³⁶⁹.

Considerando o conto machadiano uma obra fictícia, não é possível deixar de observar que a cada linha a história social brasileira surge na fala do narrador desprezioso e muito à vontade para contar as relíquias da escravatura. No recorte acima, devemos atentar ao seguinte trecho: “Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede [...]”. Como estamos analisando a obra de um escritor que genialmente deixa nas entrelinhas de sua criação valioso material a ser desvendado sobre a sociedade brasileira e seus costumes, aproveitemos outra frase citada, na obra de Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de um diplomata português, que comentava o seguinte: “A história da humanidade encontra-se mais nos romances que nos livros de história; e mais ainda que nos romances, encontra-se nos anúncios de jornais”³⁷⁰. Aproveitemos ainda para concordar parcialmente com sua fala e justificar com Freyre para emendarmos ao conto: “[...] os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX”³⁷¹. São nos anúncios de jornais do século XIX que Gilberto Freyre e outros pesquisadores encontraram material valioso sobre nosso passado. No caso aqui citado, sobre a embriaguez do africano em nossas terras, muitas vezes citado nos jornais, para qualificar ou descrever o negro foragido.

³⁶⁶ ASSIS, loc..cit.

³⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.153.

³⁶⁸ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978, p.64.

³⁶⁹ Ibid., p.64

³⁷⁰ FREYRE, Gilberto. **Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963, p.83.

³⁷¹ Ibid., p.64.

Diante de ricos documentos sobre o escravo, Gilberto Freyre destaca os vícios que “predominavam nas senzalas brasileiras do tempo do Império”³⁷², dentre os mais comuns citados nos anúncios de jornais, entre homens e mulheres, destacam-se o da cachaça, do tabaco, da maconha e o de comer terra. Considerado “o pior”, a geofagia era caminho ao suicídio “Do banzo passavam ao suicídio”³⁷³.

Observamos também que a máscara de folha de flandres, não era usada somente para evitar a embriaguez e conduzir os escravos ao “caminho da bem”, mas para evitar que comessem terra. “Os anúncios uma vez por outra nos referem casos de negros fugidos de máscara ou mordação de flandres na boca. Eram, quase sempre, comedores de terra”³⁷⁴. O vício da cachaça parecia o mais comum entre os escravos, e generalizando, “entre os brasileiros” e estrangeiros das regiões onde havia os engenhos de cana-de-açúcar. Segundo Freyre, “chegou a excessos alarmantes no tempo do Império”³⁷⁵, em 1830, muitos irlandeses importados para trabalhar nos engenhos baianos chegaram a óbito por hidropisia; por ano morriam cerca de 30 a 40 pessoas.

Roubar cachaça era um costume que também levava ao tronco “Nos engenhos do Norte e do Rio de Janeiro, muito escravo sofreu o castigo do tronco e do carro, ou levou surra de tira-mandinga-de-negro, por abusar da cachaça ou furtar aguardente”³⁷⁶.

No conto, o discurso cínico do narrador é irritantemente envolvente quando descreve castigos tão horripilantes como a máscara de folha de flandres, item de extrema brutalidade: “Era grotesca tal máscara”. Tais castigos são totalmente justificáveis e aceitáveis pela classe dominante por um bem maior, “[...] mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. Para Ianni, “Grotesca não é a máscara, mas a sociedade que precisa de máscara para garantir a ordem social e humana [...]”³⁷⁷.

A crueldade desaparece frente à oportunidade achada pelos funileiros em ganharem dinheiro com o comércio de um item tão necessário aos senhores, “Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas”³⁷⁸.

No período da escravatura não só os funileiros surgiram como profissão: a escravidão passou na vida brasileira de forma a encontrar espaço em todos os lugares “na casa e na rua”, nas diversas profissões que surgiram com a instituição e até nos jornais em forma de anúncios

³⁷² Ibid., p.120.

³⁷³ Ibid., p.120.

³⁷⁴ FREYRE, loc. cit.

³⁷⁵ Ibid., p.122.

³⁷⁶ Ibid., p.123.

³⁷⁷ IANNI, op.cit, p.32.

³⁷⁸ ASSIS, op.cit, p.113-114.

de compra e venda e captura de fugitivos. O autor de *Os últimos anos da escravatura no Brasil* assevera que “O escravo era servidor na casa e na rua, a ama de leite dos filhos legítimos do dono e, em muitos casos, a mãe de seus filhos ilegítimos”³⁷⁹. Conrad afirma que “O sistema criou profissões: o negociante de escravos, o avaliador, o capitão do mato, o ‘capanga’ local que capturava os fugitivos”³⁸⁰. Além disso, o escravo estava presente na Igreja, servindo padres e frades, na casa do senhor como “segunda esposa” irregular, à casa Imperial e no governo brasileiro. Segundo o autor, todos podiam ter um escravo para servi-lhes, ocupando, assim, o negro, um lugar muito importante na economia nacional, “[...] ele representa o trabalho, origem de toda a riqueza, representa o capital, pelo seu valor e pelos seus produtos; representa a pequena indústria, porque além do trabalho agrícola, emprega-se em todas as artes *liberaes* [...]”³⁸¹. O autor descreve então os espaços ocupados pelo escravo:

Todas as classes e tipos de pessoas podiam ser donas legais de escravos: padres e frades, o Imperador e sua família, os ricos e os pobres, os negros e os brancos, o estrangeiro e o nacional. O próprio governo brasileiro contava com eles e usava em seu trabalho. Cento e setenta “escravos da nação” foram empregados em 1845 no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro. Duzentos e quarenta e quatro escravos trabalhavam regularmente em vários palácios e propriedades da Família Imperial em 1831³⁸².

Após conduzir o leitor ao espetáculo de horrores, cativando-o com seu discurso sarcástico, o narrador interrompe sua descrição, sem maiores explicações, deixando o leitor ansioso. Ele insinua a troca de assunto e acreditamos que vamos entrar no plano da fabulação e conhecer as personagens da trama, o enredo e os demais itens próprios das narrativas: “Mas não cuidemos de máscaras”³⁸³. Esse mesmo jogo de sedução com o leitor, um vaivém entre mostrar e esconder, é percebido em outra crônica analisada neste trabalho, datada em 16 de outubro de 1892, na seção *A Semana*. Nela, o cronista comenta a novidade da semana, o *bond* elétrico, que vinha em direção oposta ao que o narrador estava andando, ainda antigo e puxado por burros. Ele chega a poetizar sobre sua locomoção comparando-o a um barco entre brisas. E nessa conversa em tom sedutor e despreocupado, pega o leitor de surpresa, ao dizer

³⁷⁹ CONRAD, op.cit, p.17

³⁸⁰ CONRAD, loc. cit

³⁸¹ CONRAD, loc. cit

³⁸² CONRAD, loc. cit

³⁸³ ASSIS, op.cit., p.114

que ouvia a conversa entre os animais, deslocando-o para outro assunto, que não sobre os bondes, conforme iniciara na crônica.

Retornando ao conto, o narrador começa outro assunto, não sobre máscaras, como avisa anteriormente, mas sobre outra forma de tortura: o ferro ao pescoço, entretanto, não deixa a temática de lado, ou seja, a violência escravagista continua com a mesma sordidez. Não menos cruel e violento quanto o primeiro instrumento descrito, o ferro ao pescoço não era só um castigo como os outros. Sua outra especificidade estava em marcar o corpo do negro: sinais indeléveis que denunciavam sua situação de cativo e de fujão, logo, se o escravo tentasse novamente escapar seria facilmente capturado e mais uma vez torturado, talvez no tronco.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado³⁸⁴.

Conrad afirma que quando resgatados, os escravos eram levados à cidade, fustigados e encoleirados. O autor descreve outra coleira, semelhante à “flor de lis”: “Mais tarde, um grande colar de ferro era firmemente rebitado nos seus pescoços, com uma longa barra projetando-se em ângulos quase retos e terminando, na outra extremidade, por uma cruz ou um anel largo [...]”³⁸⁵.

Ainda baseado nos estudos de Robert Walsh, Conrad relata que a finalidade desse dispositivo era além de “estigmatizar esses escravos como desertores” também impedir a fuga, pois quando “emaranhasse nos arbustos” seria estrangulado pelo colar, ao forçar a passagem pelo mato. O autor completa que era grande a quantidade de escravos com “os pescoços presos”, prova de que as fugas eram constantes e traziam muitos prejuízos aos donos³⁸⁶.

As marcas deixadas pelos castigos dos senhores eram fonte de informação para os capitães-do-mato, sobre o escravo fujão. Freyre destaca que os escravos retratados nos anúncios de jornais brasileiros, do século XIX, podiam ser classificados desde a sua etnia,

³⁸⁴ ASSIS, op. cit., p.114.

³⁸⁵ CONRAD, op.cit. p.22.

³⁸⁶ CONRAD, loc.cit.

origem tribal, sexo, idade, funções, formas do corpo, temperamento, características psicoculturais de suas falas e até,

pelo comportamento para com o sistema patriarcal de que eram membros: comportamento por vezes violentamente contrário a esses sistema, daí resultando marcas de castigos, nas costas, nas nádegas, máscaras de flandres nos seus rostos, correntes ou lubambos nos seus pés³⁸⁷.

De maneira sarcástica, já no terceiro parágrafo, parecendo não ter pressa em inserir personagens ou ação no conto, o narrador apenas continua a descrever o contexto da escravidão como se o espaço fosse para uma crônica de jornal.

O que nos chama a atenção no conto é esta narração ao mesmo tempo petulante e despretensiosa, como se nada do que já foi descrito fosse digno de atenção, horror ou revolta. Nesse discurso escorregadio, vamos sendo conduzidos, sem perceber, para o cenário da História Nacional, abrindo as memórias mais nefastas do baú de relíquias que o narrador tanto nos advertira no princípio. Memórias que ficam a cargo do amigo leitor, levá-las cá fora ou mantê-las escondidas. O narrador, discretamente, passa a relatar-nos a história de nosso país, sem levantar suspeitas, sem fazer alardes. Até o quinto parágrafo do conto, seremos encaminhados, sem pressa, às lembranças da escravatura. Quais motivos levaram Machado a escolher esta estrutura textual? Por que relatar tantos aspectos históricos de nosso país antes da apresentação das personagens, enredo, tempo e lugar para um gênero literário curto? Conforme Brandão, em “Literatura e História: um caleidoscópio de questões”, uma primeira hipótese seria “[...] a de que ao imprimir um teor verídico ao relato, Machado infringia propositadamente a convenção da ficcionalidade. O dizer histórico imprimia fidedignidade ao relato, funcionaria como um sinal de alerta ao leitor [...]”³⁸⁸. Outra hipótese levantada pela autora é a de que haveria a intrigante presença de dois narradores, cada um, encarregado de narrar um tipo de discurso: o historiográfico e o ficcional: “Enquanto, pois, o narrador encarregado da prosa historiográfica mostra a crueza das relações sociais, o narrador da ficção

³⁸⁷ FREYRE, op.cit. p.127

³⁸⁸ BRANDÃO, Gilda Vilela. Literatura e História: um caleidoscópio de questões. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré. **A Musa Discreta em Cenas Literárias**: um diálogo entre literatura e história. Maceió: Edufal, 2009, p.29-30.

está enredado nos conflitos domésticos”³⁸⁹. Ambos os narradores num jogo de empurra-empurra “se confundindo”³⁹⁰.

Lúcia Granja alerta para o fato de que o cronista Machado “borboleteia” entre os assuntos, que ele “não segue apenas o movimento da costura das notícias e dos acontecimentos, como parece ser comum entendermos”³⁹¹. No conto, Machado parece seguir os mesmo passos, pois o narrador “borboleteia” entre os assuntos: a escravidão, os ofícios e a máscara, o favor, o branco livre e uma narrativa com características de uma crônica de jornal. E da mesma forma que a autora, acredita que “[...] esse narrador, à medida que avança no espaço das linhas e colunas dos jornais, afasta-se e aproxima-se da transformação desses fatos em matéria de narrativa, fazendo uso do espaço tridimensional para movimentar-se”³⁹², esse movimento de aproximação e distanciamento, demonstra por vezes, sua própria visão sobre tais assuntos descritos ou narrados. Utilizar-se de um narrador cínico no conto faz parte da linguagem irônica machadiana, pois por meio dela, os fatos são mascarados e ao mesmo tempo escancarados. Um “jogo de enganos” entre aproximar-se e distanciar-se dos fatos. Granja continua,

O olhar míope com que segue de perto alguns deles transforma-se completamente quando esse narrador se afasta para muito longe do realismo da cena diária. Dessa perspectiva tão distanciada e, necessariamente, “tão de fora” ele nos mostra e cena e, simultaneamente, seu olhar sobre ela³⁹³.

O contista arremata sobre as fugas e o cinismo surge em forma de dados estatísticos: “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e **nem todos gostavam da escravidão**”³⁹⁴.

E por qual razão havia a fuga de escravos? Seriam os donos tão amáveis a ponto de os escravos serem mal agradecidos por tal tratamento, como sugere o narrador? Conrad, citando José Honório Rodrigues, revela que a fuga e a formação de quilombos “começaram em 1559 e vêm até a Abolição”³⁹⁵ e que muitos escravos, por esperarem terem a vida um pouco mais

³⁸⁹ Ibid., p.30.

³⁹⁰ Ibid., p.31.

³⁹¹ GRANJA, Lúcia. Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis. **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n.6/7, p.396, 2006. ISSN1517-9737.

³⁹² GRANJA, loc. cit.

³⁹³ Ibid., p.397.

³⁹⁴ ASSIS, op.cit., p.114.

³⁹⁵ CONRAD, op.cit., p.18.

fácil, obedeciam aos seus senhores, mas muitos outros, “particularmente aqueles que eram obrigados a trabalhar excessivamente, que eram mal alimentados ou tratados cruelmente, recusavam a submissão permanente”³⁹⁶. Seriam estes os que “não gostavam de apanhar pancada” e rebelavam-se contra o seu senhor? O pesquisador ainda afirma que mais fácil que a revolta, eram as fugas e estas aconteceram todo o tempo que durou a escravatura, impondo “um desgaste permanente das energias e bens da classe proprietária de escravos”³⁹⁷. Conrad lista os gastos despendidos com a fuga de um africano:

Os anúncios e as recompensas pela sua captura e devolução, os salários dos policiais, dos caçadores de escravos e dos juízes pagos pelos fundos públicos, os honorários pelo castigo e a cura, ou alojamento na prisão local, os gastos com armas, e perda de animais e de outros bens nos assaltos por bandos de fugitivos e um imenso tributo em insegurança e vidas humanas eram um constante sorvedouro de bens, paciência e conforto da classe proprietária de escravos³⁹⁸.

Para solucionar problema tão oneroso para o bolso dos maus senhores, algumas soluções foram buscadas — o apadrinhamento — por exemplo, forma encontrada pelos senhores de escravos, para amenizar as agressões e parecer, desta maneira, menos carrasco e cruel. E é nesta perspectiva que o narrador do conto segue:

Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e **nem todos gostavam de apanhar pancada**. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau³⁹⁹.

O apadrinhamento, uma forma de favor aparentemente unilateral, foi necessário quando as fugas dos escravos tornavam-se frequentes e, neste caso, o padrinho batia menos e repreendia mais, e, como afirma o narrador, “nem todos gastavam de apanhar pancada”, pois além de surra danificar o material, traria como consequências grandes prejuízos com possíveis fugas, afinal, “dinheiro também dói”⁴⁰⁰.

³⁹⁶ CONRAD apud RODRIGUES, p.18-19.

³⁹⁷ Ibid., p.20.

³⁹⁸ CONRAD, loc. cit.

³⁹⁹ ASSIS, op,cit., p.114 (grifo nosso).

⁴⁰⁰ ASSIS, loc. cit.

Apadrinhar, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio, significa 2. *Proteger, favorecer, defender; além de 3. Patrocinar, sustentar*. Proteger ou defender seu escravo era forma de tentar mantê-lo na fazenda, uma troca de favores entre o latifundiário e o escravo, evitando assim prejuízos para o senhor e realizando, ao mesmo tempo, a defesa do próprio patrimônio.

Além do apadrinhamento, há ainda outras relações de favor permeadas por todo o conto. Na casa da família de Candinho, há uma extensa relação de interdependência, pois todos dependem de todos: a jovem Clara, por não ter mãe é criada pela tia, que em troca, aceita a ajuda da sobrinha quando há muitas costuras por fazer. Quando Clara casa, a tia também vai junto, pois depende da ajuda financeira do genro para viver, tornando-se uma espécie de agregada. Na verdade, é a única com ofício certo e a que pôde ajudar o casal tanto ao trabalhar para ajudar no sustento da família como quando foram despejados, pois o aluguel atrasara por três meses e foram morar de favor na casa de uma velha rica, conhecida da tia, que “emprestou os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio”⁴⁰¹. Logo, Clara, Candinho e o bebê dependem de tia Mônica. Também é ela quem decide o que fazer com a criança que acaba de nascer, mas se mostra complacente com as desculpas e promessas de melhora do genro Candinho, pensando na chance de uma patuscada. Até a própria escrava Arminda, ao ser capturada pelo capitão-do-mato, lhe propõe uma saída: servir-lhe de escrava por tempo indeterminado, ao invés de voltar ao antigo dono que era mau e violento.

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peça-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!⁴⁰²

Roberto Schwarz explica que o *favor* direto ou indireto era o acesso pelo qual o homem livre tinha “à vida social e a seus bens. [...] O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz umas das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”⁴⁰³. No caso do conto, o caçador de escravos Candinho depende diretamente da

⁴⁰¹ Ibid., p.124.

⁴⁰² Ibid., p.128.

⁴⁰³ SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. 4.ed. São Paulo: livraria Duas Cidades, 1992, p.16.

relação de favor existente entre o proprietário de escravos e o caçador de negros. Segundo Schwarz:

assim como o profissional dependia do favor para exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O *favor* é nossa mediação quase universal⁴⁰⁴.

Raymundo Faoro, em *Os donos do Poder*, descreve o favor como uma relação presente e muito utilizada no meio político brasileiro. O governo, explorador e algoz impõe a submissão ao povo utilizando-se de métodos escusos para manter-se no poder “[...] a título de representá-lo (o povo), impor-lhe, pelo compadrio ou pelo favor, pelo bacamarte ou pela miséria, o caminho da submissão”⁴⁰⁵. Os partidos políticos não perderam tempo para usar esse poderoso instrumento: “Os partidos amoldaram-se aos tempos novos, amenizando a compressão para adequá-la a "arranjar" empregos, favores e benefícios para os cabos eleitorais, as influências locais”⁴⁰⁶. O favor, também esteve presente nas concessões das sesmarias. Em 1822, não havia mais terras a distribuir, pois muitas foram doadas a um mesmo requerente. O mesmo passa a ser então o novo senhor de terras, mas não a cultiva. “Daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire pela herança, pela doação, pela compra e, sobretudo, pela ocupação — a posse, transmissível por sucessão e alienável pela compra e venda”⁴⁰⁷.

Há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras, e sempre falta de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente. O quadro está definido: a grande propriedade toma conta do país, com a dependência e o bloqueio de ascensão do lavrador não proprietário. A sesmaria não serve ao cultivo e ao aproveitamento, mas imobiliza o *status* do senhor de terras, utilizada menos em proveito da agricultura do que da expansão territorial, estimulada esta pelos agentes do rei no Brasil.

⁴⁰⁴ SCHWARZ, op. cit., p16.

⁴⁰⁵ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p.300.

⁴⁰⁶ Ibid., p.301.

⁴⁰⁷ Ibid., p.314.

O contrário do *favor* seria o liberalismo não praticado em nossas terras, pois o primeiro seria “prática a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho”. Já o segundo, o liberalismo, postulado pela civilização burguesa, significava “a autonomia da pessoa, a universalidade de lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho”⁴⁰⁸.

De acordo ainda com Schwarz, o *favor*, no contexto brasileiro,

assegurava às duas partes, em especial a mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos, via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação em contraprestação [...] ⁴⁰⁹.

Por isso, Arminda, ao ser capturada por Candinho, antes da luta pela liberdade, recorre ao favor, pois se suas súplicas fossem ouvidas, a prestação do serviço seria convertida em contraprestação, seria a “exceção à regra”, e a negra fujona se tornaria escrava do capitão-do-mato.

Avançamos no conto, mas há ainda o que comentar sobre terceiro parágrafo: o narrador não se importa em continuar lentamente as descrições sobre a escravidão e fala sobre o caso dos “ladinos”, escravos contrabandeados, que ao retornarem da fuga sem sucesso, pois não conheciam as ruas da cidade que os levassem a algum refúgio ou quilombo, pediam aos senhores que quitandassem, ao invés de se tornarem escravos novamente. Esta também pode ser entendida como uma relação de favor, pois se o escravo fica na rua vendendo para o dono, conseqüentemente fica longe das pancadas e mesmo sendo obrigado a trabalhar é essa uma forma de mostrar ao senhor sua “boa vontade” em não mais querer fugir:

Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando ⁴¹⁰.

Na troca da escravidão pelo aluguel, comentada no conto, Gledson atesta ser apenas a passagem de um sistema opressor para outro. Assim, na condição de escravo ou de trabalhador de aluguel, a situação dos negros em nada melhorou, apenas escamoteou-se.

⁴⁰⁸ Ibid., p.17.

⁴⁰⁹ Ibid., p.20.

⁴¹⁰ ASSIS, op. cit, p.114.

Segundo Florestan Fernandes, “o negro foi vítima da sua posição e da sua condição racial”⁴¹¹, pois mesmo com a mudança de sistema econômico que eliminaria o escravo, enquanto condição social, permaneceria o negro, em sua condição social, surgindo a partir daí, uma democracia racial no Brasil:

Restringindo as oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os ‘fora do sistema’ ou à margem e na periferia da ordem social competitiva, o preconceito e a discriminação de cor impedem a existência e o surgimento de uma democracia racial no Brasil⁴¹².

No quarto parágrafo do conto, o narrador continua a falar da escravidão e relata ainda outro momento de grande aflição e prejuízo para os senhores: a fuga dos escravos. Atrelado a esse problema, surge o homem livre, o capanga, o capitão-do-mato, profissão também sustentada pela escravidão: “Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo”⁴¹³. Neste caso, portanto, quando nem o apadrinhamento nem o aluguel traziam ou mantinham o africano na Casa Grande ou na senzala, oferecia-se dinheiro para o resgate, “Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse”⁴¹⁴. Um serviço muito comum na época para ajudar na captura dos negros era o anúncio “nas folhas públicas” com as características do fujão, como descreve o narrador, trazendo momentos realistas para o conto:

Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, — ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse⁴¹⁵.

Freyre, em *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, afirma ser “natural” que em tempos de Imperador e Rei, numa sociedade “patriarcal e escravocrata”⁴¹⁶, os anúncios de maior interesse nos jornais fossem do comércio de escravos africanos, como

⁴¹¹ FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Corpo e Alma do Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p.68.

⁴¹² *Ibid.*, p.73.

⁴¹³ ASSIS, op.cit. , p.115.

⁴¹⁴ ASSIS, op.cit., p.114.

⁴¹⁵ ASSIS, op.cit, p.114-5

⁴¹⁶ FREYRE, op.cit., p.75

“compra, venda, troca, aluguel, leilões e fugas”⁴¹⁷. Estes anúncios só começaram a desaparecer dos jornais, com o fim da Abolição, mas ainda existiam nessa época, no entanto de forma insignificante, “escondendo-se nos cantos das páginas”⁴¹⁸.

Assim como o narrador do conto afirma, em detalhes, a forma mais comum dos anúncios nos jornais, Freyre confirma em sua pesquisa, desde a inserção de palavras de origens africana e Tupi-guarani, aos brasileirismos — “sapiranga, cassaco, cambiteiro, aça ou assa, xexéu, troncho, perequetê, mulambo, munganga, cambado, zambo, cangulo, engarujado, banguê, banzeiro, batuque, munheca, batucar”⁴¹⁹. O autor observa ainda que além das novas palavras, a língua dos anúncios das gazetas já era muito próxima da fala popular, o português abrasileirado, ao contrário dos discursos do Império: “são duas línguas inimigas”⁴²⁰. Nos anúncios das fugas lê-se o valor da recompensa, profissão, características físicas, nome, idade, a nação à qual pertence, as marcas no corpo e até falta de dentes. O dono coloca as marcas na pele dos negros para melhor identificá-los, como luas, estrelas, letras, números. Além disso, outros donos desenhavam a extração, mutilação ou aguçamento (de incisivos) dos dentes ou descreviam as outras mutilações: “Fugiu [...] uma sua escrava de nome Benedita, altura baixa, cor de formiga, com dois dentes tirados na frente [...] com um dedo da mão direita aleijado por ter sofrido de uma panariço”. O desenho de um negro com trouxa nas costas ou na cabeça também era comum⁴²¹.

Duarte explica: “Ao multiplicar-se, a rebeldia negra faz surgir uma ocupação para o exército de reserva composto por homens livres, pobres e desocupados: o ‘ofício’ de capitão-do-mato urbano”⁴²².

Cândido Neves, conhecido por Candinho, por falta de estudos, pela necessidade de auxílio financeiro para sustentar a família, a falta de habilidade para outros empregos e até o gosto em servir, pois “davam o impulso ao homem que sentia rijo para pôr ordem à desordem”, escolhe o ofício de capitão-do-mato:

Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos o acaso, e

⁴¹⁷ FREYRE, loc. cit.

⁴¹⁸ FREYRE, loc. cit.

⁴¹⁹ FREYRE, op. cit, p.84.

⁴²⁰ FREYRE, loc. cit.

⁴²¹ Ibid., p.85-90.

⁴²² DUARTE, op.cit., p.270.

alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que sentia rijo para pôr ordem à desordem⁴²³.

Somente no sexto parágrafo do conto, após longa explanação sobre a escravidão, suas marcas, instrumentos e ofícios, como o de capitão-do-mato, é que a personagem principal nos é apresentada pelo narrador. Para Arturo Gouveia, nos primeiros parágrafos “O narrador sequer entra no campo da fabulação. As informações transmitidas em sumário narrativo parecem estilizações de notícias de jornais ou documentos afins”⁴²⁴. O crítico afirma ser este estilo de narração machadiano um questionamento da tão “declarada centralidade da ação”⁴²⁵. Assim, a ação é adiada a cada novo parágrafo e os cinco primeiros funcionam como “uma introdução ao plano fabular”⁴²⁶. Se o conto é conhecido pela concisão, então poderíamos acreditar que esses trechos poderiam ser facilmente retirados em defesa da forma. Entretanto, Machado desfaz-se das amarras das convenções teóricas e descreve exaustivamente a escravidão, em nome da perfeição de sua escrita e da liberdade de criação. Segundo Arturo, além disso, essa longa introdução faz parte da “preservação de uma memória histórica fundamental à compreensão das contradições de Cândido Neves e da sociedade que legitima sua profissão”⁴²⁷. Essas informações teriam como função deixar à mostra as contradições de um país com ambições liberais e progressistas, no entanto, preso às amarras do conservadorismo e da mão de obra escrava. Descrever, ostensivamente, essas marcas indeléveis em nossa sociedade se torna indispensável para compreendermos o estilo do conto moderno machadiano.

Essas informações, que tendem a humanizar o desumano, a sacralizar as injustiças, a ver na prática da escravidão uma recompensa teleológica na “ordem social e humana”, não são excrescências a serem descartadas por princípios abstratos. Inserido no Brasil do século dezenove, de aspirações liberais e sem avanços significativos das instituições criadas pela Revolução Francesa, o conto se torna ainda mais convincente do ponto de vista do desmascaramento da chamada ordem brasileira. E esses parágrafos iniciais têm um papel fundamental nesse processo⁴²⁸.

⁴²³ ASSIS, op.cit., p.115.

⁴²⁴ GOUVEIA, Arturo. A consagração da impertinência (Machado de Assis, Borges, Guimarães e a teoria do conto). In: GOUVEIA, Arturo. **Machado de Assis desce aos infernos**. Coleção Ambiente 4. João Pessoa: Ideia, 2009, p.30.

⁴²⁵ Ibid., p.30.

⁴²⁶ Ibid., p.32.

⁴²⁷ GOUVEIA, loc. cit.

⁴²⁸ GOUVEIA, op.cit., p.32-33.

Cândido Neves, — em família, Candinho, — duplamente branco, como sugere o próprio nome, casa-se com a moça Clara, tão branca quanto o marido. O autor o insere no conto como a personagem que optou pela pobreza quando decidiu ser capitão-do-mato e, desta maneira, se liga à outra personagem, Arminda, que lhe renderá cem mil réis e a possibilidade de ficar com o filho, após resgatá-la para o dono. O nome da personagem Candinho sugere candura, pureza ou inocência já a personagem Arminda, significa etimologicamente, armada. Entretanto, nem Cândido Neves agirá com a “pureza” e a “inocência” que o nome sugere, nem tão pouco Arminda, possui armas para lutar contra sua situação. “Candinho é a pessoa que se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos”⁴²⁹. Rapaz que se mostra indisposto a aprender qualquer ofício que durasse muito tempo no aprendizado, “queria aprender depressa e aprendia mal”⁴³⁰. O comércio lhe atraiu até quando percebeu que a obrigação de atender e servir “feria-o na corda do orgulho”⁴³¹, sentimento relacionado ao fato do trabalho estar associado à escravidão e ao esforço braçal, que era predominantemente desempenhado pelo negro, logo, era considerado pejorativo, como atesta Conrad: “O trabalho, na realidade era considerado pelas pessoas livres, algo desonroso e digno apenas de servos”⁴³². Candinho não gostava de trabalhar. Tentou prender-se em algum emprego, mas sempre estava desmotivado:

Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixairo para um armarinho⁴³³.

Numa publicação, em 1896, no *Neue Zeit*, Alemanha, Friedrich Engels escreve um artigo intitulado “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”. Engels afirma que o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Ele analisou todo o percurso da evolução do macaco a partir da consequência direta de seu gênero de vida devido ao qual as mãos, “ao trepar”, tinham que desempenhar funções distintas das

⁴²⁹ Ibid., p.115.

⁴³⁰ Ibid., p.116.

⁴³¹ ASSIS, loc. cit.

⁴³² CONRAD, op.cit., p.14.

⁴³³ ASSIS, op.cit., p.115.

dos pés e, desta forma, ao longo das gerações, as mãos dos primitivos foram adquirindo habilidades e liberdade, transformando-se num órgão de trabalho e também produto dele.

[...] os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas e a alcançar objetivos cada vez mais elevados. A caça e a pesca evoluíram e vieram os ofícios e o comércio ⁴³⁴.

Estas mãos que Engels analisa, são as que a personagem Candinho usa com muita habilidade para capturar os negros fujões. E nesta dinâmica, percebemos que não é só o momento histórico brasileiro, no caso, a escravidão, que traria a desvalorização do trabalho manual para o homem urbano e culto, mas, ao longo da história da evolução humana, ao utilizar-se do cérebro para atividades intelectuais, ele fora sendo desvalorizado. Então, contraditoriamente, Candinho se sentia superior aos escravos por caçá-los, pois eram trabalhadores braçais, entretanto, o ofício de capitão-do-mato não era diferente ou mais intelectual, pois eram necessárias força e habilidade para resgatar os negros fugidos, a mesma caça realizada pelos primatas. E Candinho possuía todas as habilidades para ser um exímio caçador:

Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também ⁴³⁵.

O narrador onisciente, conhecedor da personagem, sonda as aspirações do capitão-do-mato: “Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado”. Sem pestanejar, Candinho dedica-se ao novo ofício criado pelas necessidades da instituição escravista: caçar africanos foragidos das terras dos Senhores sem que isso lhe causasse dano moral, angústias, ressentimentos ou indignação.

⁴³⁴ ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1999, p.18. Disponível em:< www.ebookbrasil.org> Acesso em: 03 de fev. de 2010.

⁴³⁵ ASSIS, op.cit. p.120.

Entrelaçados pelos caminhos da miséria, engrenagem importante do sistema capitalista, Arminda e Candinho lutam pela sobrevivência de suas famílias. Para Bosi, há algo de darwiniano em toda a existência humana,

[...] é o universal animalesco que está dentro de cada um de nós; daí o embate contínuo pela preservação, moldado sobre a luta biológica: quem não pode ser leão que seja raposa ⁴³⁶.

Segundo Roberto Schwarz, em “A velha pobre e o retratista”, pertencente ao volume *Os pobres na Literatura Brasileira*, ao analisar o caso de D. Plácida, personagem do romance machadiano, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o autor nos traz uma reflexão sobre o trabalho sob o ponto de vista capitalista e escravista: “O trabalho indiferente à finalidade concreta (costurar, cozinhar ou ensinar) e sem objetivo além do trabalho, pertence ao universo do capitalismo. Ao passo que a nenhuma estima pelo esforço é do universo escravista” ⁴³⁷.

Assim, podemos identificar a personagem Cândido Neves, dentro do sistema capitalista, opondo-a à personagem Arminda, pertencente ao sistema escravista ainda vigente em nosso país, percebendo com isso, a situação política e histórica hesitante “das camadas dirigentes brasileiras no século XIX, que tinham um pé no instituto da escravidão, e outro no progresso europeu, nos dois casos, com proveito” ⁴³⁸.

Ainda para o crítico, o trabalho honesto, “humilde e honrado” não é reconhecido pela classe burguesa, logo, é desprezado. A situação é ainda mais conflitante para os pobres, pois “se não trabalham são uns desclassificados, e se trabalham só por muito favor serão pagos e reconhecidos” ⁴³⁹.

D. Plácida, personagem de caráter austero, corrompe-se depois de muito trabalhar: “A pobre mulher costura, faz doces para fora, ensina crianças do bairro” e “forçada pela miséria, acaba prestando serviços de alcoviteira”. O autor reforça que: “a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre” ⁴⁴⁰.

Podemos então traçar algumas peculiaridades entre esses dois personagens: brancos, pobres, necessitam do favor de terceiros para sobreviverem, além de serem impelidos pela

⁴³⁶ BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: O Enigma do Olhar*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999, p.17.

⁴³⁷ SCHWARZ, Roberto. A Velha Pobre e o Retratista. In: SCHWARZ, Roberto (Org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*. Brasília: Brasiliense, 1983, p.48.

⁴³⁸ Ibid., p.47.

⁴³⁹ Ibid., p.47.

⁴⁴⁰ Ibid., p.48.

miséria a trabalharem em ocupações não reconhecidas pela burguesia. D. Plácida, apesar de valorizar a família e o casamento, acaba por prestar serviços como intermediária em relações amorosas. Candinho “cedeu à pobreza”, ao optar por caçar escravos e achou algum valor nisso.

Há, no entanto, um ponto conflitante entre as duas personagens machadianas: Candinho opta por pegar escravos fugidos, não apenas pela inaptidão a outros empregos e pela necessidade imediata de lucro, mas por lhe parecer o ofício nobre e valorizado pela burguesia. O narrador sarcástico arremata: “Não seria nobre, **mas** por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras”⁴⁴¹. Assim, não era nobre por ser braçal, no entanto, contraditoriamente, por manter a ordem social, a lei e a propriedade burguesas poder-se-ia achar alguma nobreza. Sem o capitão-do-mato para recapturar a valiosa mão de obra escrava, bem semovente, para a casa grande e a senzala, o sistema escravista teria muitos outros motivos para entrar em declínio imediato.

Bosi afirma que Candinho está somente um degrau acima do escravo, no entanto, também ele é controlado pelo senhor, estando assim, ainda, num nível inferior e a classe senhorial no controle desses dois níveis sociais: “O poder do senhor desdobra-se em duas frentes: ele não é só dono do cativo, é também o dono do pobre livre na medida em que o reduz à polícia de escravo”⁴⁴². E se Candinho não pode comprar um escravo para si e sentir-se no mesmo nível social do senhor, pode agir de forma vil, aliando a luta pela autoconservação, atitudes explicadas pelas “tendências da alma” e os “cálculos da vida”:

“O caso da vara” e “Pai contra mãe” dão testemunho tanto da vilania dos protagonistas quanto da lógica que rege os seus atos. As “tendências da alma” e os “cálculos da Vida” somam-se na luta pela autoconservação. Ambos têm em comum a situação do homem juridicamente livre, mas pobre e dependente, que está um degrau, mas só degrau acima do escravo. A esta condição ainda lhe resta usar do escravo, não diretamente, pois não pode comprá-lo, mas por vias transversas, entregando-o à fúria do senhor, delatando-o ou capturando-o quando rebela ou foge⁴⁴³.

⁴⁴¹ ASSIS, op.cit. p115. (grifo nosso)

⁴⁴² BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: BOSI, Alfredo (org.). **Machado de Assis**: antologia e estudos. São Paulo: Ática, 1982, p. 454-455.

⁴⁴³ Ibid., p.455.

De acordo com o crítico, a condição social da personagem Candinho, branco e pobre, seria apenas a outra face da moeda da República e das benesses prometidas pelo progresso que somente o tempo e a história foram capazes de mostrar sua ineficácia: “Trata-se do outro lado da moeda do progressismo burguês, o lado “maduro”, momento crepuscular em que o Tempo e a História deixam de ser o lugar da evolução em linha reta para mostrarem o eterno retorno do mesmo”⁴⁴⁴.

Candinho, além de ser branco e pobre, poderá ser considerado dentro dessa pesquisa, uma personagem marginalizada, um excluído socialmente. A aceitação do termo **marginal**, dentro da nossa pesquisa, pode causar controvérsias, pois se trata de um conto machadiano do início do século XX, em 1906, e o termo marginal passa a ser discutido, conforme afirma Kowarick, somente após 1945. Busquemos então algumas respostas na pesquisa de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, Janice Perlman, em *O Mito da Marginalidade* e Lúcio Kowarick, em *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*.

Janice Perlman, em *O Mito da Marginalidade*, define o sentido do termo marginal: “a palavra dentro da língua portuguesa e espanhola possui conotações negativas; desde um vagabundo indolente e preguiçoso até um cidadão ligado ao mundo do crime, das drogas e da prostituição”⁴⁴⁵. Segundo a autora, a antiga tradição, tanto europeia como norte-americana, caracteriza os pobres como “suspeitos”, como “classes perigosas”, ou “pessoas que vivem em zonas de miséria e dor”⁴⁴⁶.

Segundo Perlman, a marginalidade tem sido utilizada em debates “conduzindo velhas batalhas ideológicas – tais como as que se batem a respeito da natureza do sistema social, o processo de modernização ou as implicações do capitalismo e do imperialismo”⁴⁴⁷. Devemos considerar ainda que as grandes massas de população só podem ser consideradas urbanas depois de 1850, antes disso nenhuma cidade poderia ser considerada mais urbana que rural⁴⁴⁸.

Para a autora, o sistema capitalista criou uma massa de pobres e desempregados que a economia não conseguiu absorver por meio da força de trabalho, ameaçando o colapso social e político.

⁴⁴⁴ Ibid., p.456.

⁴⁴⁵ PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Políticas no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.124.

⁴⁴⁶ Ibid., p.124.

⁴⁴⁷ Ibid., p.123.

⁴⁴⁸ Ibid., p.29.

Ao mesmo tempo, contudo, o sistema produzia tanto os aglomerados subnormais de população como a concentração de desemprego nas cidades. [...] Esta contradição entre o temor das “crescentes massas bárbaras” nas cidades e a consciência de sua inevitável existência é subjacente à ideologia da marginalidade e à sua manipulação política ⁴⁴⁹.

O termo marginalidade tem abrangido diversos grupos: incluindo os pobres em geral, desempregados, imigrantes, membros de outras subculturas, minorias raciais e étnicas e transviados de qualquer espécie. A personagem Cândido Neves, para esta pesquisa, se enquadraria na definição em relação à situação inferior na escala econômico-ocupacional. Neste grupo se encaixam os desempregados ou subempregados que, segundo Perlman, são “aqueles que apenas participam precariamente do mercado de trabalho [...]. A característica determinante é de ordem econômico-ocupacional relacionada com a falta de trabalho ou com empregos mal pagos e instáveis, que não participam da economia geral, nem contribuem para ela” ⁴⁵⁰.

Há ainda outro quesito a ser analisado: a questão da inclusão/exclusão. De acordo com estudos de Robert Merton citado por Perlmann, “o marginal é alguém que aspira a entrar para certo grupo, no qual não é aceito como membro. [...] O marginal, o aspirante barrado, experimenta o processo de socialização antecipatória ao adotar os valores e normas do grupo em que ele deseja entrar [...]” ⁴⁵¹. Kowarick afirma que o estrato social ao qual o indivíduo não pertence, mas se identifica “passa a constituir o fulcro de suas aspirações, fornecendo padrões que orientam seus comportamentos [...]” ⁴⁵² e como a sociedade é estratificada em camadas, dificilmente a posição social almejada será alcançada ⁴⁵³. Ora, Candido Neves é personagem que não gosta de trabalhar porque lhe fere na corda do orgulho servir alguém, mas catar escravos lhe deu encanto novo. Sente-se socialmente superior aos negros, mas vive na mesma situação de miséria que os homens e mulheres que caça. E na sua superioridade ilusória serve a classe senhorial, por achar que a atitude o manteria no mesmo nível que os senhores a quem serve.

⁴⁴⁹ Ibid., p.124.

⁴⁵⁰ Ibid., p.126.

⁴⁵¹ PERLMANN, op.cit., p.133.

⁴⁵² Ibid., p.29.

⁴⁵³ Ibid., p.32.

Para Lúcio Kowarick, o termo marginal só surgiu como problema teórico e prático após a Segunda Guerra Mundial, significando “baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar e falta de participação social”⁴⁵⁴.

Na América Latina, foi fundamentalmente após a 2ª Guerra Mundial que a marginalidade urbana apareceu como problema teórico e prático. Na medida em que o ritmo da urbanização se acentuava devido à intensificação das migrações internas, as populações migrantes passaram a se localizar na periferia ou nas áreas decadentes das grandes metrópoles, dando origem ao que se denominou “bairros marginais”⁴⁵⁵.

Kowarick acredita que “o conceito de marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, numa forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial”⁴⁵⁶. Candinho, dentro do sistema social, está excluído dos benefícios próprios à sociedade urbana, é um homem marginal impossibilitado de uma plena integração social. Segundo Kowarick, existem barreiras que impedem a integração deste homem marginal. Isso acontece porque:

[...] a marginalidade decorre de contradições básicas e essenciais não se tratando apenas de um desajuste entre as partes constitutivas da sociedade que perturba o seu equilíbrio e funcionamento. [...] A marginalidade é uma forma de articulação estrutural necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista⁴⁵⁷.

O termo marginal, compreendido apenas dentro de uma sociedade capitalista, será associado, ao surgimento do homem branco e livre durante o período da escravidão no Brasil. A princípio, os dois termos parecem antagônicos e impossíveis de serem ligados, mas assim como afirma a pesquisadora, Maria Sylvia de Carvalho Franco, é difícil “de se conceituar *um modo de produção* a partir da presença do escravo”⁴⁵⁸ e propõe, por sua vez, a escravidão simplesmente como instituição. Franco afirma que o escravo surge, a partir dos séculos XV e

⁴⁵⁴ KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.14.

⁴⁵⁵ Ibid., p.13.

⁴⁵⁶ Ibid., p.16.

⁴⁵⁷ Ibid., p.20.

⁴⁵⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p.13.

XVI, “redefinido como categoria puramente econômica, assim integrando-se às sociedades coloniais” e a escravidão aparece “suportando um estilo de produção vinculado ao sistema capitalista”⁴⁵⁹. Logo, ao mesmo tempo, em que o africano surge em nossas terras desde o século XV para o trabalho escravo, o português colonizador deixa em nossas terras outro tipo humano, os povoadores. Eles ficaram encarregados dos mais diversos serviços em nossas terras, desde a administração, o combate e o negócio, menos do trabalho com o cultivo do solo, e como consequência, “decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo sem prejuízo econômico, ser cedidas para uso de outro”⁴⁶⁰. Esta população livre poderia ter sido aproveitada como mão de obra, mas ficaram expropriados e não foram integrados à produção mercantil. Também a presença do escravo na lavoura contribuiu para o excedente de homens brancos, livres e desocupados. Resultado:

Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser⁴⁶¹.

Franco analisou a forma de trabalho em conjunto dos grupos considerados caipiras, os mutirãoes, e percebeu que “as condições de existência das camadas inferiores da população rural livre, no Brasil, não favoreceram essa forma de cristalização das relações de trabalho”⁴⁶². Ou seja, não houve laços fortes para unir as famílias e sustentar a especialização e a estratificação social. Esses grupos tornaram-se marginais: “Assim a alta mobilidade foi a marginalização sofrida por esses homens que fez do trânsito o seu estado natural, conservando-os efetivamente como andarilhos. Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram”⁴⁶³. A autora conclui que:

quando se procura ver os grupos caipiras em suas conexões com a sociedade brasileira mais ampla, novamente se é levado a concluir que as condições de existência neles vigentes, embora induzissem à cooperação, não foram de molde a

⁴⁵⁹ Ibid., p.13.

⁴⁶⁰ Ibid., p.14.

⁴⁶¹ Ibid.,p.14.

⁴⁶² Ibid., p.31.

⁴⁶³ Ibid., p.34.

favorecer a coesão interna e a cristalização de tradições disciplinadoras do trabalho⁴⁶⁴.

No conto, Candinho casa-se com Clara, com a aprovação da tia. Os três vão morar juntos numa casa pobre. A senhora alerta o casal sobre a necessidade de um trabalho fixo e o cuidado em não terem filhos para não agravar a situação financeira da família. Mas o desejo da maternidade e a segurança na proteção divina mantinham-nos confiantes no futuro.

Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

— Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

— Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara⁴⁶⁵.

O casal divertia-se muito, inclusive fazendo trocadilhos com os próprios nomes e o sonho de ter um filho, que ainda estava escondido na eternidade, tornou-se realidade, para desespero da tia:

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço. Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma coisa e outra; não tinha emprego certo. Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

— Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe⁴⁶⁶.

Conforme a história vai desenrolando-se, o narrador vai deixando pistas sobre as reais condições econômicas e sociais da família. Por exemplo, a casa onde moravam: era pobre. O autor inclusive, não usa o verbo morar e sim abrigar-se e que podemos interpretar como local de refúgio ou esconderijo, assim, não era um lugar fixo, próprio para uma morada digna: “na

⁴⁶⁴ FRANCO, op.cit, p.36.

⁴⁶⁵ ASSIS, op.cit. p.117.

⁴⁶⁶ Ibid., p.118.

casa pobre onde eles se foram abrigar”. A falta de comida era suprida pelo excesso de risadas: “não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço” e o trabalho informal é evidenciado pelo excesso de costuras feitas pela futura mãe e o trabalho incerto do futuro pai: “Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma coisa e outra; não tinha emprego certo”. As roupas da criança eram feitas aproveitando-se das poucas sobras de tecido das encomendas da costura:

A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos ⁴⁶⁷.

O narrador antecipou-nos a condição de Cândido Neves, no início do conto, ao afirmar que “cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos”. A situação da família vai ficando insustentável, pois os lucros com o resgate dos escravos já não são os mesmos e ainda havia outros capitães-do-mato concorrendo com Candinho. Lendo atentamente o texto, percebemos que assim como a situação financeira da família de Cândido Neves chega a níveis miseráveis, outros caçadores de escravos surgem e a profissão torna-se a única saída para a leva de pobres, brancos e desempregados da zona urbana carioca.

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, **mais de um desempregado pegou em si e numa corda**, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. **No próprio bairro havia mais de um competidor** ⁴⁶⁸.

O narrador descreve as privações pelas quais passam a família: fome, aluguel atrasado e próximo de um despejo, dívidas e sobrecarga de trabalho para a grávida:

Quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos aluguéis.

⁴⁶⁷ Ibid., p.118.

⁴⁶⁸ Ibid., p.120-121. (grifo nosso)

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora⁴⁶⁹.

Diante de situação tão dura, tia Mônica sugere a Candinho que procure outro trabalho que lhe garanta o sustento certo e a sugestão lhe aguça a vontade de trocar de emprego, sem que isso despendesse grande esforço. E eis que o narrador onisciente lança uma ironia afiada: o gosto de Candinho em trocar de ofício não pela necessidade do trabalho, mas por querer sentir-se outro, a vontade de pertencer a outro estrato social, mas inalcançável, conforme Kowarick. Para o pesquisador, a sociedade é dividida em camadas e dificilmente há mobilidade social entre elas. A marginalidade é necessária para manter a estrutura econômica na qual a acumulação capitalista é dependente.

Deixe-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego. Cândido quisera efetivamente fazer outra coisa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa⁴⁷⁰.

Trocar de pele sem trocar de pessoa parece ser uma máxima machadiana para boa parte de sua obra quando quer criticar, principalmente, os efeitos da República e da política frouxa em nosso país. Lembremos o caso da tabuleta do velho Custódio: ao querer trocar o nome da confeitaria sem trocar a madeira, queria apenas pintar outro nome e colocar outra cor. O pintor recusou-se a fazer o serviço, pois a madeira estava bichada por dentro e com o tempo seria corroída, tornando o trabalho ineficaz. Na verdade, a crítica é dirigida, sorrateiramente, para a mudança de governo em nosso país, do Império para a República. Também nos remete ao caso do sineiro da Igreja da Glória, o João, escravo sem escravidão. Por mais que dobrasse ou repicasse os sinos para o Império, se esse retornasse, ou para a República já instaurada: nada em sua vida mudaria, e não mudou. Estava arrojado socialmente. Os burros, da outra crônica, que tracionavam o bonde antigo, também questionaram os efeitos da condução humana dentro da política e da sociedade, principalmente sobre a Lei de Emancipação que funcionou apenas como mais um papel assinado, sem valor, dentro da democracia, que não surtiu o efeito esperado para os libertos.

⁴⁶⁹ Ibid., p.121.

⁴⁷⁰ Ibid., p.121-122.

No conto, a situação da família estava economicamente insustentável: Clara estava do oitavo para o nono mês e Candinho não achava recompensa e nem procurava por emprego fixo. Até que tia Mônica sugeriu algo que abalou os brios do casal:

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos Enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dois jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? Enjeitar como?⁴⁷¹

A ideia foi prontamente recusada pelo pai que não se conformava com a saída achada pela tia. Ela achava a atitude comum diante das condições de vida da família e ficar num convento garantiria, ao menos, para a criança, alimentação e lar certos.

Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio.

— Titia não fala por mal, Candinho.

— Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior⁴⁷².

Um fato histórico citado pelo narrador do conto e que nos chama a atenção é a roda dos enjeitados, também conhecida como roda dos expostos: era uma espécie de portinhola giratória onde o bebê era deixado, para ficar sob os cuidados de alguma instituição de caridade, como a Santa Casa de Misericórdia ou a Câmara do Senado. O sino era tocado anunciando a chegada de uma nova criança, dessa forma, os pais não eram identificados – ajudando a manter o anonimato. A primeira Santa Casa de Misericórdia de Portugal foi construída em Lisboa, fundada no dia 15 de agosto de 1498 pelo Rei D. Manuel I. Tinha como alvo “proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados”⁴⁷³. Estabelecimentos de acolhimento só começaram a aparecer na América portuguesa no final do século XVII. Em

⁴⁷¹ ASSIS, op.cit, p.122.

⁴⁷² ASSIS, op.cit., p.122-123.

⁴⁷³ FERREIRA, Lucina Viana. **A criação de enjeitados em Vila Rica**: a permanência da caridade (1775-1850). Disponível em: < www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h513.pdf > Acesso: 1 de maio de 2011.

1693, por exemplo, a Coroa enviou uma carta à Câmara do Rio de Janeiro, pedindo que fosse tomada uma providência, pois muitas crianças eram encontradas mortas nas praias e ruas da cidade ⁴⁷⁴. A personagem tia Mônica chega a referir-se, no conto, sobre estas crianças deixadas nas praias ou no lixo após explicar que a filha do casal seria bem cuidada pela Santa Casa de Misericórdia: “Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua. Enfim... [...]” ⁴⁷⁵.

Os comentários da tia podem ser considerados cruéis, conforme insinuação do narrador ao leitor, traço típico de Machado: “Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal franqueza e calor, — crueldade, se preferes” ⁴⁷⁶. Mas, de acordo com Bosi, a sobrevivência do pobre em meio hostil depende das suas atitudes condizentes com o meio, não seguindo às leis da “primeira natureza”, no caso, a proteção e alimentação da prole e da família, mas seguindo as leis da necessidade imediata, “a segunda natureza”, no caso da família de Clara e Candinho, diminuir a quantidade de dependentes onerosos, não trabalhadores:

[...] o mal se causa nas juntas do sistema escravocrata do Império Brasileiro: nasce e cresce dentro de uma estrutura de opressão [...] para sobreviver, o pobre tem que ser frio, tem que obedecer às leis da segunda natureza, ‘tão legítima e imperiosa quanto a primeira’ ⁴⁷⁷.

A situação que parecia ruim tornou-se pior, pois o dono da casa viera cobrar os aluguéis atrasados e a família, não conseguindo meios de pagar dentro do prazo estipulado, foi despejada. Tia Mônica conseguira aposento “na casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio”. Não disse nada ao casal para forçar Candinho a entregar a criança e procurar emprego fixo. E esse é justamente o fato, o estopim necessário, para encorajar o pai a entregar a criança à Roda e desencadear o encontro do pai com a mãe.

⁴⁷⁴ FRANCO, Renato. **Orfão na colônia**. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/orfao-na-colonia>> Acesso: 01 de maio de 2011.

⁴⁷⁵ ASSIS, op.cit., p.123.

⁴⁷⁶ Ibid., p.123.

⁴⁷⁷ BOSI, op.cit., p.455.

Esta é a situação da estrutura social brasileira, vista por Machado de Assis, fazendo-o desacreditar nas mudanças esperadas pela Emancipação dos escravos, passando pela República, pela ciência e pelo progresso: o que explica, em partes, o seu ceticismo frente à burguesia liberal e desmascara a violência cínica e velada da escravidão e a situação dos homens brancos e livres, no entanto, dependentes, pobres e sem perspectivas de ascensão social e moral.

Na passagem do romance *Esau e Jacó*, no capítulo “Desacordo no acordo”, a visão machadiana sobre a situação tanto dos negros alforriados como dos brancos pobres não é animadora. No capítulo, a cena se desdobra no período da Emancipação dos Escravos e a personagem Natividade, mãe de Pedro e Paulo, esperava ver os filhos unidos, ao menos na opinião sobre a Abolição. Para Pedro a assinatura da Lei significava justiça e para Paulo o início de uma Revolução. A mãe, ao ler o discurso de Paulo proferido em São Paulo, fica atônita: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco”⁴⁷⁸. A fala de um dos gêmeos nos remete a um período de incertezas tanto para negros como para brancos. Pois, se havia a escravidão como alicerce da economia nacional e esta empurrava o africano para as zonas de exclusão, ao preconceito, à imobilidade social e à marginalidade, ao branco pobre restava a “escravidão moral” e a mesma situação marginal. Para Duarte, Machado de Assis, no conto “Pai contra mãe”, “traz à tona o branco desvalido para o centro da ação. E ao fazê-lo, amplia sobremaneira a complexidade e o alcance social do enredo. Supera a dicotomia que reduz a questão à luta entre cativos e senhores”⁴⁷⁹.

Após o despejo, tia Mônica volta a sugerir levar a criança à Roda, no entanto, agora ela se oferecia a realizar o ato para aliviar a consciência do pai: “Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos. Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria”⁴⁸⁰. Chovia à noite e o pai pediu para aguardar até a seguinte para levar a criança à Roda. No entanto, ainda com um fio de esperança em encontrar algum escravo foragido, chamou-lhe a atenção, nas notas de escravos fugidos, uma mulata e a quantia oferecida por ela. Foi à Rua do Parto e da Ajuda, mas não tivera sorte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abriu mão do

⁴⁷⁸ ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p.81.

⁴⁷⁹ DUARTE, op.cit., p.270-271.

⁴⁸⁰ ASSIS, op.cit. p.125.

negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio ⁴⁸¹.

Candinho desconsolado volta para casa, pois sem dinheiro não poderia ficar com o filho. Pede à mãe que lhe dê ainda o último leite para levá-lo à Rua dos Barbonos.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que lhe cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo” ⁴⁸².

A entrar pela Rua da Ajuda, ajuda que não chega à escrava, e Candinho já conformado com a entrega do filho, surge-lhe uma emoção nova: o capitão-do-mato avista a escrava fujona que estava em suas notas. Entrega a criança ao dono da farmácia e aproxima-se da escrava para certificar-se:

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme ⁴⁸³.

O caçador de escravos com força e habilidade, que lhe eram peculiares, amarra as mãos da escrava e a leva para o dono, não sem antes de alguns gritos, briga e uma parca tentativa de negociação. Os gritos surgiram na esperança vã de alguém socorrê-la, mas na condição de escrava, os olhos da sociedade viam o ato como justo e digno, pois Candinho seria pago por manter a ordem e a propriedade:

⁴⁸¹ Ibid., loc. cit.

⁴⁸² Ibid., p.126.

⁴⁸³ Ibid., p.127.

Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus⁴⁸⁴.

A violência aqui retratada pode ser entendida como “um modelo socialmente válido de conduta”⁴⁸⁵. Segundo Franco, a violência, no período estudado em sua pesquisa, é admitida em público como prova de valentia e moralidade: “faz parte de todo um sistema de valores centrados na coragem pessoal”⁴⁸⁶.

No conto, a escrava argumentou a gravidez e a maldade de seu senhor, pois este lhe daria açoites quando retornasse, por ser muito mau .

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!
 — Siga! repetiu Cândido Neves.
 — Me solte!
 — Não quero demoras; siga!⁴⁸⁷

A resposta de Candinho é sarcástica e venenosa. O homem impassível não se comisera da situação da escrava grávida e a arrasta até a casa do senhor, sugestivamente na Rua do Ourives, numa cena dramática e cheia de suplícios.

— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves.
 Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes coisas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que deveria. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão.⁴⁸⁸

⁴⁸⁴ Ibid., p.127-128.

⁴⁸⁵ FRANCO, op.cit., p.52.

⁴⁸⁶ FRANCO, op.cit., p.51.

⁴⁸⁷ Ibid., p.128.

⁴⁸⁸ Ibid., p128.

Bosi afirma ser a desgraça de uns o bem estar de outros, ou seja, ter acesso a alguns bens, mesmo em níveis ínfimos só é conseguido desapoderando o outro, privando o outro dos mesmos bens, por meios ilícitos. Candinho, por ser pobre e se sentir social e moralmente acima da escrava, não se comove com a situação da grávida e não se preocupa com a vida da futura criança. As mortes da escrava ou do filho dela não lhe importariam, o que estava em jogo era a sua recompensa de cem mil réis e a possibilidade de voltar para casa com o filho que não mais iria para a Roda dos Enjeitados.

O bem estar de uns parece fundar-se na desgraça de outros. O acesso aos bens vitais e econômicos, por baixo que sejam em termos quantitativos (afinal Candinho é pobre), exige a espoliação do outro. [...] O pobre, se é livre, faz retornar aos ferros o escravo que, fugindo para a liberdade, concorreria com ele no páreo dos interesses. O antagonismo não se fixa apenas nos extremos; há uma guerra de todos contra todos, que percorre os elos de ponta a ponta ⁴⁸⁹.

Ao chegar à casa do senhor, a escrava, após a disputa com o capitão-do-mato, aborta a criança: “No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono” ⁴⁹⁰. A luta, em vão, da escrava seria por uma liberdade tão sonhada e por pouco tempo vivida na clandestinidade. A criança que já nasce morta provoca o desespero do dono, mas não pela vida que se esvai, mas pela mão de obra escrava perdida, como já afirmara o narrador “dinheiro também dói”. Cândido Neves sem se preocupar com a morte da criança e a cena de horror que acabara de presenciar, corre em direção ao filho que deixou nas mãos do farmacêutico: “O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor” ⁴⁹¹.

Segundo Bosi, Machado desmascara a ideologia que tudo justifica, ou seja, qualquer ação é legítima para que a batalha dos vencedores “decorra plácida, sem estorvos nem remorsos, as suas histórias nos contam quantos enganos e autoenganos, quantos crimes se fazem necessários [...]” ⁴⁹². E a ordem imposta pela sociedade é a melhor ordem possível,

⁴⁸⁹ BOSI, op.cit, p.456.

⁴⁹⁰ ASSIS, op.cit. p.129.

⁴⁹¹ Ibid., p.130.

⁴⁹² BOSI, op.cit. p.456.

natural. O autor assevera que essa ideologia burguesa surge do delírio de Brás Cubas, quando o apocalipse é revelado não no futuro, mas é presente vivido: “A História como pesadelo”⁴⁹³.

Insisto em ver no delírio de Brás Cubas [...] a figura matriz dessa ideologia. É uma cavalgada pelos tempos em que, sintomaticamente, a direção cronológica vai do presente para o passado e volta vertiginosamente do passado para o presente, sem revelar em momento nenhum, a dimensão do futuro. Não há outro apocalipse que não o do instante presente, quando o delírio acaba e Brás Cubas acorda para morrer logo em seguida. A História como pesadelo⁴⁹⁴.

Após as explicações para a família sobre a volta do pequeno e algumas broncas de tia Mônica pelo aborto e a escrava, Cândido Neves respira aliviado: “— Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”⁴⁹⁵.

Na frase final, tragicamente irônica, o narrador anuncia num simples gesto, humano e rotineiro, a batida do coração, além da vitória do pai contra a mãe, a vida que continua independentemente de outra que se foi. Somente a sua sobrevivência lhe importa neste momento. O amor do pai é misturado, antagonicamente, à frieza do caçador, “virtude, destemor e violência não se excluem, mas se confundem numa variada gama de matizes”⁴⁹⁶.
Para Franco:

A violência, integrada à cultura no nível da regulamentação normativa da conduta, pode ser observada ainda na atitude de aceitação das situações antagônicas, como se fossem parte da ordem natural das coisas. Tanto isto ocorre que o comportamento dos espectadores de contendidas é, na maior parte das vezes, no sentido de não interferir nelas⁴⁹⁷.

O narrador “não escamoteia a crueza desumana com que o sistema se reproduz sem os sofrimentos que causa nos vencidos”⁴⁹⁸. Para Bosi, a visão do narrador não é “nem utópica

⁴⁹³ BOSI, op.cit., p.456.

⁴⁹⁴ Ibid., p.456.

⁴⁹⁵ ASSIS, op.cit., p.130.

⁴⁹⁶ FRANCO, op.cit., p55.

⁴⁹⁷ FRANCO, loc. cit.

⁴⁹⁸ BOSI, op.cit. p.457.

nem conformista [...] alumia e sombreia a um só tempo, espelha esfumando, e arquiteta fíngidas teorias que mal encobrem fraturas reais”⁴⁹⁹.

Duarte conclui:

[...] o realismo do conto desvela o caráter sistêmico da violência instalada na sociedade, que a uns submete pela escravização e a outros pela pobreza. Nessa ambiência, sobressai o embrutecimento do personagem, cujas falas e ações terminam compondo um cenário pleno de sarcástica dramaticidade, favorecida pelo ritmo acelerado com que tudo acontece⁵⁰⁰.

Bersani afirma que os romancistas contemporâneos a Machado enxergam a sociedade de modo austero, mostrando a crueldade de suas ações e a necessidade em se manter no poder.

[...] os romancistas do século XIX tendem a considerar esta sociedade de uma forma extremamente severa. Mesmo quando estão fascinados, como é o caso de Balzac, pela quantidade de energia que explode nesta selva social, insistem também em mostrar a brutalidade desumana de uma sociedade em que a “ordem” é sempre um simulacro da ordem. Os que venceram na luta pelo poder, tornam-se os porta-estandartes de um conservadorismo que se preocupa em conservar não os valores ou as tradições, mas sim o poder adquirido⁵⁰¹.

E, assim, quando Arminda se encontra com o capitão-do-mato, Cândido Neves, na Rua da Ajuda, o narrador provoca o encontro “casual” entre o passado e o futuro, o moderno e o antigo, o progresso com o retrógrado. É o espelhamento da crônica sobre o encontro entre o *bond* elétrico e o puxado por burros. Duas realidades contraditórias e complementares que coabitam o espaço e o tempo históricos do Brasil do século XIX e que dão vida e cor aos escritos ficcionais do contista e cronista, Machado de Assis.

O branco não será tão sortudo assim, visto a falsa liberdade e igualdade de direitos defendidos pelo velho mundo e apresentado ao novo mundo, retardatário e escravocrata. Conforme Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*, o branco será tão oprimido e maltratado nas fábricas, quanto o negro nas fazendas ou nas plantações de cana de açúcar e café. O nosso

⁴⁹⁹ Ibid., loc. cit.

⁵⁰⁰ DUARTE, op.cit., p.272.

⁵⁰¹ BERSANI, op.cit., p.62.

liberalismo tardio macaqueado às pressas trará o homem marginalizado, pobre, vivendo de favor, sem casa, sem posses, sem pose, sem senhor para fugir e sem quilombo para se esconder. Na ficção, o pai branco vinga, o filho do branco vinga e a opressão também.

Arminda, a escrava fujona, poderia representar, dentro do conto, todo o sistema escravista, apesar de sua aparição somente no final. Sua presença não foi necessária desde as primeiras linhas do conto, pois o narrador trata de descrever a Instituição Escravista nos cinco primeiros parágrafos. A cena do aborto do filho da escrava, assistida pelo dono de ambos, poderíamos enxergar como o fim da escravidão ou o seu prenúncio. A morte do filho da escrava é a morte de um sistema já falido e opressor, mais capitalista que o próprio capitalismo, visando a lucros exorbitantes à custa da vida de milhares de negros, como afirma Schwarz, “o lucro sempre fora o seu pivô”⁵⁰². No entanto, “quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado — foram no essencial, capitalistas mais consequentes do que nossos defensores de Adam Smith [...]”⁵⁰³.

Cândido Neves, marginal, branco, pobre, ao resgatar a escrava em troca de cem mil réis, adquire o direito de permanecer com o filho, de manter-se e mantê-lo vivo “[...] bateu-lhe o coração”⁵⁰⁴. Podemos interpretar que é esta a classe social que perpetuará, não só no conto, mas na sociedade brasileira, os homens livres, aos princípios do século XX. O narrador não resolve o problema da pobreza e da miséria das suas personagens, ao contrário, é apenas adiado, como num círculo vicioso. Ou ainda, a resolução ficará a cargo do “amigo leitor” em imaginar os desígnios dessa família cândida e clara.

⁵⁰² SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. 4. ed. São Paulo: livraria Duas Cidades, 1992, p.14.

⁵⁰³ Ibid., loc. cit.

⁵⁰⁴ ASSIS, op.cit.,p.130.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao repensarmos as personagens criadas para as crônicas e o conto machadianos selecionados para esta pesquisa nos deparamos com algumas semelhanças e diferenças importantes. Entre elas: a situação de oprimidos, o momento histórico entre a escravidão e a Abolição, a violência física e moral, a imobilidade social, a falta de acesso aos bens socioeconômicos, consciência ou alienação das condições de marginalizados em um sistema político desigual e excludente.

Pancrácio, os burros que tracionavam o bonde, o sineiro da Igreja da Glória, Candinho e Arminda emprestam sua vozes ficcionais ao cronista e contista Machado de Assis para que ele pudesse criticar e debochar da sociedade carioca e de um Brasil elitista e contraditório. A escravidão e a Abolição, Império e República são momentos históricos nacionais antagônicos trazidos para a ficção e analisados em suas peculiaridades.

O escravo Pancrácio, por exemplo, é a personagem que recebe uma “alforria incondicional” de seu dono Policarpo. Estas alforrias foram, de última hora, dadas aos escravos e não trouxeram qualquer antecipação do inevitável: a Abolição da Escravatura. No entanto, com ou sem alforria a escravidão não estava extinta. O aluguel de escravos, também proposto ao jovem Pancrácio não traria sua ascensão ou inclusão social. Tanto a opressão como a violência continuariam validados pelo título adquirido com a liberdade. A personagem parece não ter argumentos para exigir melhores condições: pois fora da casa do senhor não teria acesso aos bens sociais e nem teriam as mesmas oportunidades de concorrer com os brancos e livres no mercado de trabalho, além dos baixos salários pagos e o alto custo de vida.

A Emancipação recente ao invés de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, serviu apenas como mantenedora do mesmo sistema desigual e brutal escravista. A libertação tardia não lhes compensaria os anos escravizados e não lhes restituiria a mínima dignidade e a cidadania.

Em situação parecida, os burros do bonde dialogam sobre a maldade do homem, guiado apenas por seus interesses mesquinhos e desumanos. A violência física, mesmo após a Abolição, continuaria a fazer parte da rotina dos negros alforriados, representados alegoricamente, pelos burros. Esta situação também é trazida na crônica do escravo Pancrácio. As poucas mudanças trazidas pelo Progresso e pela República também são questionadas pelos animais. Outra semelhança entre os personagens das crônicas é a situação dos escravos

libertos engolidos novamente pelo sistema escravagista. Pois, mesmo após a Emancipação, tão esperada e venerada, não houve opção ou oportunidades no mercado de trabalho. Os negros não foram inseridos devidamente na sociedade. Assim, não tiveram outra opção de trabalho e sobrevivência, a não ser o retorno a tarefa humilhante. A crônica dos burros é datada apenas quatro anos após a assinatura da Lei Áurea e três anos depois de proclamada a República. Todas as promessas foram engavetadas e as políticas públicas e sociais não abarcaram os escravos recém-libertos. Aliás, eles não possuíam, mesmo após a Lei de Emancipação, valor humano, eram reconhecidos ainda como coisas, bens, mão de obra escrava, movidos à humilhação e a pancadas. Assim, a escravidão continuaria, mas com outras denominações.

Na crônica sobre o sineiro da Glória, mais uma vez, o escritor deixa registrado o seu posicionamento sobre a mentalidade da classe senhorial do Brasil oitocentista e sobre as míseras condições dos escravos já libertos, mas ainda presos ao sistema escravagista. Os burros da crônica, Pancrácio e o sineiro da Glória passam a vida exercendo o mesmo ofício, sem mobilidade social. Os burros são os únicos capazes de refletir sobre as possíveis possibilidades de trabalho ou descanso com a chegada dos bondes elétricos, ou seja, com o término da escravidão. A chegada da República e da Emancipação possibilitariam aos escravos e negros libertos gozar de alguma aposentadoria ou reconhecimento pelos anos de trabalho forçado. O sineiro e Pancrácio não se mostram capazes de refletir sobre suas próprias condições, ficando alheios aos fatos no entorno. Por meio do diálogo entre o burro da direita e o da esquerda, os animais conseguem concluir sobre o futuro dos escravos libertos: sem qualquer ressarcimento, cabendo-lhes apenas o direito de apodrecerem na rua. Nesse período de transição vem marcado principalmente pelo descaso para com os escravos sem políticas públicas para sua readaptação ao meio social.

O sineiro é um escravo sem escravidão, no entanto possui algumas diferenças em relação às outras personagens: não sofre violência física durante a obrigação de tocar e repicar os sinos e é esquecido socialmente, tanto que o cronista se pergunta sobre quem estaria tocando os sinos da Igreja. João, o sineiro, acompanha as várias passagens históricas do país, mas é incapaz de se perceber fazendo parte de qualquer uma delas. Ele também não se desloca socialmente e morre sem desfrutar a liberdade que lhe é concedida pela lei.

As crônicas machadianas, dessa forma, trazem a crítica velada a um povo ainda preso aos costumes coloniais querendo se passar por europeu, liberal e moderno.

Candinho, personagem do conto “Pai contra mãe”, segundo o narrador, optou pela pobreza quando decidiu ser capitão-do-mato e, desta maneira, se liga à outra personagem,

Arminda, que lhe renderá cem mil réis, após resgate, e a possibilidade de ficar com o filho, mesmo que provisoriamente. Candinho é branco, como lhe sugerem o nome e sobrenome, mas pobre e excluído socialmente. Não gosta de trabalhar, porque seu orgulho seria ferido, pois na realidade, o trabalho era considerado pelas pessoas livres algo desonroso e digno apenas de servos e escravos. O capitão-do-mato e a escrava fujona são entrelaçados pelos caminhos da miséria, engrenagem importante do sistema capitalista, pois ambos lutam pela sobrevivência de suas famílias. Arminda, ao contrário dos outros negros representados nas crônicas, não aceita a escravidão e os maus tratos do dono, logo busca a liberdade por meio da fuga, vivendo na clandestinidade. Arminda não possui armas para lutar por sua situação e ao ser caçada por Candinho é arrastada pela Rua da Ajuda e, ironicamente, ninguém lhe ajuda. A sociedade consente tanto a violência como a retomada da propriedade, no caso, a escrava. A diferença entre Candinho e Arminda está na identificação do sistema econômico que, no entanto, convivem, contraditoriamente: Cândido Neves, dentro do sistema capitalista, opõe-se à personagem Arminda, pertencente ao sistema escravista ainda vigente em nosso país.

Candinho está somente um degrau acima do escravo, no entanto, também ele é controlado pelo senhor, estando assim, ainda, num nível inferior em relação à classe senhorial. Candinho é branco, pobre e marginalizado. O caçador de escravos sente-se socialmente superior aos negros, mas vive na mesma situação de miséria, fome, e exclusão social dos homens e mulheres que caça. E na sua superioridade ilusória serve a classe senhorial, por achar que se manteria no mesmo nível que os senhores.

Homem livre, pobre e marginal, escravo alforriado, escravo alugado, escravo foragido, escravo sem escravidão - as denominações são variadas dentro da obra literária machadiana, mas todas elas trazem consigo as mesmas condições para as personagens - vivem em situação de miséria, não foram adequadamente inseridos na sociedade, não tinham acesso aos bens sociais, são alienados à realidade a qual pertencem, servem sempre aos mesmos senhores e são todos excluídos socialmente.

Expor as personagens acima citadas, sendo elas brancas ou negras, pobres e marginais, faz refletir um pouco sobre as acusações que ainda recaem sobre o escritor: elitista, alheio às causas abolicionistas e de seu tempo, além de promover um autobranqueamento por frequentar muito mais a sociedade branca e dominante do que conviver com a qual pertenceu. Machado de Assis era afrodescendente assim como as personagens das crônicas, no entanto, o próprio escritor se tornara uma exceção dentro da regra criada para os negros: a ascensão e o reconhecimento social. Machado se tornou um dos maiores nomes de nossa literatura, assumiu cargo público importante, e com sua pena pode garantir a liberdade de alguns

escravos, fundou a Academia Brasileira de Letras onde presidiu até sua morte. Ainda em vida, foi reconhecido como grande escritor pelo uso requintado da ironia e do pessimismo voltando-se mais às questões da alma humana e do homem universal. Morador do Cosme Velho percebeu a realidade circundante, a crueldade humana diante de seus interesses mesquinhos e as relações de interesse da sociedade. Não escancarou o que pensava, não fez literatura de denúncia, no entanto, não era absenteísta, pois deixou nas linhas e nas entrelinhas de suas crônicas, contos e romances as mais variadas questões de seu tempo, dentre elas a brutalidade da escravidão e suas mazelas, como no conto analisado nesta pesquisa. De origem humilde, negro, escritor, cronista, romancista, contista, crítico, frequentador da alta sociedade branca, em tempos de escravidão, fez-se intelectual dentro da classe e culturas dominantes, tornou-se um paradigma e ocupou um “entre-lugar” na literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ANDRADE, Ana Luíza. (Org.); **Machado de Assis: crônicas de bond**. Chapecó: Argos, 2001. P.86-144.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p.p. 440-442.

ANDRADE, Mario de. Machado de Assis. In: ANDRADE, Mário. **Aspectos da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

ASSIS, Machado. **A Nova Geração**. [1879]. Disponível em: < <http://machado.mec.gov.br>> Acesso em: 03 de ago. de 2013.

_____. **Dom Casmurro**. 2.ed. São Paulo: Núcleo, 1995.

_____. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

_____. **Memorial de Aires**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

_____. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick editora, 1999.

_____. **Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade**. Disponível em:< <http://machado.mec.gov.br>> Acesso em: 03 de jan. de 2010.

_____. **Páginas Recolhidas e Relíquias de Casa Velha**. Coleção contistas e cronistas do Brasil. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

_____. **Quincas Borba**. São Paulo: Ática, 1995.

BARRETO, Luiz Antonio (Org.); Machado de Assis e o Nacionalismo. In: **Literatura Brasileira, História e Crítica**: Silvio Romero. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

BAPTISTA, Abel Barros. A emenda de Sêneca. **Teresa**: revista de literatura brasileira, São Paulo, n.6/7, p.207-231, 2006. ISSN1517-9737.

BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERSANI, Leo. O Realismo e o Medo do Desejo. In: TODOROV, Tzvetan. **Literatura e Realidade (O que é realismo?)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois liberalismos. In: BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. 4.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **Machado de Assis**: O Enigma do Olhar. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BRANDÃO, Gilda Vilela. Literatura e História: um caleidoscópio de questões. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré (Org.). **A musa discreta em cenas literárias**: um diálogo entre literatura e história. Maceió: Edufal, 2009.

_____. A Mímesis da escravidão em três narrativas literárias brasileiras. In: BRANDÃO, Gilda Vilela; MARTINS, Ana Cláudia Aymoré; WOJSKI, Zygmunt. **Corpo, Literatura e Cultura**: Espaços latino-americanos da escravidão. Maceió: Edufal, 2011.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs). **História em Cousas Miúdas**: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850 -1888**. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1975.

CORTÁZAR, Julio. Do Conto Breve e seus Arredores. In: _____. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 118-146.

CRUZ JUNIOR, Dilson Ferreira de. **Estratégias e Máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis**. São Paulo: Nankin Editorial; Humanitas FFLCH/USP, 2002.

CZARNOBAY, Andrea Perrot. **Machado de Assis e a Ironia: estilo e visão de mundo**. Porto Alegre, 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.); Estratégias de caramujo. In: _____. **Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo**. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007.

DUARTE, Lélia Parreira. Artes e Manhas da Ironia e do Humor. In: **Ironia e Humor na Literatura**. Belo Horizonte: Pucminas; São Paulo: Alameda, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Disponível em < www.ebookbrasil.org>. Acesso em: 03 de fev. de 2010.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org.); **Corpo e Alma do Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Lucina Viana. **A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)**. Disponível em: < www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h513.pdf> Acesso em: 1 de maio de 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO, Renato. **Orfão na colônia**.

Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/orfao-na-colonia>> Acesso em: 01 de maio de 2011.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira edição. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: Ficção e História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Introdução. In: **Machado de Assis. Bons Dias!** Crônicas 1888-1889. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora Unicamp, 1990.

GOMES, Heloísa Toller. **As Marcas da Escravidão**: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2. Ed. São Paulo: 1978.

GOTLIB, Nádya Battela. **Teoria do Conto**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GOUVEIA, Arturo. A consagração da impertinência. (Machado de Assis, Guimarães Rosa e a teoria do conto). In: GOUVEIA, Arturo (Org.); **Machado de Assis desde aos infernos**. Coleção Ambiente 4. João Pessoa: Ideia, 2009, p.9 – 68.

GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis**: escritor em formação (à roda dos jornais). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

_____. Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis. **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n.6/7, p.385-399, 2006. ISSN1517-9737.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. **Estudos Avançados**, vol.18, n.51, 2004. Disponível em:<<http://scielo.br/pdf/ea/v18n51/a19v1851.pdf>> Acesso em: 27 de Nov. de 2011.

IANNI, Octávio. Literatura e Consciência. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.2, n.2, 1988, p.30-34.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. A reação do cético à violência: o caso de Machado de Assis. In: FANTINI, Marli (Org.); **Crônicas da Antiga Corte: literatura e memória em Machado de Assis**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LOPES, Elisângela Aparecida. **Homem de seu tempo e de seu país: senhores escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis**. 2007. 171f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Ática, 1995.

MEYER, Marlyse. Voláteis e Versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MUECKE, D.C. **Ironia e Irônico**. Trad. Geraldo Gerson e Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MURICY, Katia. **A Razão Cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NUNES, Benedito. A Desenvoltura Temporal do Romance. In: **O Tempo na Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1988.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977(Coleção Estudos Brasileiros, v.8).

RIBEIRO, Luiz Filipe. Machado, um contista desconhecido. **Machado de Assis em linha**, ano 1, n.1, 2008. Disponível em:

http://machadodeassis.net/revista/numero01/rev_num01_artigo02.asp9> Acesso em: 21 de Março de 2012.

ROSEIRA, Loildo Teodoro. **Uma leitura sobre a representação da Natureza em *Memórias Póstumas de Brás Cubas***. 2012. 136f. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Do folhetim à crônica: gêneros fronteiriços entre livro e jornal. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano VI, n.1, p.11-22, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p11> > Acesso em: 22 de março de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

_____. A Velha Pobre e o Retratista. In: SCHWARZ, Roberto (Org.); **Os Pobres na Literatura Brasileira**. Brasília: Brasiliense, 1983, p.46-50.

_____. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3.ed. Brasília: Brasiliense, 1989.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. 2005. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Literatura e Realidade (O que é realismo?)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

VOESE, Ingo. Discurso humorístico: um estudo introdutório. **Leitura: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Maceió n.5/6, p.7 – 20, 1989/90. ISSN 0103-6858.

Bons dias!

Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 05/04/1888 a 29/08/1889.

[11 de maio de 1888]

Bons dias!

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião.

Creio que fiz um verso. Eu, pela minha parte, não tinha parecer.

Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da Abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos. Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças. Não quis saber mais nada; desde que os interessados

rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos.

— Sim, senhor. Saia que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

— Mas então quem é que está aqui doido?

— É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

— Vejo; creio que é um papagaio.

— Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

— Homem, eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

— Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a Monarquia, ao menos com a República, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

— Não.

— Não sabe alemão?

E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

— *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*

— Mas que quer isto dizer?

— Que é deste último tronco que deve brotar a flor.

— Que flor?

— As

Boas noites.

Bons dias!

Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 05/04/1888 a 29/08/1889.

[19 de maio de 1888]

Bons dias!

Eu pertencço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico. No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei.

Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de Abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu.

Boas noites.

A Semana

Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 24/04/1892 a 11/11/1900.

[4 novembro 1897]

ENTRE TAIS e tão tristes casos da semana, como o terremoto de Venezuela, a queda do Banco Rural e a morte do sineiro da Glória, o que mais me comoveu foi o do sineiro.

Conheci dous sineiros na minha infância, aliás três, – o *Sineiro de S. Paulo*, drama que se representava no Teatro S. Pedro, – o sineiro da *Notre Dame de Paris*, aquele que fazia um só corpo, ele e o sino, e voavam juntos em plena Idade Média, e um terceiro, que não digo, por ser caso particular. A este, quando tornei a vê, era caduco. Ora, o da Glória, parece ter lançado a barra adiante de todos.

Ouvi muita vez repicarem, ouvi dobrarem os sinos da Glória, mas estava longe absolutamente de saber quem era o autor de ambas as falas. Um dia cheguei a crer que andasse nisso eletricidade. Esta força misteriosa há de acabar por entrar na igreja e já entrou, creio eu, em forma de luz. O gás também já ali se estabeleceu. A igreja é que vai abrindo a porta as novidades, desde que a abriu a cantora de sociedade ou de teatro, para dar aos solos a voz de soprano, quando nós a tínhamos trazida por D. João VI, sem despir-lhe as calças. Conheci uma dessas vozes, pessoa velha, pálida e desbarbada; cantando, parecia moça.

O sineiro da Glória é que não era moço. Era um escravo, doado em 1853 aquela igreja, com a condição de a servir dous anos. Os dous anos acabaram em 1855, e o escravo ficou livre, mas continuou o ofício. Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo.

Em vão passavam as gerações, ele não passava. Chamava-se João. : Noivos casavam, ele repicava as bodas; crianças nasciam, ele repicava ao batizado; pais e mães morriam, ele dobrava aos funerais. Acompanhou a história da cidade. Veio a febre amarela, o cólera-mórbus, e João dobrando. Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou - repicava, sem saber deles. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a Abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República, João repicou por ela, e repicaria pelo Império, se o Império tornasse. Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício. João não sabia de

mortos nem de vivos; a sua obrigação de 1853 era servir a Glória, tocando os sinos, e tocar os sinos, para servir a Glória, alegremente ou tristemente, conforme a ordem. Pode ser até que, na maioria dos casos, só viesse a saber do acontecimento depois do dobre ou do repique. Pois foi esse homem que morreu esta semana, com oitenta anos de idade. O menos que lhe podiam dar era um dobre de finados, mas deram-lhe mais; a Irmandade do Sacramento foi buscá-lo a casa do vigário Molina para a igreja, rezou-se-lhe um responso e levaram-no para o cemitério, onde nunca jamais tocará sino de nenhuma espécie; ao menos, que se ouça deste mundo.

Repito, foi o que mais me comoveu dos três casos. Porque a queda do Banco Rural, em si mesma, não vale mais que a de outro qualquer banco. E depois não há bancos eternos. Todo banco nasce virtualmente quebrado; é o seu destino, mais ano, menos ano. O que nos deu a ilusão do contrário foi o finado Banco do Brasil, uma espécie de sineiro da Glória, que repicou por todos os vivos, desde Itaboraí até Dias de Carvalho, e sobreviveu ao Lima, ao "Lima do Banco". Isto é que fez crer a muitos que o Banco do Brasil era eterno. Vimos que não foi. O da República já não trazia o mesmo aspecto; por isso mesmo durou menos.

Ao Rural também eu conheci moço; e, pela cara, parecia sadio e robusto. Posso até contar uma anedota, que ali se deu há trinta anos e responde ao discurso do Sr. Júlio Otoni. Ninguém me contou; eu mesmo vi com estes olhos que a terra há de comer, eu vi o que ali se passou há tanto tempo. Não digo que fosse novo, mas para mim era novíssimo.

Estava eu ali, ao balcão do fundo, conversando. Não tratava de dinheiro, como podem supor, posto fosse de letras, mas não há só letras bancárias; também as há literárias, e era destas que eu tratava. Que o lugar não fosse propício, creio; mas, aos vinte anos, quem é que escolhe lugar para dizer bem de Camões?

Era dia de assembléia geral de acionistas, para se lhes dar conta da gestão do ano ou do semestre, não me lembra. A assembléia era no sobrado. A pessoa com quem eu falava tinha de assistir a sessão, mas, não havendo ainda número, bastava esperar cá embaixo. De resto, a hora estava a pingar. E nós falávamos de letras e de artes, da última comédia e da ópera recente. Ninguém entrava de fora, a não ser para trazer ou levar algum papel, cá de baixo. De repente, enquanto eu e o outro conversávamos, entra um homem lento, aborrecido ou zangado, e sobe as escadas como se fossem as do patíbulo. Era um acionista. Subiu, desapareceu. Íamos continuar, quando o porteiro desceu apressadamente.

– Sr. secretário! Sr. secretário!

– Já há maioria?

– Agora mesmo. Metade e mais um. Venha depressa, antes que algum saia, e não possa haver sessão.

O secretário correu aos papéis. pegou deles, tornou. voou, subiu, chegou, abriu-se a sessão. Tratava-se de prestar contas aos acionistas sobre o modo por que tinham sido geridos os seus dinheiros, e era preciso espreitá-los, agarrá-los, fechar a porta para que não saíssem e ler-lhes a viva força o que se havia passado. Imaginei logo que não eram acionistas de verdade; e, falando nisto a alguém, à porta da rua, ouvi-lhe esta explicação, que nunca me esqueceu:

– O acionista, disse-me um amigo que passava, é um substantivo masculino que exprime "possuidor de ações" e, por extensão, credor dos dividendos. Quem diz ações diz dividendos. Que a diretoria administre, vá, mas que lhe tome o tempo em prestar-lhe contas, é demais. Preste dividendos; são as contas vivas. Não há banco mau se dá dividendos. Aqui onde me vê, sou também acionista de vários bancos, e faço com eles o que faço com o júri. não vou lá, não me amolo.

– Mas, se os dividendos falharem?

– É outra cousa, então cuida-se de saber o que há.

Pessoa de hoje, a quem contei este caso antigo, afirmou-me que a pessoa que me falou, há trinta anos, a porta do Rural, não fez mais que afirmar um principio, e que os princípios são eternos. A prova é que aquele ainda agora o seria, se não fosse o incidente da corrida dos cheques há dous meses.

– Então, parece-lhe...?

– Parece-me.

Quanto ao terceiro caso triste da semana, o terremoto de Venezuela, quando eu penso que podia ter acontecido aqui, e, se aqui acontecesse, é provável que eu não tivesse agora a pena na mão, confesso que lastimo aquelas pobres vítimas. Antes uma revolução. Venezuela tem vertido sangue nas revoluções, mas sai-se com glória para um ou outro lado, e alguém vence, que é o principal; mas este morrer certo fugindo-lhes o chão debaixo dos pés, ou engolindo-os a todos ah!... Antes uma, antes dez revoluções, com trezentos mil diabos! As revoluções servem sempre aos vencedores, mas um terremoto não serve a ninguém. Ninguém vai ser presidente e de ruínas. É só trapalhada, confusão e morte inglória. Não, meus amigos. Nem terremotos nem bancos quebrados. Vivem os sineiros de oitenta anos, e um só, perpétuo e único badalo!

A Semana

Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 24/04/1892 a 11/11/1900.

[16 de outubro de 1892]

Não tendo assistido a inauguração dos *bonds* elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. Daí o meu silêncio da outra semana. Anteontem, porém, indo pela Praia da Lapa, em um *bond* comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar.

Para não mentir, direi o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu *bond*, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o *bond* elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?

Em seguida, admirei a marcha serena do *bond*, deslizando como os barcos dos poetas, ao sopro da brisa invisível e amiga. Mas, como íamos em sentido contrário, não tardou que nos perdêssemos de vista, dobrando ele para o Largo da Lapa e Rua do Passeio, e entrando eu na Rua do Catete. Nem por isso o perdi de memória. A gente do meu *bond* ia saindo aqui e ali, outra gente entrava adiante e eu pensava no *bond* elétrico. Assim fomos seguindo; até que, perto do fim da linha e já noite, éramos só três pessoas, o condutor, o cocheiro e eu. Os dois cochilavam, eu pensava.

De repente ouvi vozes estranhas, pareceu-me que eram os burros que conversavam, inclinei-me (ia no banco da frente); eram eles mesmos. Como eu conheço um pouco a língua dos Houyhnhnms, pelo que dela conta o famoso Gulliver, não me foi difícil apanhar o diálogo. Bem sei que cavalo não é burro; mas reconheci que a língua era a mesma. O burro fala menos, decerto; é talvez o trapista daquela grande divisão animal, mas fala. Fiquei inclinado e escutei:

— Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda.

O da esquerda:

— Desde que a tração elétrica se estenda a todos os *bonds*, estamos livres, parece claro.

— Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingasse no dia seguinte.

— Que tem isso com a liberdade?

— Vejo, redargüiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.

— Como assim? bradou o burro da esquerda estacando o passo. O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parelha.

— Sentiste o golpe? Perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os *bonds* entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote.

Espanto universal dos cocheiros: onde é que se viu burro andar sem chicote?

Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a ideia os trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem.

— Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.

— Justamente. Aqui acho razão ao homem. Burro magro não tem força; mas, levando pancada, puxa. Sabes o que a diretoria mandou dizer ao antigo gerente Shannon? Mandou isto: “Engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*”

— Disso não me queixo eu. Sou de poucos comeres; e quando menos trabalho, quando estou repleto. Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do *Bond* elétrico?

— O *bond* elétrico apenas nos fará mudar de senhor.

— De que modo?

— Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.

— Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo?

— Passaremos às carroças — continuou o outro pacificamente — onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que ele lhe custou. Um dia, a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...

— Enfim!

— Ficaremos soltos, na rua, por pouco tempo, arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou a lazeira ir-nos-á matando, até que, para usar esta metáfora humana, — esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer. Ao fim de três, a vizinhança começa a notar que o burro cheira mal; conversação e queixumes. No quarto dia, um vizinho, mais atrevido, corre aos jornais, conta o fato e pede uma reclamação. No quinto dia sai a reclamação impressa. No sexto dia, aparece um agente, verifica a exatidão da notícia; no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver.

Seguiu-se uma pausa.

— Tu és lúgubre, disse o burro da esquerda. Não conheces a língua da esperança.

— Pode ser, meu colega; mas a esperança é própria das espécies fracas, como o homem e o gafanhoto; o burro distingue-se pela fortaleza sem par. A nossa raça é essencialmente filosófica. Ao homem que anda sobre dois pés, e provavelmente à águia, que voa alto, cabe a ciência da astronomia. Nós nunca seremos astrônomos. Mas a filosofia é nossa. Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras. Cada século...

O freio cortou a frase ao burro, porque o cocheiro encurtou as rédeas, e travou o carro. Tínhamos chegado ao ponto terminal. Desci e fui mirar os dois interlocutores. Não podia crer que fossem eles mesmos. Entretanto, o cocheiro e o condutor cuidaram de desatrelar a parelha para levá-la ao outro lado do carro; aproveitei a ocasião e murmurei baixinho, entre os dois burros:

— *Houyhnhnms!*

Foi um choque elétrico. Ambos deram um estremeção, levantaram as patas e perguntaram-me cheios de entusiasmo:

— Que homem és tu, que sabes a nossa língua?

Mas o cocheiro, dando-lhes de rijo na lambada, bradou para mim, que lhe não espantasse os animais. Parece que a lambada devera ser em mim, se era eu que espantava os animais; mas como dizia o burro da esquerda, ainda agora:

— Onde está a justiça deste mundo?

Relíquias de Casa Velha

Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1906.

ADVERTÊNCIA

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, idéias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis

PAI CONTRA MÃE

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam

de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, — ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves, — em família, Candinho, — é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos.

Quando veio a paixão da moça Clara, não tinha ele mais que dívidas, ainda que poucas, porque morava com um primo, entalhador de ofício. Depois de várias tentativas para obter emprego, resolveu adotar o ofício do primo, de que aliás já tomara algumas lições. Não lhe custou apanhar outras, mas, querendo aprender depressa, aprendeu mal. Não fazia obras finas nem complicadas, apenas garras para sofás e relevos comuns para cadeiras. Queria ter em que trabalhar quando casasse, e o casamento não se demorou muito.

Contava trinta anos. Clara vinte e dois. Ela era órfã, morava com uma tia, Mônica, e cosia com ela. Não cosia tanto que não namorasse o seu pouco, mas os namorados apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho. Passavam às tardes, olhavam muito para ela, ela para eles, até que a noite a fazia recolher para a costura. O que ela notava é que nenhum deles lhe deixava saudades nem lhe acendia desejos. Talvez nem soubesse o nome de muitos. Queria casar, naturalmente. Era, como lhe dizia a tia, um pescar de caniço, a ver se o peixe pegava, mas o peixe passava de longe; algum que parasse, era só para andar à roda da isca, mirá-la, cheirá-la, deixá-la e ir a outras.

O amor traz sobrescritos. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único. O encontro deu-se em um baile; tal foi — para lembrar o primeiro ofício do namorado, — tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado. O casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bela festa das relações dos noivos. Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas.

— Pois ainda bem, replicava a noiva; ao menos, não caso com defunto.

— Não, defunto não; mas é que... Não diziam o que era. Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

— Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

— Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara.

Tia Mônica devia ter-lhes feito a advertência, ou ameaça, quando ele lhe foi pedir a mão da moça; mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi.

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço. Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma coisa e outra; não tinha emprego certo. Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

— Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe.

A notícia correu de vizinha a vizinha. Não houve mais que espreitar a aurora do dia grande. A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além

das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos. Tia Mônica ajudava, é certo, ainda que de má vontade.

— Vocês verão a triste vida, suspirava ela.

— Mas as outras crianças não nascem também? perguntou Clara.

— Nascem, e acham sempre alguma coisa certa que comer, ainda que pouco...

— Certa como?

— Certa, um emprego, um ofício, uma ocupação, mas em que é que o pai dessa infeliz criatura que aí vem gasta o tempo?

Cândido Neves, logo que soube daquela advertência, foi ter com a tia, não áspero, mas muito menos manso que de costume, e lhe perguntou se já algum dia deixara de comer.

— A senhora ainda não jejuou senão pela semana santa, e isso mesmo quando não quer jantar comigo. Nunca deixamos de ter o nosso bacalhau...

— Bem sei, mas somos três.

— Seremos quatro.

— Não é a mesma coisa.

— Que quer então que eu faça, além do que faço?

— Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.

— Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo.

Tinha glória nisto, falava da esperança como de capital seguro. Daí a pouco ria, e fazia rir à tia, que era naturalmente alegre, e previa uma patuscada no batizado. Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrira mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de coisas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e

de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os venciam sem o menor arranhão.

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor. Quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos alugueiros. Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.

— É o que lhe faltava! exclamou a tia Mônica, ao vê-lo entrar, e depois de ouvir narrar o equívoco e suas conseqüências. Deixei-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego. Cândido quisera efetivamente fazer outra coisa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa. A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispensei também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos.

— Não, tia Mônica! bradou Candinho, recusando um conselho que me custa escrever, quanto mais ao pai ouvi-lo. Isso nunca!

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dois jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio.

— Titia não fala por mal, Candinho.

— Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum

dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior. Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua. Enfim...

Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal franqueza e calor, — crueldade, se preferes. Clara estendeu a mão ao marido, como a amparar-lhe o ânimo; Cândido Neves fez uma careta, e chamou maluca à tia, em voz baixa. A ternura dos dois foi interrompida por alguém que batia à porta da rua.

— Quem é? perguntou o marido.

— Sou eu.

Era o dono da casa, credor de três meses de aluguel, que vinha em pessoa ameaçar o inquilino. Este quis que ele entrasse.

— Não é preciso...

— Faça favor.

O credor entrou e recusou sentar-se; deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à penhora; achou que pouco. Vinha receber os aluguéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a retorquir. Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

— Cinco dias ou rua! repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo.

Candinho saiu por outro lado. Nesses lances não chegava nunca ao desespero, contava com algum empréstimo, não sabia como nem onde, mas contava. Demais, recorreu aos anúncios. Achou vários, alguns já velhos, mas em vão os buscava desde muito. Gastou algumas horas sem proveito, e tornou para casa. Ao fim de quatro dias, não achou recursos; lançou mão de empenhos, foi a pessoas amigas do proprietário, não alcançando mais que a ordem de mudança.

A situação era aguda. Não achavam casa, nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua. Não contavam com a tia. Tia Mônica teve arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio. Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dois, para que Cândido Neves, no desespero da crise,

começasse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as queixas de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do obséquio e iriam dormir melhor do que cuidassem.

Assim sucedeu. Postos fora da casa, passaram ao aposento de favor, e dois dias depois nasceu a criança. A alegria do pai foi enorme, e a tristeza também. Tia Mônica insistiu em dar a criança à Roda. “Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos.” Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria. Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abria mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjava de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue em que vivia. Consultou a mulher, que se mostrou resignada. Tia Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior a miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbonos.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que lhe cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

— Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

— Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

— Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

— Siga! repetiu Cândido Neves.

— Me solte!

— Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, — coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou

Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes coisas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta

creceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão.

O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

— Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

— É ela mesma.

— Meu senhor!

— Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enjeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

— Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.